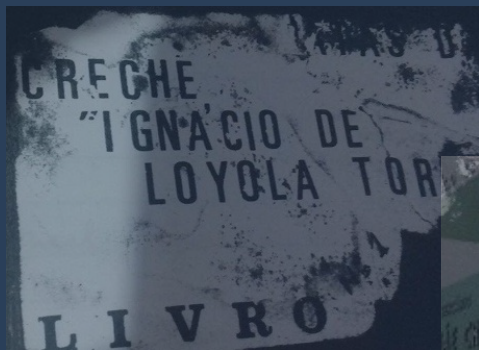


Josiane de Moura Dias Marquizeli

# A CRECHE “IGNÁCIO DE LOYOLA TORRES” (1966-1997) E O BERÇÁRIO MUNICIPAL “MÃE CRISTINA” (1997-2013)

na história da Educação Infantil em Marília/SP



A história da educação de crianças menores de 6 anos no Brasil ainda precisa ser (re) construída, (re) visitada. São poucos os trabalhos e pesquisadores que têm se dedicado a esse importante trabalho. Este livro de Josiane de Moura Dias Marquizeli integra esse esforço tão necessário. O livro traz a (re) construção da história da creche ‘Ignácio de Loyola Torres’ e do berçário ‘Mãe Cristina’, abarcando um período histórico de longa duração 1966 a 2013. Ambas instituições localizadas no município de Marília, estado de São Paulo. Ao focar em um universo micro centrado em duas instituições que ocupam as mesmas instalações, em tempos históricos distintos, a autora nos permite apreender o movimento de circulação de saberes a respeito das funções assumidas por esse tipo de atendimento. Sem esquecer da conexão com o contexto macro que envolve o atendimento a crianças pequenas no país, o texto nos auxilia a apreender a imbricada relação entre o público e o assistencial privado com viés calcado em instituições religiosas, no caso aqui a relação estabelecida é com a religião espírita, dentro da creche ‘Ignácio de Loyola Torres’ e, a passagem via locação de toda sua estrutura para a fundação do primeiro berçário público da cidade de Marília a creche ‘Mãe Cristina’.



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
Editora



**A CRECHE “IGNÁCIO DE LOYOLA TORRES”  
(1966-1997) E O BERÇÁRIO MUNICIPAL  
“MÃE CRISTINA” (1997-2013), NA HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL EM MARILIA/SP**

**JOSIANE DE MOURA DIAS MARQUIZELI**



**CRECHE “IGNÁCIO DE LOYOLA TORRES”  
(1966-1997) E O BERÇÁRIO MUNICIPAL  
“MÃE CRISTINA” (1997-2013), NA HISTÓRIA DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL EM MARILIA/SP**

**JOSIANE DE MOURA DIAS MARQUIZELI**

Marília/Oficina Universitária  
São Paulo/Cultura Acadêmica  
2020



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC  
UNESP - campus de Marília

*Diretora*

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

*Vice-Diretora*

Dra. Ana Claudia Vieira Cardoso

*Conselho Editorial*

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação -  
UNESP/Marília*

Graziela Zambão Abdian

Patrícia Unger Raphael Bataglia

Pedro Angelo Pagni

Rodrigo Pelloso Gelamo

Maria do Rosário Longo Mortatti

Jáima Pinheiro Oliveira

Eduardo José Manzini

Cláudia Regina Mosca Giroto

*Fotos de capa:* "Ata Creche Ignácio de Loyola Torres" (arquivo pessoal da autora) e "Fachada do Berçário Municipal Mãe Cristina" (arquivo pessoal da autora cedida por Antônio Beiro)

**Auxílio N° 0798/2018, Processo N° 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES**

*Ficha catalográfica*

*Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC*

- 
- M357c Marquizele, Josiane de Moura Dias.  
A creche "Ignácio de Loyola Torres" (1966-1997) e o berçário municipal "Mãe Cristina" (1997-2013), na história da educação infantil em Marília/SP / Josiane de Moura Dias Marquizele. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2020.  
180 p. : il.  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5954-018-1 (Digital)  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-5954-018-1>  
1. Educação – Marília (SP). 2. Educação - História. 3. Creches – Marília (SP). 4. Educação de crianças.  
I. Título.

CDD 372.216

---

*Copyright © 2020, Faculdade de Filosofia e Ciências*



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias  
Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

*Aos meus pais, José e Nair, pelo amor incondicional;  
ao meu esposo Alessandro e à minha filha, Maria Eduarda,  
por terem contribuído para que o meu sonho se tornasse o nosso sonho.*



## **Agradecimentos**

---

Para o desenvolvimento da pesquisa de que resultou este livro foi necessário o auxílio de pessoas imprescindíveis durante o meu percurso de pesquisa.

Professora Maria do Rosário Longo Mortatti, pela oportunidade e pelas orientações precisas e indagações desconcertantes que me fizeram dar muitos passos nos caminhos da pesquisa; por me orientar e ensinar a ter compromisso ético e humano, aspectos esses que têm sido fundamentais para meu aprimoramento como ser humano, como pesquisadora e professora em formação.

Professoras Alessandra Arce Hai e Rosa Fátima de Souza Chaloba, pelas indicações de leituras pertinentes, pela interlocução pontual, possibilitando-me centralizar meu olhar frente ao meu objeto de investigação.

Integrantes do Grupo de Pesquisa “História da educação e do ensino de língua e literatura no Brasil” (GPHEELLB), pela convivência enriquecedora em diferentes momentos de minha pesquisa.

Antônio Beiro e esposa, senhora Altair Beiro, pelo café e longa e rica conversa e também pelo empréstimo do livro ata da Creche “Ignácio de Loyola Torres”.

Direção e aos funcionários da EMEI Creche “Mãe Cristina” pelas fontes documentais e à direção e aos funcionários da EMEI Creche “Beija-Flor”.

Funcionários e servidores das diferentes seções e departamentos da Faculdade de Filosofia e Ciências –Universidade Estadual Paulista-UNESP – Marília/SP.





*O que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história*  
(BENJAMIM, 1994, p. 223).



## SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	13
APRESENTAÇÃO.....	17
INTRODUÇÃO.....	19
CAPÍTULO 1 – A CIDADE DE MARÍLIA/SP E A EDUCAÇÃO: ASPECTOS HISTÓRICOS.....	25
1.1 Breve histórico de Marília/SP e aspectos da história da educação na cidade (1926-1950)	
1.2 Primeiras instituições assistenciais e confessionais em Marília/SP (1930-1990)	
CAPÍTULO 2 - FUNDAÇÃO DA CRECHE “IGNÁCIO DE LOYOLA TORRES” (1959-1966).....	49
2.1 Apresentação do livro ata da Creche “Ignácio de Loyola Torres”	
2.2 Projeção e construção da Creche “Ignácio de Loyola Torres”	
2.3 Inauguração da Creche “Ignácio de Loyola Torres”	
2.4 Aspectos da educação espírita no Brasil	
2.5 O conceito de criança para o espiritismo	
2.6 Pedagogia Espírita	
CAPÍTULO 3 - O FUNCIONAMENTO DA CRECHE “IGNÁCIO DE LOYOLA TORRES” (1966-1991).....	75
3.1 Administração do Provedor Hygino Muzzi Filho (1966-1977)	
3.2 Administração do Provedor Geraldo Vernaschi (1978-1990)	
3.3 Administração do Provedor Antônio Beiro (1991-1997)	

CAPÍTULO 4 – O BERÇÁRIO MUNICIPAL “MÃE CRISTINA”	99
.....	
4.1. Breve histórico das políticas públicas para a educação infantil na década de 1990	
4.2 Composição da rede municipal de educação infantil em Marília, em 1997	
4.2.1 Concurso para Atendente de creche	
4.2.2 Concurso para professor de Escola Municipal de Educação Infantil –EMEI	
4.3 Parceria entre a Prefeitura Municipal de Marília e a Creche “Ignácio de Loyola Torres” para a instalação do Berçário Municipal “Mãe Cristina”	
4.4 Fundação do Berçário Municipal “Mãe Cristina”	
4.5 Berçário Municipal “Mãe Cristina” – Orientações gerais	
4.6 Primeira reunião de “mães” no Berçário Municipal “Mãe Cristina”	
4.7 Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI “Mãe Cristina”	
CAPÍTULO 5 – Creche “Ignácio de Loyola Torres” e Berçário Municipal “Mãe Cristina”: caminhos percorridos (1966-1997).....	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS.....	145
INSTITUIÇÕES, ACERVOS, BASES DE DADOS <i>ON-LINE</i> E <i>SITES</i> CONSULTADOS.....	153
APÊNDICE.....	155
Creche “Ignácio De Loyola Torres” e Berçário Municipal “Mãe Cristina”: um instrumento de pesquisa (1959-2013)	
SOBRE A AUTORA.....	178

## Prefácio

---

Por que conhecer a história da educação infantil na cidade de Marília/SP? Por que conhecer, em especial, a história da Creche “Ignácio de Loyola Torres” e do Berçário Municipal “Mãe Cristina”? Essas são questões que nortearam a pesquisa de Josiane de Moura Dias Marquizele, cujos resultados foram apresentados em sua dissertação de mestrado em Educação e agora são publicados neste livro.

Tive a satisfação de acompanhar sua formação acadêmica na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP-campus de Marília: como aluna do curso de Pedagogia, como orientanda de Iniciação Científica, de Monitoria de Ensino, de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação, como membro do GPHEELLB – Grupo de Pesquisa História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil. Em todas as etapas e frente a cada novo desafio se destacaram seu empenho em aprender, sua postura ética e colaborativa e principalmente a paixão pelo magistério e o talento para as atividades acadêmicas e científicas.

É justamente no entrecruzamento dessas qualidades e potencialidades que se foi construindo a pesquisa que origina este livro. O desejo de ser mais que cuidadora de crianças pequenas na função de Auxiliar de Desenvolvimento Escolar no Berçário Municipal “Mãe Cristina” motivou seu ingresso no curso de Pedagogia. Sempre movida pela inquietação e desejo de aprender e compreender, envolveu-se com importantes atividades de formação e iniciação à pesquisa, com excelente desempenho. Em 2017, no último ano do curso de Pedagogia — que cursou concomitantemente ao primeiro ano de Mestrado — colheu os primeiros frutos dessa etapa: nota máxima na monografia de conclusão de curso,

Menção Honrosa no Congresso de Iniciação Científica da Unesp e Prêmio Mérito Acadêmico do Curso de Pedagogia Unesp. No ano seguinte, outros frutos: aprovação em concurso para professora da educação infantil na rede municipal e conclusão do mestrado.

Síntese dessas exitosas etapas da trajetória acadêmico-científica de Josiane pode ser constatada neste livro. Tomando como objeto de estudo a instituição em que atuou, desenvolveu rigorosa e pacienciosa pesquisa documental e bibliográfica com objetivo de contribuir para a compreensão de aspectos até então pouco ou nada explorados da história da educação infantil no município de Marília. Por meio do conhecimento do passado, a pesquisa possibilitou também a compreensão do presente vivenciado pela professora-pesquisadora. E, por extensão, com benefícios tanto para sua atuação como professora de educação infantil quanto para professores e gestores escolares. Mas as contribuições vão além do contexto municipal. Ao iluminar a história da educação infantil em Marília, a pesquisa de Josiane contribui também para estudos sobre história da educação infantil no Brasil. Nas especificidades do “micro”, pode-se observar o movimento mais amplo das mudanças e conquistas recentes estabelecidas pelas políticas educacionais para essa etapa da Educação Básica no país.

Conhecer a história da educação infantil na cidade de Marília/SP, em especial, a história da Creche “Ignácio de Loyola Torres” e do Berçário Municipal “Mãe Cristina” contribui, sem dúvida, também para a compreensão dos debates e ações que se travaram desde pelo menos a década de 1990 para o reconhecimento do direito das crianças pequenas a mais do que serem cuidadas por meio de iniciativas de entidades beneficentes ou confessionais. A conquista principal do ponto de vista político, social, educacional e cultural foi certamente o cumprimento do dever do Estado de oferecer condições para o atendimento institucionalizado às crianças pequenas em cumprimento ao direito à

formação integral desses brasileiros. Muitos foram os avanços, mas ainda muitas são as necessidades e urgências para que se efetive plenamente esse direito. A sociedade civil tem importante função nesse processo. E também para isso contribuem os resultados da pesquisa de Josiane.

Este é, portanto, livro indispensável para professores da educação das crianças pequenas, cuidadores, gestores escolares e da educação pública, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, pais e mães. Além das informações e análises que apresenta, pode também ele ser considerado como mais um instrumento de luta e um convite para o necessário debate e urgentes ações coletivas em defesa da educação de nossas crianças para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Marília/SP, 27 de setembro de 2020

*Maria do Rosario Longo Mortatti*





## Apresentação

---

Este livro<sup>1</sup> é decorrente do desenvolvimento de uma pesquisa histórica a respeito de aspectos pouco explorados da história da creche na cidade de Marília/SP. Por meio do estudo da história da Creche “Ignácio de Loyola Torres” (1966-1997) e do Berçário Municipal “Mãe Cristina” (1997-2013), busquei compreender quais as transformações, continuidades, rupturas e contribuições das duas instituições para a história da educação infantil em Marília, em momentos históricos distintos.

Para compreender esses aspectos, mediante abordagem histórica, centrada em pesquisa documental e bibliográfica, desenvolvida por meio da utilização dos procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção, ordenação e análise de fontes documentais e leitura de bibliografia especializada, elaborei o documento intitulado *Creche “Ignácio de Loyola Torres” e Berçário Municipal “Mãe Cristina”*: um instrumento de pesquisa (1959-2013). Por considerá-los como fontes documentais mais representativas e significativas, em relação aos objetos de pesquisa, foi selecionado como *corpus* documental, para a análise da configuração textual.

A análise do conjunto dos documentos selecionados, complementada pelo conjunto de fontes localizadas e pela bibliografia especializada sobre o tema, possibilitou a organização deste livro da seguinte forma: no capítulo 1, apresento aspectos históricos da cidade de Marília/SP e do ensino nessa cidade, apresento também aspectos da fundação das primeiras instituições assistenciais e confessionais, inclusive algumas delas compõem o sistema

---

<sup>1</sup> Este livro resulta da dissertação de Mestrado em Educação defendida em dezembro de 2018 e que foi recomendada para publicação em formato livro pelos membros da banca examinadora. Essa pesquisa foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Marília, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Rosário Longo Mortatti.

escolar atualmente; no capítulo 2, apresento aspectos da projeção e fundação da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, apresento também conceitos da educação espírita e a concepção de criança para o espiritismo; no capítulo 3, apresento aspectos do funcionamento da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, por meio dele é possível dar a conhecer a base de gestão, os conflitos internos e externos e os princípios confessionais sutilmente implantados no funcionamento da instituição; no capítulo 4, apresento aspectos da fundação do Berçário Municipal “Mãe Cristina”, trata-se de outro momento da creche na cidade de Marília, a creche concebida no contexto educacional, fundada após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996; no capítulo 5, apresento uma síntese dos caminhos percorridos pela Creche “Ignácio de Loyola Torres” e o Berçário Municipal “Mãe Cristina”, entre 1966 e 1997, na cidade de Marília.

Ao final, apresento as considerações finais a relação de referências de textos citados e o apêndice contendo o documento *Creche “Ignácio de Loyola Torres” e Berçário Municipal Mãe Cristina: um instrumento de pesquisa (1959-2013)*, (MARQUIZELI, 2017).

Por fim, com base na leitura deste livro, é possível conhecer como se instituiu a creche em Marília/SP, em momentos históricos distintos, em especial, a Creche “Ignácio de Loyola Torres” (1966-1997) que se transformou e se consolidou em Berçário Municipal “Mãe Cristina” (1997-2013). E principalmente, compreender a importância dessas instituições na composição da história da educação infantil no município de Marília e no Brasil, contribuindo, também, para a compreensão do presente.

Marília/SP, 20 de julho de 2020.

*Josiane de Moura Dias Marquizele*

## Introdução

---

Segundo Kuhlman (2010) e Kishimoto (1988), as primeiras creches foram fundadas na Europa no final do século XVIII e começo do século XIX (KISHIMOTO, 1988), sendo difundidas internacionalmente como “modernas”, “científicas” e “modelos de civilização” (KUHLMANN JR., 2010, p. 70), durante as Exposições Internacionais<sup>2</sup>.

Por meio da leitura das principais pesquisas realizadas por brasileiros com abordagem histórica sobre o atendimento à criança em instituições pré-escolares, pude compreender que a primeira creche de que se tem registro, até o momento, foi fundada na França, em 14 de novembro de 1844, resultado da expansão da “atividade industrial” e do início da participação da mulher na “atividade produtiva” (KISHIMOTO, 1988).

No Brasil, diferentemente dos países industrializados da Europa, a organização e criação das primeiras instituições de atendimento às crianças pequenas teve início em 1871. Segundo Kuhlmann Jr. (2010), o contexto brasileiro foi de uma sociedade que convivia com a Lei do Ventre Livre<sup>3</sup>, um momento histórico em que as mães escravas que trabalhavam nas casas “de família” não tinham onde abrigar seus filhos. Esse cenário “[...] trazia um problema para as donas de casa, em relação à educação das crianças de suas escravas [...]” (KUHLMANN JR., 2010, p. 80), uma vez que elas

---

<sup>2</sup> “A primeira Exposição Internacional aconteceu em Londres, 1851. A partir daí, generalizaram-se e ocorreram em vários países (Paris, 1855; Londres, 1862; Paris, 1867; Viena, 1873; Filadélfia, 1876; Paris, 1878, Buenos Aires, 1882; Antuérpia, 1883). [...] As exposições internacionais, chamadas também de universais, foram um palco para a representação de espetáculos de crença acrítica no progresso, na técnica e na ciência. Na sua arquitetura e organização, na sua idealização modelar e utópica da vida social, expressaram-se as tendências e conflitos existentes na sociedade de seu tempo” (KUHLMANN, 2015, p. 70).

<sup>3</sup> Promulgada em 28 de setembro de 1871, essa lei considerava livre todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir daquela data.

consideravam que estas não deveriam estar nos seus lares, convivendo com seus filhos. Várias crianças negras, filhas de escravas foram abandonadas e expulsas das fazendas.

Na cidade de São Paulo, foi a professora primária formada pela Escola Normal, a espírita<sup>4</sup> Anália Franco<sup>5</sup> “[...] a primeira educadora a utilizar termos como creches e escolas maternas para denominar suas instituições destinadas à infância” (KISHIMOTO, 1988, p. 52) e, também, a primeira a iniciar o trabalho assistencial às crianças expulsas das fazendas:

[a]o perceber que os pequenos negrinhos expulsos das fazendas já preambulavam mendigando pelas ruas, imediatamente [Anália Franco] troca seu cargo na Capital paulista por outro no Interior, a fim de socorrer crianças necessitadas. Num bairro de uma cidade do norte de São Paulo instala, em imóvel alugado, a primeira “Casa Maternal”, amparando todas as crianças trazidas à sua porta ou encontradas nas moitas e estradas (KISHIMOTO, 1988, p. 52).

### Segundo Kishimoto (1988):

[a]pós a abolição da escravatura e o advento da República, a educadora já tinha dois grandes colégios gratuitos para meninos e meninas e, em 17 de novembro de 1901, juntamente com um grupo de 20 pessoas,

---

<sup>4</sup> “Quanto à conversão de Anália Franco ao espiritismo, não existe, segundo seus pesquisadores, uma indicação precisa sobre essa circunstância. Até 1901, pouco se sabe acerca dessa militante da educação feminina no Brasil. Católica moderada, é provável que, durante uma crise de cegueira momentânea em que estivera recolhida e distante das atividades sociais por volta de 1899, ela teria se aproximado da doutrina espírita. Existem documentos de 1903 demonstrando sua vinculação ao Centro Espírita de São Paulo, no largo do Arouche, onde instalou, de acordo com as atas da entidade, uma escola maternal pela manhã” (BRETTAS, 2006, p. 98).

<sup>5</sup> “Anália Emília Franco, professora primária, espírita, nasceu na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, no dia 1º de fevereiro de 1856 e morreu em São Paulo com quase 63 anos, em 20 de janeiro de 1919. Com 5 anos, entra para a escola primária dirigida por sua mãe. Torna-se professora pública em 1868. Aos 13 anos, em 1869, leciona em Guaratinguetá como assistente de sua mãe. Aos 15 anos trabalha em Jacaré, já sozinha. Aos 16 anos, frequenta a Escola Normal de São Paulo para completar seus estudos, diplomando-se em 1874, com 18 anos. Conforme o jornal “Unificação”, 1969, n.178, p. 1” (KISHIMOTO, 1988, p. 52).

funda a Associação Feminina Beneficente e Instructiva, com sede no largo do Arouche, em São Paulo, entidade responsável pela organização de uma multiplicidade de escolas maternais e creches.

A associação adota em seus estatutos caráter leigo, mas inclui, no currículo das escolas maternais e creches sob a sua responsabilidade, certas concepções espirituais como a existência de Deus, a imortalidade da alma, como elementos da cultura geral, ou seja, no fundo, as escolas apresentam um caráter espiritualista.

O espiritismo, ao adotar concepções como Deus, espírito, vida futura e alma, em estreita relação com práticas de comunicação com os espíritos, distancia-se da doutrina católica [...] (KISHIMOTO, 1988, p. 53).

Com base nas constatações sobre a constituição da creche na Europa, no Brasil e na cidade de São Paulo, busquei investigar como poderia contribuir para avanços em aspectos pouco explorados nos estudos sobre o tema. Essa etapa da pesquisa foi imprescindível para a confirmação da relevância e pertinência da pesquisa na cidade de Marília/SP.

Dessa forma, busquei investigar<sup>6</sup> e compreender como foi o movimento local nas especificidades da Educação Infantil<sup>7</sup>, como se deu as modificações históricas na institucionalização da Educação Infantil,

---

<sup>6</sup> Para Mortatti (2001, p. 184), a atividade do pesquisador — o ato investigativo — é “[...]um ato de interpretação, que envolve necessariamente a constitutividade e mediação da linguagem e, em decorrência, dos processos de ler e escrever, ou seja, envolve a produção de significados e sentidos, desde os processos de recuperação, reunião, seleção e análise do *corpus* até a produção do texto final da pesquisa. E todo ato de interpretação, enquanto síntese, demanda a análise integrada dos aspectos constitutivos de determinado texto, a fim de que o pesquisador possa reconhecê-lo e interrogá-lo como configuração textual “saturada de agoras” (BENJAMIN, 1985) e “objeto singular e vigoroso” (STAROBISNKY, 1988, p. 135); e dele produzir uma leitura possível e autorizada, a partir de seus próprios objetivos, necessidades e interesses, ou seja, a partir de seu necessário envolvimento. Evidentemente, todo ato interpretativo, enquanto atividade discursiva, é construção de uma representação, a partir da problematização de outras representações construídas e tomadas como corpus, mas que não devem ser confundidas com o objeto de investigação, uma vez que não são “dados” e “só falam, quando se sabe interrogá-los (BLOCH, 1987, p. 60).

<sup>7</sup> O termo “educação infantil” foi definido na LDBEN/96 como “[...] primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996).

quais as políticas nacionais para que a Educação Infantil se tornasse a primeira etapa da educação básica, e, principalmente, como se instituiu a creche em Marília/SP em momentos históricos distintos, em especial, a Creche “Ignácio de Loyola Torres”(1966-1997) que se transformou e se consolidou em Berçário<sup>8</sup> Municipal “Mãe Cristina” (1997-2013). Entendo que o resgate da história das instituições de educação infantil não deve ser apenas interesse delas próprias, de seus responsáveis e envolvidos, mas também da sociedade em que estas se encontram e estão relacionadas.

Para tanto, passei a localizar, recuperar, reunir, selecionar e ordenar referências de textos referentes à Creche e o Berçário Municipal no documento *Creche “Ignácio de Loyola Torres” e Berçário Municipal “Mãe Cristina”*: um instrumento de pesquisa (1959-2013). Nele, estão contidas referências de textos sobre as duas instituições, produzidos entre 1959 e 2013, tais como: leis, decretos, regimento, contrato, estatuto, planos, projetos, relatórios, artigos e/ou textos em jornais e revistas, e, principalmente, atas.

O *corpus* documental é composto: pelo livro ata<sup>9</sup> da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, que contém 104 atas manuscritas com os registros de reuniões administrativas da diretoria da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, no período entre 1959 e 1991, bem como um Contrato de Comodato, de 1997, com condições estabelecidas pelo Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza, via Creche “Ignácio de Loyola Torres” para o

---

<sup>8</sup> Para a legislação nacional que regula a educação no Brasil não existe o termo “berçário. Segundo Kuhlmann Jr. (2001a), as instituições que atendiam às crianças pequenas de “classe média”, também foram denominadas de “berçário”. Legalmente são creches após LDBEN/96. Portanto, o Berçário Municipal “Mãe Cristina” ’é uma creche municipal.

<sup>9</sup> No que diz respeito às atas, trata-se de “[...] potenciais documentos de valor jurídico, [ que] têm a necessidade de consubstanciarem-se enquanto um fiel registro do que ocorreu na reunião (deliberações, decisões, discussões)” (ESQUINSANI, 2007, p. 104). As atas são, portanto, consideradas “ [...] registros formais de um encontro promovido por um órgão, uma associação, entidade ou grupo de sujeitos, tanto com seus pares quanto subordinados, visando deliberar sobre assuntos de interesse comum ou repassar informações (ESQUINSANI, 2007, p. 104).

empréstimo do prédio para a Prefeitura Municipal de Marília, com o objetivo da instalação do Berçário Municipal “Mãe Cristina”. Esses documentos<sup>10</sup> foram escolhidos por serem os mais representativos e significativos com relação aos objetivos da pesquisa.

Considero importante afirmar que a localização, recuperação, reunião e ordenação das referências não foi uma atividade meramente técnica, ao contrário, foi um trabalho intelectual que teve por base a preservação dos documentos e o respeito pela memória institucional, patrimônio da comunidade e da cidade.

A elaboração do instrumento de pesquisa foi uma etapa importante, na qual pude visualizar possibilidades de encaminhamento da pesquisa e, novamente, confirmar a relevância e a pertinência do tema estudado, uma vez que não foi localizado nenhum estudo como o apresentado neste livro.

O período delimitado para a pesquisa foi entre 1966 e 2013. O ano de 1966 marca a inauguração e o início do funcionamento da Creche “Ignácio de Loyola Torres” para atendimento à infância “desvalida” da cidade de Marília. O ano de 1997 marca o encerramento das atividades da Creche “Ignácio de Loyola Torres” e a inauguração e o funcionamento do Berçário Municipal “Mãe Cristina”, atendendo a regulamentação nacional de atendimento à educação infantil pelo poder público. E o marco final de 2013 marca a alteração de denominação do Berçário Municipal “Mãe

---

<sup>10</sup> Documentos podem ser compreendidos como o “[...] o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, inda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando o seu significado aparente” (LE GOFF, 2003, p. 538). Segundo Mortatti (2000), o documento pode ser “[...] portador de testemunhos de época [...]” e, simultaneamente, a “[...] elaboração histórica resultante de escolha motivada pelo ponto de vista do investigador, que elege, dentre um conjunto disponível, determinados documentos como fontes de investigação” (MORTATTI, 2000, p. 30).



Cristina” para Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI Creche “Mãe Cristina”.

Para a realização da pesquisa, utilizei como matriz teórico-metodológica o livro *Os sentidos da alfabetização* (São Paulo - 1876/ 1994), de Mortatti (2000). A autora apresenta “[...] disputas pela hegemonia de projetos para o ensino inicial da leitura e da escrita em estreita relação com projetos políticos e sociais emergentes” (MORTATTI, 2000, p. 22), e aborda o:

[...] problema da alfabetização, explorando os sentidos que lhe foram sendo atribuídos em decorrência das tematizações, normatizações e concretizações produzidas na província/Estado de São Paulo, entre 1876 e 1994, relativamente à ‘questão dos métodos’ de ensino da leitura e escrita na fase inicial da escolarização de crianças (MORTATTI, 2000, p. 18).

Com base em rigorosa e extensa pesquisa documental, a autora optou pela:

[...] utilização intensiva das fontes documentais recuperadas, reunidas, selecionadas e organizadas, privilegiando a análise da configuração textual dos documentos considerados emblemáticos e, sempre que necessário, descrevendo mais detalhadamente os documentos menos conhecidos (MORTATTI, 2000, p. 32).

Relacionando a pesquisa com a matriz teórico-metodológica, cabe destacar que história da educação infantil está inserida no grande tema da história da educação. Destaco que a educação infantil contribuiu e contribui para a discussão e problematização sobre os “sentidos da alfabetização”.

## CAPÍTULO 1

### A Cidade de Marília /SP e a Educação: aspectos históricos

---

#### 1.1 Breve histórico de Marília/SP e aspectos da história da educação na cidade (1926-1950)

As terras do patrimônio “Alto cafezal” (TOBIAS, 1990) deram origem à cidade de Marília<sup>11</sup>, “uma cidade no sertão” (SOUTO, 2003). As terras foram “apossadas/conquistadas” a partir de 1913, quando o “[...] Governo do Estado, determinou ao Coronel Francisco Ferraz de Salles, procedesse à abertura de um picadão de 147 quilômetros, ligando Presidente Pena (hoje Cafelândia) a Platina, para onde se dirigia a Estrada de Ferro Sorocabana” (LARA, 1991, p. 16).

Em Marília, por conseguinte, primeiro aparecem os pioneiros disputando as terras com os Coroados e, logo mais, derrubando-lhes as matas virgens; depois, é que vieram o café e uma cidade – o Alto Cafezal – e uma região talhada de minifúndios [...]. Desta infraestrutura econômica-social, derivada especialmente do café e do minifúndio; desta terra, notavelmente dadivosa e fértil, assim como de gentes livres e de todas as cores, vindas do Nordeste, do Japão, do Estado de Minas Gerais, do Oriente Médio, do Estado do Rio de Janeiro, da Península Ibérica, do Estado de São Paulo, especialmente da região da Mogiana, é que começou a se fazer, em meio às florestas virgens e em meio aos olhares espreitadores dos índios Coroados, o primeiro núcleo de casas de madeira da futura cidade de Marília. [...] era uma sociedade de homens; a grandíssima maioria era realmente de

---

<sup>11</sup> O nome da cidade foi inspirado no longo poema lírico “Marília de Dirceu”, do poeta luso-brasileiro Tomás Antônio Gonzaga que foi publicado em Lisboa, a partir de 1792.

homens adultos. Nesta sociedade de faroeste, muito pouco lugar e ambiente havia para as mulheres-mães de família; entre as poucas pessoas do sexo feminino e visível predominância era totalmente em favor das mulheres da vida [casas de tolerância] (TOBIAS, 1990, p. 32).

Segundo Lara (1991, p. 29), “[e]m 22 de dezembro de 1926, conseguiu Bento de Abreu Sampaio Vidal<sup>12</sup>, pela Lei nº 2.161, criar o Distrito de Paz de Marília [...]”. A cidade de Marília foi elevada à categoria de município por Lei Estadual nº 2320, de 24 de dezembro de 1928, no entanto, só foi elevada à município oficialmente no dia 4 de abril de 1929, data em que é comemorado seu aniversário.

Em 1928:

[...] não havia lugar para a criança, não só porque os homens para aqui eram obrigados a vir sozinhos, mas também porque se encontravam na necessidade de lutar nas matas e numa pequena cidade de faroeste. [...] A própria luta pela vida e pela sobrevivência desaconselhavam a vinda de crianças para esta vila e sociedade de pioneiros. Por isso, nem a nascente cidade e nem seus primeiros habitantes sentiam necessidade, e muito menos urgência, de problemas educacionais. Construção de escolas, a figura do professor e do aluno, a necessidade de artigos escolares eram coisas alheias à sociedade mariliense de então que, aliás, não dispunha de tempo para pensar em assuntos tão sofisticados (TOBIAS, 1990, p. 33).

---

<sup>12</sup> Bento de Abreu Sampaio Vidal criou sua família na cidade de São Carlos e foi político destacado na cidade de Araraquara, onde foi vereador e deputado estadual. Com “[...] grandes relações com a Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro” (LARA, 1991, p. 18-19), foi fundador do patrimônio de Marília. No entanto, para TOBIAS (1990, p. 58), “[...] o fundador da cidade de Marília é o Sr. Antônio Pereira da Silva e seu filho, José Pereira da Silva, em 1923-1924. O Sr. Bento Abreu Sampaio Vidal, cerca de 1927, é fundador do Patrimônio de Marília, o terceiro bairro a ser criado na cidade de Marília”.

À medida que a cidade de Marília foi crescendo e a população de crianças aumentando, surgiu a necessidade de providências educacionais. Em 1925, foi fundada a primeira escola particular. A escola tinha 15 alunos e foi conhecida como a “Escola de D<sup>a</sup>. Porfíria”, “[...], uma “escola isolada”<sup>13</sup>, não oficializada [...]” (TOBIAS, 1990, p. 73) do município. O prédio foi alugado e cedido por Pedro Tucunduva (TOBIAS, 1990) e estava localizado na parte lateral da “Padaria Carioca”. Segundo relato da “professora leiga” Porfíria Simões (*apud* Tobias, 1990), na escola havia:

[...] uma mesa tosca retangular e dois bancos. Servia de lousa uma tábua larga, pintada com pixe ou carvão. Havia um pote de barro, onde os alunos bebiam água. Ao canto da pequena sala de aula, tinha uma mesinha feita de caixote e coberta com uma toalhinha, onde as meninas colocavam flores, numa caneca, que servia de vaso. Os métodos eram ótimos, bem diferentes do de hoje. Aprendia-se continhas, tabuadas e desenhos com tornos pintados, distribuídos sobre as carteiras. Com esses menos tornos pintados, aprendia-se a quantidade e em seguida os números. Todo fim de semana a aluna ou o aluno que fossem mais comportados, aplicados, obedientes e assíduos teria o seu nome no quadro de honra. Então todos se esforçavam e também tomavam conta do armário, distribuindo e recolhendo cadernos e livros. Havia aula de declamações e música. A caligrafia era escrita em cadernos próprios, sendo uma semana com a mão direita e outra com a mão esquerda (TOBIAS, 1990, p. 73).

Ainda segundo Tobias (1990, p. 84), no ano de 1929, Marília tinha uma população de “[...] 5000 pessoas; 285 de população escolar e um total de 180 alunos matriculados”. Em 1930, os números aumentaram

---

<sup>13</sup> “Segundo a Organização do Estado de São Paulo (1923), a diferença entre ‘escola isolada’ e escola ‘reunida’ é a seguinte: ‘Numa escola isolada há alunos com preparo de 1º e 2º ano, de adiantamento diferente, a cargo de um professor; nas escolas reunidas e nos grupos escolares, as disciplinas do curso primário são distribuídas pelo 1º e 2º ano, cada um a cargo de um professor e sob a orientação e fiscalização constante de um diretor” (TOBIAS, 1990, p. 82).

rapidamente e foram os seguintes: “[...] população 9894, população escolar 820, alunos matriculados 320” (TOBIAS, 1990, p. 87). Diante desse quadro:

[a]s autoridades educacionais, os políticos, os líderes e a imprensa logo perceberam que o ensino particular não mais era suficiente e outra saída não encontraram a não ser de novo apelar para a própria cidade, representada pelas autoridades municipais, que irão cada vez mais arcando com o principal parte do ônus do ensino em Marília (TOBIAS, 1990, p. 197).

No ano de 1929, “[...] as escolas isoladas urbanas foram preenchidas com a nomeação dos professores: D<sup>a</sup>. Esther Pinto, para a 1<sup>a</sup> mista; Antônio Gomes de Oliveira, para a escola masculina; D<sup>a</sup>. Clélia Pesatori de Campos, para a 2<sup>a</sup> mista e D<sup>a</sup>. Elisa Surian Darin, para a feminina” (TOBIAS, 1990, p. 81). Posteriormente, tornaram-se Escolas Reunidas de Marília com a direção do professor Antônio Gomes de Oliveira, com “[...] 4 classes, 160 alunos e 4 professores” (SOUTO, 2003, p. 187).

Segundo Tobias (1990), Marília só recebeu ajuda do governo do Estado de São Paulo, para o ensino primário em 1930. As Escolas Reunidas foram transformadas no Primeiro Grupo Escolar de Marília. Havia em novembro de 1930, “[...] 1 grupo escolar – 8 classes - 320 alunos” (SOUTO, 2003, p. 187).

Ainda segundo Tobias (1990, p. 124):

[a]té o final do mês de setembro de 1930, a Prefeitura de Marília conseguiu instalar nove escolas municipais [...], Escola mista de Sete Quedas, 51 matrículas; Escola mista de Marília, 52 matrículas; Escola mista de Avencas, 63 matrículas; Escola da Liga Operária, 49

matrículas; Escola mista de Pompéia, 46 matrículas; Escola mista de Oriente, 54 matrículas; Escola mista de Terra Boa, 42 matrículas, Escola Feminina de Vera Cruz, 45 matrículas; e Escola masculina de Vera Cruz, 47 matrículas.

Em 1931, Marília tinha instalado duas instituições pré-primárias particulares, nomeadas de “jardins de infância”: o jardim de infância dirigido pela professora Angelina Roselli; e o jardim de infância de Maria de Godoy, “[...] sob a direção técnica do Prof. Balthazar de Godoy Moreira<sup>14</sup>” (TOBIAS, 1990, p. 101).

Ainda sobre os Jardins de Infância, Tobias (1990), ressalta que o Código da Educação do Estado de São Paulo, em 1933, no artigo 214, traz o seguinte:

[o]curso dos jardins da infância é de três anos denominados graus, devendo os processos de educação ser orientados segundo os princípios fundamentais seguintes: a) o interesse da criança deve ser o centro orientador do programa escolar; b) o programa dos vários graus deve ser organizado por centros de interesse, projetos e outras formas de ensino globalizado; c) todo aprendizado deve ser feito em situação real,

---

<sup>14</sup> “O professor Balthazar de Godoy Moreira foi diretor do primeiro Grupo Escolar de Marília e sua vida foi totalmente consagrada ao ensino primário e às crianças marilienses” (TOBIAS, 1990, p. 103). “O menino Balthazar fez seus primeiros estudos no Externato Santo Antônio, de D<sup>a</sup>. Elisa Monteiro Costa, em Pindamonhangaba, e posteriormente no Grupo Escolar de Barra Funda, hoje Antonio Prado em São Paulo. [...] De 1923 a 1929 ocupa o cargo de Diretor das Escolas Reunidas de Mirante, hoje Cabrália Paulista, então pertencente ao Município de Piratininga” (TOBIAS, 1990, p. 106). “Por decreto de 27 de janeiro de 1930 foi criado o Grupo Escolar de Marília, que se instalou a 7 de fevereiro de 1930. O Prof. Balthazar de Godoy Moreira, nomeado seu primeiro diretor, aqui chegou a 1 de fevereiro de 1930, tendo-se verificado a instalação no dia 4 de fevereiro do mesmo ano. Até fins de 1935 permaneceu o Prof. Baltazar na direção do 1º Grupo Escolar de Marília” (TOBIAS, 1990, p. 107). “Ao mesmo tempo em que transformava sua escola em casa-padrão de ensino, criava uma porção de atividades escolares e pára-escolares, como a fundação da Biblioteca Escolar, a criação da Associação de Pais e Mestres, as ‘palestras pedagógicas’ em que em 14 de setembro já perfaziam o número de dez; orientação técnica para o jardim de infância; fundação e manutenção do ‘Correio Escolar’ [...]” (TOBIAS, 1990, p. 111). “O Prof. Balthazar, como diretor, reunia os membros do corpo docente a fim de coordenar as atividades administrativo-docentes do Grupo Escolar, inclusive o movimento de implantação da Pedagogia Nova” (TOBIAS, 1990, p. 114).

que propicie o desenvolvimento do senso de solidariedade e cooperação social (TOBIAS,1990, p. 111-112).

O primeiro Parque Infantil público em Marília foi idealizado em 1930, com a doação do terreno para construção (SOUTO, 2003). No entanto:

[n]o ano de 1936, de acordo com o decreto de número 73, foi aprovada a construção do referido Parque e inaugurado em 1937 como o primeiro Parque infantil da cidade de Marília, destinado à prática de exercícios físicos e recreação das crianças. A fim de melhor atender as necessidades, o poder executivo municipal de 1944 efetuou a remodelação completa, dotando-o de aparelhos necessários aos esportes aqui praticados (SOUTO, 2003, p. 300).

O Parque Infantil <sup>15</sup> de Marília foi reformulado em 1944, sendo composto por:

[u]ma belíssima piscina revestida de azulejos brancos com instalações próprias para tratamento de água com filtro e demais peças para a coloração e ladeada por um passeio de ladrilhos de cimento, cercada de artística balaustrada de concreto. Um vasto gramado se destina a ginástica em conjunto, corridas et., onde se acham localizados também os diversos aparelhos para o divertimento esportivo da petizada. Outro acessório de real importância ali existente é a original quadra de bola ao cesto e “voleibol” colocada dentro de grande círculo e abaixo do nível do chão, cerca de 2 metros. É ladrilhado com postes de cimento. Ao redor, tem uma pista gramada em forma de anel, para corridas. As bancadas, também de forma circular, servem de anfiteatro, para representações infantis e outras festividades semelhando-se a uma

---

<sup>15</sup> “Na década de 1940, “[u]ma nova instituição, o parque infantil, começa a se estruturar no município de São Paulo, vinculada ao recém-criado Departamento de Cultura (DC) [...]. O parque infantil, na década de 1940, expande-se para outras localidades do país como o interior do estado de São Paulo, o Distrito Federal, Amazonas, Bahia, Minas Gerais e Recife e Rio Grande do Sul” (KUHLMANN JR., 2000, p. 9).

escadaria até o nível do chão, orlada de árvores. Os passeios do parque são recobertos de saibro branco, com sarjetas de tijolos revestidas de cimento roxo-terra. Um artístico portão dá ingresso ao Parque, onde são encontradas instalações das mais perfeitas e modernas com W.C. chuveiros em grande número para crianças de ambos os sexos, bebedouro de água com jacto direto; alpendre para jogos de salão, salas para médico, dentista, professores e para distribuição de refresco, leite, etc. (PÓVOAS, 1947, p. 107).

Em 6 de outubro de 1948, o Parque Infantil de Marília passa a ser chamado de Parque Infantil “Monteiro Lobato”<sup>16</sup>, em homenagem ao escritor Monteiro Lobato (SOUTO, 2003, p. 300).

À medida que a região crescia, com a expansão da economia cafeeira e a ampliação do sistema ferroviário, a cidade tomava projeção de destaque econômico no estado. No entanto, a falta de escolas era alarmante. Em 1934, o Recenseamento Escolar do Estado apontou que na região de Marília havia uma população escolar de 9.458 crianças, mas “[...] 8.359 não frequenta a escola, sendo 7.520 analfabetos” (TOBIAS, 1990, p. 94).

Para amenizar o quadro de falta de escolas e vagas, em 1935, o prefeito João Neves Camargo adquiriu o “[...] Ginásio “Olavo Bilac”, o qual pertencia ao Prof. Paulo Noronha” (SOUTO, 2003, p. 271), que funcionou até 1945.

Em 1936, Marília foi um dos municípios de São Paulo que apresentou:

---

<sup>16</sup> O Parque Infantil “Monteiro Lobato” em 04 de setembro de 1978, por meio da Lei Municipal nº 2524, foi denominado Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) “Monteiro Lobato”. A EMEI funciona normalmente até os dias atuais.



[...] o menor número de escolas em relação à densidade de habitantes: enquanto grande parte tem de 8 a 12 escolas por mil habitantes, o índice de Marília é de 5,9. Por isso, a reclamação do povo de Marília em prol da criação de escolas pelo governo era uma constante em todos os jornais da cidade (TOBIAS, 1990, p. 95).

Em contrapartida, em 1936, Marília foi a cidade com maior produção de algodão no Estado de São Paulo, com 8.746 toneladas à frente de Campinas com produção de 7.718 toneladas (SOUTO, 2003, p. 281). Nesse ano, a cidade também foi a quarta colocada no Estado de São Paulo “[...] em arrecadação, era um dos maiores centros de produção de café, arroz e algodão (SOUTO, 2003, p. 289). Por fim, ainda em 1936, “[...] foram instaladas em Marília grandes indústrias: Sanbra S.A. e Anderson Clayton S.A., em 1937 a S.A. Indústrias Reunidas F Matarazzo, todas na compra e beneficiamento de algodão” (SOUTO, 2003, p. 281).

Em 1938, Marília foi oficialmente denominada “capital da Alta Paulista”, “[...] posição válida sob vários aspectos: político, econômico e cultural [...]” (TOBIAS, 1990, p. 96). A cidade de foi classificada a quinta maior colocada em arrecadação de receitas do Estado de São Paulo (SOUTO, 2003, p. 311).

Nesse mesmo ano, no campo educacional, havia um total de 135 escolas, sendo 50 escolas públicas estaduais, 34 escolas públicas municipais; e 51 escolas particulares (TOBIAS, 1990, p. 97). Segundo Tobias (1990), constata-se que nos dez primeiros anos de existência foi “[n]otável o exemplo de Marília que, quase sem nenhum auxílio das autoridades oficiais do Estado, acabou praticamente sozinha resolvendo seus problemas de instrução [...]” (TOBIAS, 1990, p. 164).

Para compreender o aumento do número de crianças nascidas na cidade, localizei o movimento do Cartório de Paz de Marília, entre 1938

e 1948, com o número de crianças nascidas no decorrer de dez anos (1938-1948), conforme pode ser observado no Quadro 1.

**QUADRO 1 - Movimento do Cartório de Paz de Marília (1938-1948)**

<b>Ano</b>	<b>Nascimentos</b>	<b>Casamentos</b>	<b>Óbitos</b>
1938	1954	268	1037
1939	1978	236	996
1940	1956	243	977
1941	2071	293	1155
1942	2210	331	915
1943	2011	289	1007
1944	1945	236	937
1945	2042	252	856
1946	2004	261	945
1947	2126	252	1008
1948	2193	334	789

Fonte: SOUTO (2003, p. 380)

Em 1939, a zona urbana de Marília:

[...] passa a ter 4358 edifícios instalados, representando um incremento de edificações em relação a 1928, de aproximadamente 694%. A consolidação da importância regional de Marília veio com a abertura das estradas de rodagem, ligando-a à Noroeste, a Sorocabana, ao Norte do Paraná e principalmente as áreas em início de exploração, com prolongamento de trilhos da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Zillo & Cia inicia a compra de algodão com máquina de beneficiamento de caroço de algodão (SOUTO, 2003, p. 314).

Em 1945 foi criado o ensino secundário e a primeira Delegacia Regional de Ensino, sob a direção do Delegado de Ensino em Marília, professor Otaviano José Corrêa Junior (SOUTO, 2003, p. 347).

Ainda em 1945, o Ginásio Municipal foi transformado em Ginásio Estadual<sup>17</sup> e pela:

[...] Lei nº 75, de 23 de janeiro de 1948, foi criada a Escola Normal Oficial de Marília, anexa ao mesmo, tendo sido instalada a 1º de agosto desse mesmo ano. No ano de 1949, foi instalado o curso Pré-Primário, anexo à Escola Normal. Com uma instrução à base de gratuidade total e com professores à sua altura, tem esse novel Estabelecimento secundário a preferência de alunos menos favorecidos (SOUTO, 2003, p. 271).

Em 1947, Marília foi considerada um dos mais importantes centros industriais<sup>18</sup> do interior do estado de São Paulo. “As estatísticas realizadas no início do corrente ano, colocam Marília no 4º lugar como cidade industrial do Estado com relação ao número de operários” (PÓVOAS, 1947, p. 147).

Marília também se destacou no interior do estado pelo comércio. O comércio do município foi considerado:

---

<sup>17</sup> “[...] até 1930 o estado manteve apenas três ginásios oficiais – o Ginásio de São Paulo instalado em 1894 e os ginásios de Campinas e de Ribeirão Preto instalados respectivamente em 1896 e 1906. A criação do Ginásio Oficial de Araraquara ocorreu entre 1932 e 1934 no bojo da política de expansão de vagas de nível secundário implementada pelos interventores que governaram o estado durante a Era Vargas (1930-1945). Tal política privilegiou a rede de ginásios municipais criando o ginásio estadual a partir de estabelecimentos já existentes e contando com a colaboração dos poderes públicos locais no que se refere à doação de prédios, terrenos, mobiliários e, em alguns casos, despesas com a manutenção das escolas por um ou dois anos” (SOUZA, 2014, não paginado).

<sup>18</sup> Em 1945, foi fundada a Fábrica de Doces Cristal, com uma frota de 10 caminhões e contratação de 100 operários, que depois, foi chamada de Ailiram; em 1957, foi fundada, na cidade, a indústria de Biscoitos Marilan e a indústria de Biscoitos Xereta; em 1958, foi fundada a indústria e comércio Sasazaki, contratando 50 funcionários; a indústria Intercoffe, fundada, em 1962, com atividades de produtora, comissária e exportadora de café; em 1967, a indústria de pipoca e amendoim com o nome de Guri, e posteriormente a Dori alimentos (SOUTO, 2003).

[...] um dos mais ativos do interior do Estado. Confirma esta afirmativa o elevado número de seus estabelecimentos comerciais que atinge a 1.044.[...] Avalia-se a importância do comércio de uma cidade pelo número de seus estabelecimentos de crédito e Marília com exceção de Santos é a cidade do interior de maior movimento bancário (PÓVOAS, 1947, p. 146).

Em 1950, Marília foi a oitava cidade, dentre os municípios paulistas mais populosos, apresentando uma população de 86.844 (SOUTO, 2003, p. 388).

No ano de 1954, a produção de amendoim do Estado teve, somente na região de Marília a Tupã, a porcentagem de 55% sobre o total do Estado [...] (SOUTO, 2003, p. 342).

Em 1960, as manifestações dos jornais de Marília por escolas e vagas eram recorrentes. O atendimento em número de vagas no ensino público era deficitário e não atendeu à população de 5 a 9 anos, “[...] a reclamação do povo de Marília em prol da criação de escolas pelo governo era uma constante em todos os jornais da cidade” (TOBIAS, 1990, p. 95). Segundo dados do Recenseamento Geral (São Paulo, 1960) do Estado de São Paulo, havia uma população total de 12.848 de crianças de 5 a 9 anos de idade em Marília, no entanto, apenas 4.841 destas eram estudantes que frequentavam escolas.

Na década de 1960, as taxas de crescimento da região<sup>19</sup> de Marília apresentaram um ritmo lento:

---

<sup>19</sup> “Em 1960, a região administrativa, na divisão política-administrativa do Estado de São Paulo, contava com 47 municípios: Bastos, Gália, Garça, Herculândia, Marília, Pompéia, Vera Cruz, Bela Vista, Assis, Cândido Mota, Maracá, Palmital, Paraguaçu Paulista, Quatá, Bernardino de Campos, Chavantes, Fartura, Ipauçu, Óleo, Ourinhos, Piraju, Salto Grande, Santa Cruz do Rio Pardo, São Pedro do Turvo, Tupã, Quintana, Oriente, Álvaro de Carvalho, Lutécia, Oscar Bressane, Campos Novos Paulista, Ibirarema, Manduri, Tamburi, Echaporã, Iacri, Ocaçu, Lupércio, Alvinlândia, Platina, Florínea, Sarutaiá, Taguaí, Queiroz, Borá, Cruzália, Ribeirão do Sul e Tejuapá” (SÃO PAULO, 1960).

[...] o abandono de solos esgotados com a cultura intensiva de café, a introdução de atividades substitutivas à cultura cafeeira, que demandam menos mão de obra podem ser apontados como esclarecedores dessa situação (SÃO PAULO, 1971, p. 14).

Segundo o Recenseamento Geral (SÃO PAULO, 1960) do Estado de São Paulo, havia registrada na região de Marília, em 1960, uma população total de 705.862, sendo 286.061 de população urbana e 419.801 de população rural. Dessa população total, 112.443 (286.061 x 15,93%), eram crianças de 0 a 4 anos, conforme Quadro 2.

**QUADRO 2 - Composição etária da população da região de Marília, em 1960 (em valores percentuais)**

<b>ANOS GRUPOS DE IDADE</b>	<b>1960 (%)</b>
0 — 4	15,93
5 — 9	14,98
10 — 14	12,64
15 — 19	10,46
20 — 29	16,45
30 — 39	11,89
40 — 49	8,27
50 — 59	5,05
60 — 69	2,81
70 — 79	1,04
80 +	0,36
IGNORADA	0,12

Fonte: São Paulo (1971, p. 32)

No ano de 1960 foi registrada uma população total de 90.884 na cidade de Marília/SP, sendo 54.178 na zona urbana e 36.706 na zona rural

(SÃO PAULO, 1960). A industrialização de produtos agrícolas começou a se destacar na região, o setor industrial cresceu em torno de 35% e proporcionou um aumento no processo de urbanização das cidades da região (SÃO PAULO, 1971, p. 27).

Êsse fenômeno vincula-se às alterações ocorridas na base produtiva da Região, bem como reflete a evasão populacional do campo em busca de novas oportunidades nas áreas urbanas. Cabe destacar aqui um fenômeno que se verificou em todas as áreas agrícolas do Estado e que se constituiu na substituição de trabalhadores permanentes por volantes e sazonais

Êste fato traz uma série de implicações relacionadas com a composição e distribuição da população. Em primeiro lugar ocorre a diminuição da mão de obra no campo, uma vez que esta procura localizar-se junto aos núcleos urbanos onde possa encontrar condições de atendimento básico. Entretanto, essa população não encontrando a estabilidade que procurava nas áreas urbanas, onde muitas vezes permanece em condições subemprego, acaba por deixar a região (SÃO PAULO, 1971, p. 29-30).

Nesse mesmo ano, havia no município um total de 17.631 famílias registradas no Recenseamento Geral do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 1960), sendo que 16.351 dos chefes de família eram os homens e 1.280 eram as mulheres. Esses dados demonstram que 1.280 mulheres chefes de família precisavam de um local onde pudessem deixar seus filhos enquanto trabalhavam.

## 1.2 Primeiras instituições assistenciais e confessionais em Marília/SP (1930-1990)

A falta de oferta de escolas e vagas públicas nas escolas de Marília provavelmente contribuiu para que fossem inauguradas, a partir de 1934, as escolas confessionais, por iniciativa de comunidades religiosas: católicas e espíritas.

Segundo Lara (1991), entre 1934 e 1958, foram inauguradas as seguintes escolas confessionais católicas:

- em 1934, foi inaugurado o Colégio “Sagrado Coração de Jesus”, dirigido pela congregação religiosa católica “Irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus” (LARA, 1991, p. 194). O Colégio “[...] iniciou as suas atividades com o curso primário do 1º ao 4º ano” (SOUTO, 2003, p. 242), com a matrícula de 1.500 alunos. Em 1937, passou a se chamar Ginásio “Sagrado Coração de Jesus” e nele instalou-se o curso ginásial com regime de internato e externato só para meninas (SOUTO, 2003, p. 242). Em 1944, foi instalado também uma Escola Normal, com o “[...] início a classe do Pré-Normal e do 1º Ano Profissional” (SOUTO, 2003, p. 242).
- em 1958, foi inaugurada pelo padre Luiz Otávio Bicudo de Almeida, a associação intitulada “Colégio Cristo Rei” que pertence à Congregação dos Irmãos do Sagrado Coração<sup>20</sup>:

[...] os irmãos vieram do Canadá para o Brasil em 1945, atendendo ao pedido de Dom Inocêncio Engelke, bispo de Campanha, Minas Gerais, que necessitava de religiosos para administrar o Ginásio

---

<sup>20</sup> A Congregação dos Irmãos do Sagrado Coração foi fundada na França em 1921.

Diocesano da cidade. Dom Hugo Bressane de Araújo, bispo de Marília, conhecendo os Irmãos em Campanha, convidou-os para fundarem, nesta cidade, uma obra educacional (SOUTO, 2003, p. 456).

Ainda segundo Lara (1991), um grupo de católicos da cidade, chefiados pelos padres, inauguraram as seguintes instituições assistenciais:

- em 1930, o Lar “São Vicente de Paulo”, destinado à “velhice desvalida”;
- em 1934, o Roupeiro “Santa Rita de Cássia” que foi assistido por “senhoras da sociedade local”, uma “[...] associação de caridade, que mantém assistência e domicílio, roupas, medicamentos, alimentos, funerais gratuitos, etc. [...]” (SOUTO, 2003, p. 258);
- em 1936, o Asilo “São Vicente de Paulo”, administrado pelas “[...] irmãs Missionárias Zeladoras do Sagrado Coração de Jesus [...]” (SOUTO, 2003, p. 286);
- em 1943, a creche “Juventude Católica de Marília”, cujo objetivo inicial foi “[...] incentivar a educação física e intelectual das crianças, jovens e adultos [...]” (LARA, 1991, p. 181);
- em 1946, o Albergue Noturno “São José”, prestador de atendimento aos “indigentes”;
- em 1949, o Lar da Criança, fundado por Dona Olívia Cândida de Almeida, esposa do Coronel Galdino de Almeida. Instituição em que “[...] as crianças internas, recebidas sob orientação do Juiz de Direito, maiores de 3 anos, recebem tratamento completo de assistência [...]” (SOUTO, 2003, p. 182-183). Em 1979, o Lar da Criança foi transferido de endereço e



ficou vinculado à Paróquia de Santo Antônio e monitorado pelas Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, “[...] dedicado ao serviço de creche, atendendo a menores de ambos os sexos, até a idade de 6 anos” (LARA, 1991, p. 179-180). Em 1983, a direção interna do LAR passou a ser exercida por voluntários, abrigando crianças para que as mães pudessem trabalhar durante o dia;

- em 1958, a Creche D<sup>a</sup>. Nanhã , “[...] com horário de trabalho que vai das 7 às 19 horas” (SOUTO, 2003, p. 452). Segundo o Correio de Marília, em 1958, havia uma fila de espera de quase cinquenta crianças para matrículas na Creche recém-inaugurada e informava que:

[a] s domésticas e operárias que conseguiram um lugar para os seus filhos na Creche D<sup>a</sup>. Nanhã devem sentir-se felizes por poderem trabalhar sem maiores preocupações. Sabem elas que os seus filhos não mais ficarão abandonadas em mãos mercenárias, pois estão sob os cuidados maternos das irmãs seculares e num ambiente propício para o desenvolvimento físico. E que ao fim do dia, quando os forem buscar à creche, receberão dos braços acolhedores da irmã Mafalda ou da irmã Odila, os seus filhos bem limpos, bem agasalhados e bem alimentados. É de se esperar que a exemplo da Creche D<sup>a</sup>. Nanhã, surja, outras em Marília; a cidade grande como é, comporta mais duas ou três creches, disseminadas de preferência pelos bairros operários de maior aglomerado humano. É para os filhos dos pobres trabalhadores que as creches são fundadas. E beneficiando os filhos dos operários, a creche beneficia paulatinamente a sociedade em geral, que está no dever de ampará-la materialmente com o seu auxílio que, pouco ou muito, reverterá futuramente em seu próprio benefício. As crianças matriculadas nas creches terão forçosamente de crescer com mais saúde e mais fortaleza do que as outras crianças abandonadas aos cuidados de pessoas leigas e inescrupulosas por ignorância aos preceitos da higiene e da alimentação racional. Por isso se faz necessário o amparo do povo

em geral a essas instituições beneméritas que são as creches, para que elas frutifiquem em nosso meio com o exemplo da pioneira que é a Creche D<sup>a</sup>. Nhanhã (CORREIO DE MARÍLIA, 1958, *apud* SOUTO, 2003, p. 452).

- em 1990, a creche “ Nossa Senhora da Glória ”, para os filhos das mulheres que trabalhavam na lavanderia comunitária católica.

A comunidade Espírita<sup>21</sup> também esteve presente e atuante nos primórdios da cidade de Marília. O primeiro centro espírita foi fundado em Marília no dia 30 de novembro de 1928. Segundo Lara (1991), os espíritas se dedicavam às práticas assistenciais, às reuniões de estudos sobre o espiritismo e às artes.

Um membro notável da comunidade espírita foi José Herculano Pires<sup>22</sup>, conhecido como o “filósofo do espiritismo” e idealizador da “pedagogia espírita”. Morador da cidade de Marília por alguns anos, reconhecido no interior do estado de São Paulo e nacionalmente, ele foi militante em favor da escola pública em Marília e no interior de São Paulo.

---

<sup>21</sup> Centro Espírita “Luz, fé e caridade” (1928); Centro Espírita “Luz e Verdade” (1931); Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza” (1938); “Centro Espírita Redentor” (1940); Sociedade Espírita “Vicente de Paulo” (1941); Comunidade Espírita “Eurípides Barsanulfo” (1957); Grupo Espírita “Jesus de Nazaré” (1959); Grupo Espírita “Allan Kardec” (1969); União Espírita “João de Camargo” (1972); “Comunhão Espírita de Marília” (1974).

<sup>22</sup>José Herculano Pires (1914-1979), nascido em Avaré, graduou-se em filosofia pela Universidade de São Paulo, casado com Maria Virgínia de Anhaia Ferraz “[...] desenvolveu atividades em vários setores. Foi proprietário de jornal, catedrático, um dos fundadores da União das Sociedades Espíritas de São Paulo- USE (de que provavelmente se afastou por encaminhar-se a instituição pelos atalhos das políticas internas do movimento) e do Instituto Espírita da Educação, fundador e presidente do Clube de Jornalistas Espíritas (1948), fundador dos jornais O KARDECISTA e A MENSAGEM. Lançou e manteve viva enquanto pôde (e não pôde mais pelo desinteresse dos leitores e por problemas financeiros) a REVISTA EDUCAÇÃO ESPÍRITA; inaugurou o primeiro curso sobre Pedagogia Espírita no mundo (ministrado, em 1970, no Educandário Pestalozzi, em Franca, a convite do Tomás Novelino). Fundou e dirigiu a Editora Paidéia (1976), depois levada à frente por sua esposa Maria Virgínia Ferraz Pires, falecida em 2000. Nas mais de 80 obras que escreveu, Herculano expunha as ideias que vivia existencialmente e soube também exprimi-las de maneira poética, convocando os espíritas a assumirem uma posição ativa e engajada neste mundo” (INCONTRI, 2001, p. 173, grifos no original).

Em meio às múltiplas militâncias de Herculano, destaca-se o seu engajamento na Campanha da Defesa da Escola Pública, no virar da década de 50 a 60. O país vivia então mergulhado nos debates acirrados entre aqueles que defendiam a escola pública laica, obrigatória e gratuita e aqueles que, em nome da liberdade de ensino, queriam mais amplos privilégios para as escolas particulares e confessionais (INCONTRI, 2001, p. 171).

O Clube de Jornalistas Espíritas [presidido por Herculano] havia lançado, em 1960, a Associação Espírita de Defesa da Escola Pública. Em 62, envia um manifesto a todos os associados e à imprensa espírita e não-espírita, conclamando todos à resistência e à vigilância para que a escola pudesse ser um local de liberdade de consciência. Entre as metas propostas neste novo manifesto, havia os seguintes itens: “Luta incessante contra o ensino religioso nas escolas, por constituir instrumento de coação das majorias religiosas contra as minorias, o elemento de condicionamento das consciências, conseqüentemente, de deformação do ensino e da educação; luta incessante contra as discriminações raciais, de cor, ideológicas e religiosas, nos estabelecimentos de ensino públicos e particulares, com denúncia e ação judicial nos casos concretos” (INCONTRI, 2001, p. 172).

Herculano Pires foi atuante no jornalismo e:

[...] fez o penoso jornalismo interiorano, enfrentando os poderosos e defendendo as causas justas. Na década de 30, em meio ao estrépito das derrubadas e queimadas, fez-se o pioneiro do jornalismo na Alta Paulista, editando em Marília recém-fundada, o DIÁRIO PAULISTA (DAMANTE, 1979, *apud* INCONTRI, 2001, p. 165).

Além disso, ele secretariou o “Primeiro Congresso Espírita da Alta Paulista”:

[o] mais importante acontecimento doutrinário ocorrido no interior do Estado de São Paulo [...] . Realizado no período de 30 de março a 4 de abril de 1946 em *Marília*, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, esse congresso histórico foi promovido pelos centros espíritas marilienses e repercutiu pelo Brasil afora (RIZZINI, 2000, p. 53, grifo meu).

Após o término do Congresso, a comunidade espírita, provavelmente motivada pelo resultado do evento, decidiu fundar o Educandário “Bezerra de Menezes”<sup>23</sup>, “[...] com a finalidade de criar um estabelecimento de ensino, destinado a proporcionar cursos pré-infantil, primário, secundário e ainda profissional [...]” (LARA, 1991, p. 198), e também, para “disseminar” a “Educação Espírita” (PIRES, 1985).

O jornal *Correio de Marília*<sup>24</sup> publicou, em 30 de dezembro de 1954, um artigo que destacava a iniciativa de “[...] algumas pessoas gradas e empreendedoras de Marília [...]” (SILVA, 1954, não paginado) empenhadas na instalação do Educandário “Bezerra de Menezes”:

---

<sup>23</sup> Adolfo Bezerra de Menezes “[...] nasceu em Riacho do Sangue, uma pequena cidade do Ceará. [...] Graduou-se em 1865 e em 1858 foi nomeado como assistente do Corpo de Saúde do Exército, no posto de Cirurgião-Tenente. Foi um homem de diversos cargos políticos. Foi eleito vereador no Rio de Janeiro em 1861 e 1864. Em 1866, foi eleito deputado Provincial pelo Rio de Janeiro. Retornou à política como vereador no período de 1873 a 1885, ocupando várias vezes as funções de presidente interino da Câmara Municipal. Foi eleito deputado geral pela Província do Rio de Janeiro no período de 1877 a 1885, ano em que encerrou a sua carreira política. Entre os seus feitos como homem público, que não foram poucos, está a luta pela regulamentação do trabalho doméstico visando conceder a essa categoria, inclusive, o aviso prévio de 30 dias. [...] A partir de 1883 ele começou a publicar artigos doutrinários no jornal *Reformador*. No ano seguinte, passou a contribuir também com o periódico *O Paiz* na seção intitulada ‘Spiritismo - Estudos Philosophicos’. Nesta época, na década de 1880, havia neste espiritismo incipiente, uma clara divisão entre dois ‘grupos’ de espíritas: os que aceitavam o Espiritismo em seu aspecto religioso (maior grupo, o qual se incluía Bezerra) e os que não aceitavam o Espiritismo nesse aspecto. Foi em 1889, que Bezerra de Menezes foi eleito como presidente da Federação espírita Brasileira por ter sido considerado como o único capaz de superar tais divisões. Estudou e traduziu obras de Allan Kardec e continuou a doutrinair através de seus artigos jornalísticos no *O Paiz* até o fim de 1893. Foi convidado em 1895 a reassumir a presidência da FEB, função que exerceu até à data de seu falecimento.” FERNANDES, Ana Luiza. Essas informações foram extraídas do *site* Wemystic Brasil. Disponível em : <http://www.wemystic.com.br/artigos/quem-foi-bezerra-de-menezes/>. Acesso em: 29 jun. 2018.

<sup>24</sup> O *Correio de Marília* foi o primeiro jornal que nasceu em Marília, em 1928. O fundador foi Alfredo Augusto de Araújo a convite de Bento de Abreu Sampaio Vidal (LARA, 1991)

[e]starmos ainda deficientes das casas de educação, quanto ao seu número e capacidade de recepção de alunos, motivo pelo qual idealizaram a construção de um conjunto de casas de ensino que viesse suprir, senão no todo, em parte, as falhas porque passa nossa cidade e região. [...] Obra magnífica e majestosa será sem dúvida alguma, pois contará com Jardim de Infância, Ginásio, Colégio, Escola Normal, Escola de Artes Domésticas e Artesanatos. Suas dependências irão obedecer os requisitos mais modernos de construção e a mais moderna pedagogia, para que seus alunos possam auferir ensinamentos em escala mais acentuada e com maior facilidade.[...] O que mais se nos afigura como gestão altamente dignificante de sua diretoria e idealizadores, é que destinar-se-à o Educandário, orçado em 24 milhões de cruzeiros, indistintamente, a todos que desejarem estudar, seja qual for o sexo, côr, religião ou situação financeira, pois somente pagarão as mensalidades aqueles que puderem, tendo os demais, estudo gratuito (SILVA, 1954, não paginado).

O Educandário tinha por lema “Educar antes de ensinar” e a proposta educacional foi matricular os filhos da comunidade espírita (pagantes) e dos setores mais carentes do município, pois até então a predominância era de escolas particulares ligada à igreja católica — Colégio “Sagrado Coração de Jesus” e o Colégio “Cristo Rei”. Além do mais, o Educandário foi inaugurado, em 1954, para preencher a lacuna do ensino público da cidade, estando aberto à população necessitada de forma gratuita, como ação filantrópica.

O objetivo da Pedagogia Espírita foi o desenvolvimento de novas perspectivas educacionais e criação de uma rede própria, com instituições como o Educandário Pestalozzi (1944), de Franca; o Instituto Espírita de Educação (1947), na cidade de São Paulo; o Colégio Allan Kardec (1907), de Sacramento, em Minas Gerais; o Instituto Lins de Vasconcelos (1949), em Curitiba, Paraná; e o Educandário Bezerra de Menezes, em Marília.

Em 1958:

[...] o Educandário [“Bezerra de Menezes”] continuou sua trajetória, com o pré-infantil, inaugurado sob os cuidados das professoras Guiomar de Carvalho Rocha, prima de Eurípides e a filha dele Lyriss de Negreiros Rocha, voluntária na educação primária e pré-infantil. Com veículos próprios, elas buscavam e levavam os menores às suas casas (SOUTO, 2003, p. 466).

Em 1965, segundo Lara (1991), o grupo espírita que se dedicava à direção do Educandário “Bezerra de Menezes”, “encabeçado” por Francisco Benedito Luiz de Anhaia Ferraz<sup>25</sup> e Hygino Muzzi Filho<sup>26</sup>, “entusiasmados” pelo incentivo do Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Marília, Antônio de Carvalho Brandão, que lecionava na Faculdade de Direito de Bauru, resolveram criar em Marília uma faculdade de Direito, Ciências Contábeis e Administração de Empresas, denominada Fundação

---

<sup>25</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>26</sup> Hygino Muzzi Filho “[n]asceu em Macaé, Estado do Rio de Janeiro. Chegou em Marília em 16 de abril de 1928, instalando-se como alfaiate- “Alfaiataria Carioca” e depois a casa comercial- “Nova América”. Filantropo foi o idealizador e construtor de várias obras assistenciais da cidade [...]. Foi o fundador e construtor do Climático Hotel de Campos Novos Paulista. Alguns dias antes de seu falecimento ocorrido em 12 de novembro de 1974, a Câmara Municipal de Marília outorgou-lhe o título de Cidadão Benemérito, que recebeu em seu leito e, a requerimento nº 8130 do vereador Ruy Avalone Garrido, foi dado seu nome a Avenida em frente às Faculdades no Campus Universitário. LARA, Paulo Corrêa de. Essas informações foram extraídas do *site* Ruas de Marília. Disponível em: <http://www.univem.edu.br/ruasdemarilia/index.php?id=2257>. Acesso: em 23 jun. 2018.

de Ensino<sup>27</sup> “Eurípedes Soares da Rocha”<sup>28</sup>, de natureza confessional e caráter espírita, que foi instituída em agosto de 1967.

Para Pires (1985), a Educação Espírita seguia “[...] uma lei natural do fenômeno educacional em todo o mundo e em todos os tempos [...]” (PIRES, 1985, p. 22). Essa educação deveria estar nas escolas espíritas, “[...] numa vasta rede escolar, que vai do pré-primário até o universitário, abrangendo todos os níveis de ensino” (PIRES, 1985, p. 22).

Em 1939, a presença atuante de cidadãos da comunidade espírita liderou a instalação do “Hospital Espírita Deus”, instituição voltada ao tratamento dos “doentes mentais”, “[...] tendo a diretoria composta dos seguintes: Eurípedes Soares da Rocha, Paulo Corrêa de Lara, José Herculano Pires, Luiz Laraya e Hygino Muzzi Filho” (SOUTO, 2003, p. 315). Foram inauguradas também as entidades assistenciais, tais como:

---

<sup>27</sup> A Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha” fundada em 1967, hoje é denominada Centro Universitário “Eurípedes de Marília”. Segundo o reitor Soares (2016, não paginado), o Centro Universitário “[...] pode ser considerado a maior instituição espírita do Brasil atuando no ensino superior brasileiro [...] com 11 cursos superiores de graduação, sendo o curso de Direito com Nota Máxima pelo MEC, 8 cursos de pós-graduação Lato Sensu e o Mestrado em Direito que é Nota 3 pela Capes”. CARRARA, Peter Orson. O reitor do Centro Universitário Eurípedes de Marília, mantido pela Fundação de Ensino Eurípedes Soares da Rocha, fala sobre a origem e objetivos da instituição. 10 abr. 2016. Essas informações foram extraídas do *site* O Consolador. Disponível em: <http://www.oconsolador.com.br/ano10/460/entrevista.html>. Acesso em: 23 jun. 2018.

<sup>28</sup> Eurípedes Soares da Rocha (1883-1963), “[...] nascido em Rezende, Estado do Rio de Janeiro em 16 de fevereiro de 1883 e falecido em Marília em 21 de setembro de 1963. De Atibaia veio para Marília em 1928, quando em sociedade com Luiz de Souza Leão e João do Val, abrem o loteamento da cidade de Tupã, e depois Parapuã, ex-canaan. Em Marília, em 1932 é nomeado Prefeito da cidade [...]. Eleito vereador em 1936 foi escolhido pelos seus pares para a Presidência, deixando-a quando assume o cargo de 2º Oficial de Registro de Imóveis da cidade. Dotado de grande generosidade é em 1939, um dos fundadores do Hospital Espírita de Marília, para cuja construção contribui com todos os tijolos. Também fundador do Educandário Dr. Bezerra de Menezes, para a qual contribui com grande parte do terreno. As suas expensas e de sua esposa D. Carlota de Negreiros Rocha institui a Fundação “Mansão Ismael” para velhos inválidos e abandonados. A Câmara Municipal lhe outorga o título de “Cidadão Benemérito” que não pode receber, dado seu estado de saúde. Seus companheiros das entidades assistenciais espíritas deram seu nome à Fundação de Ensino criada para manter as Faculdades de Direito, Ciências Contábeis e Administração de Empresas. Eurípedes Soares da Rocha também foi nome à praça em frente ao Centro de Saúde e a uma rua no Jardim Cavalieri e, o Estado deu o nome de sua esposa Prof<sup>a</sup>. Carlota de Negreiros Rocha a um Grupo Escolar na cidade. Eurípedes Soares da Rocha também foi fundador e um dos presidentes da Associação Filantrópica de Marília. LARA, Paulo Corrêa de. Essas informações foram extraídas do *site* Ruas de Marília. Disponível em: <http://www.univem.edu.br/ruasdemarilia/index.php?id=973>. Acesso em: 23 jun. 2018.

- Creche de Assistência Maternal “Alziro Zarur”<sup>29</sup> em 1952;
- Associação Filantrópica de Marília, em 1953, cuja finalidade foi: “[...] a) recolher e amparar os mendigos da cidade [...]; b) prestar amparo às famílias desempregadas e necessitadas [...]; c) para a realização de seus afins [...]” (LARA, 1991, p. 187);
- “Mansão Ismael”, estabelecida em 1955 foi considerada uma “[...] entidade para prestação à velhice desvalida” (LARA, 1991, p. 178);
- Lar das Meninas “Amélie Boudet”<sup>30</sup>, fundada em 1956 recebeu “[...] menores do sexo feminino de 0 a 13 anos de idade [...]” (LARA, 1991, p. 178);
- Restaurante Infantil, fundado em 1960. De acordo com Lara (1991), essencialmente, foi uma instituição que se dedicou à alimentação de menores em situação de miséria, compreendendo o bairro Palmital de Marília;
- Associação de Senhoras Espíritas de Marília, fundada em 1962, cuja finalidade foi o “[...] amparo à maternidade e a infância desvalida e a cooperação com associações de amparo a crianças já existentes” (LARA, 1991, p. 186);

---

<sup>29</sup> “Alziro Zarur (1914-1979), nasceu na cidade do Rio de Janeiro/RJ, Brasil. Jornalista, radialista, escritor, poeta, ativista social e grande pregador da Palavra de Deus, fundou a Legião da Boa Vontade (LBV), em 1º de janeiro de 1950 (Dia da Confraternização Universal) [...]” Alziro Zarur, saudoso fundador da LBV. Essas informações foram extraídas do *site* Legião da Boa Vontade. Disponível em: <https://www.lbv.org/quem-somos/alziro-zarur>. Acesso em: 29 jun. 2018

<sup>30</sup> “Amélie Gabrielle Boudet, nasceu no dia 23 de novembro de 1795, em Thiays, cidade do menor e mais populoso Departamento francês, o Sena. Desde muito cedo, demonstrou interesse pelos estudos. Vivaz e alegre, recebeu fina educação. Foi professora de Letras e Belas Artes, tinha dotes para poesia e desenho, escreveu três livros: *Contos primaverais* (1825); *Noções de desenho* (1826) e *O essencial em belas artes* (1828). Vivendo em Paris, no mundo das letras e do ensino, quis o destino que um dia que Amélie Boudet casasse com o professor Hippolyte Léon Denizard Rivail.” ISHIYAMA, Mary. Amélie Gabrielle Boudet. Abr. 2014. Essas informações foram extraídas do *site* Mundo Espírita. Disponível em: <http://www.mundoespirita.com.br/?materia=amelie-gabrielle-boudet>. Acesso em: 29 jun. 2018.



- Creche “Ignácio de Loyola Torres”, em 1966;
- “Casa do Caminho”, fundada em 1975, entidade “[...] onde se executava orientação moral e profissional do menor de ambos os sexos, bem como, aos seus familiares, [...] com aulas de moral cristã, reuniões doutrinárias e evangélicas para adultos [...]” (LARA, 1991, p. 186);
- Legião Feminina de Marília, em 1978, entidade que “socorreu” “[...] famílias carentes de alimentação, vestuários, remédios e outras necessidades” (LARA, 1991, p. 184).

As informações que apresentei neste capítulo foram/são importantes para a sistematização das reflexões sobre os primórdios da história da educação em Marília/SP. Destaco que a fundação das primeiras escolas particulares e a fundação das primeiras instituições assistenciais foram por iniciativa de membros de comunidades religiosas, justificando o cunho confessional das primeiras instituições escolares na cidade.

## CAPÍTULO 2

### Fundação da Creche “Ignácio de Loyola Torres” (1959-1966)

---

#### 2.1 Apresentação do livro ata da Creche “Ignácio de Loyola Torres”

Conforme mencionado anteriormente, localizei e recuperei o livro ata da Creche “Ignácio de Loyola Torres”. O livro está sob custódia de um membro da comunidade espírita local, Antônio Beiro<sup>31</sup>. Nele estão reunidas 104 atas manuscritas, com os registros das reuniões administrativas, no período entre 19 de fevereiro de 1961 e 13 de fevereiro de 1991. Na capa do livro consta como título: Creche “Ignácio de Loyola Torres”.

Também localizei uma ata datilografada em uma folha de papel sulfite avulsa, com duas páginas, não numeradas, intitulada *Ata do lançamento da pedra fundamental da creche “Ignácio de Loyola Torres”*, datada de 16 de agosto de 1959.

Nas atas foram registradas as reuniões administrativas pertinentes à Creche, como: projeção, planejamento, posse da diretoria, pagamento dos terrenos adquiridos, construção do prédio, arrecadação, posição econômica, valores recebidos do Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor<sup>32</sup> e prestação de contas.

---

<sup>31</sup> Antônio Beiro foi funcionário público, gerente aposentado do Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Faz parte da comunidade espírita local e fez parte da diretoria da Creche “Ignácio de Loyola Torres” desde o ano de 1964. Dedicou-se por mais de 30 anos ao trabalho voluntário na Creche.

<sup>32</sup> Consórcios intermunicipais são parcerias entre municípios para a realização de ações conjuntas. Lara (1991) discute que o Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor englobava os municípios de Marília, Vera Cruz, Pompéia, Herculândia, Quintana e Oriente, tendo sido entregue à administração do Professor Hermelino Flora.

Apresentarei, a seguir, as datas das reuniões registradas em atas.

**QUADRO 3 - Datas das reuniões administrativas contidas no livro ata “Creche Ignácio de Loyola Torres” (1961-1991)**

<b>Ano</b>	<b>Datas</b>
1959	16/08
1961	19/02; 26/03; 07/05; 01/10
1962	15/01
1963	15/01
1964	15/01; 05/04; 10/05; 02/08; 01/11
1965	15/01; 03/10; 07/11; 05/12
1966	15/01; 06/02; 06/03; 03/04; 08/05; 05/07; 23/07 14/08; 04/09; 02/10; 06/11; 04/12
1967	15/01; 06/02; 05/03; 09/04; 07/05; 04/06; 09/07; 06/08; 06/09; 28/10; 06/11; 04/12
1968	15/01; 06/02; 07/03; 04/04; 05/05; 06/06; 02/07; 04/08; 05/09; 03/10; 06/11; 03/12
1969	15/01; 04/02; 03/03; 05/04; 03/05; 05/06; 05/07; 06/08; 08/12
1970	05/01; 15/01; 06/04; 02/06; 05/10
1971	02/01; 15/01; 05/02; 04/05; 05/08; 28/08; 02/12
1972	05/01; 15/01; 02/04; 03/08; 12/08; 07/10; 21/10; 02/12
1973	05/01; 05/04; 07/07
1974	04/01
1975	05/01; 03/08; 06/09; 05/10
1978	06/01
1979	13/01; 27/01; 18/02; 04/03; 01/04; 08/04; 29/04; 02/06; 16/06; 22/07; 11/08
1985	27/01
1986	26/07
1991	13/02

Fonte: Tabela elaborada pela pesquisadora a partir das fontes localizadas, recuperadas e reunidas, 2018

## 2.2 Projeção e construção da Creche “Ignácio de Loyola Torres”

Segundo Pinheiro<sup>33</sup> (2007), o Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”<sup>34</sup> foi fundado em 13 de agosto de 1938, por Elói Alves da Silva e sua esposa Maria Nunes da Silva<sup>35</sup>, acompanhados de um grupo de “colaboradores”<sup>36</sup>.

Entre os primeiros colaboradores, Pinheiro (2007) destaca Angélica Buturi<sup>37</sup>, que, além de orientadora espiritual do Grupo, viabilizou, “sob instrução” do espírito de “Mãe Cristina”<sup>38</sup>, o projeto da Creche “Ignácio de Loyola Torres” da qual o Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza” passou a ser mantenedor. O nome da Creche foi dado em homenagem a um integrante do grupo, Ignácio de Loyola Torres<sup>39</sup>, que

---

<sup>33</sup> PINHEIRO, Donizete. 2007. Essas informações foram extraídas do *site* Marília Espírita: informações e debates. Disponível em: <http://www.mariliaespirita.jor.br/forum/viewtopic.php?f=51&t=320>. Acesso em: 25 abr. 2018.

<sup>34</sup> Alterado para Núcleo Espírita “Amor e Paz” (NEAP), em assembleia geral extraordinária em 16/10/2008.

<sup>35</sup> Maria Nunes da Silva é filha de Antônio Nunes, o primeiro corretor das vendas de lotes do Patrimônio de Alto Cafezal, que depois foi denominado de Marília.

<sup>36</sup> Colaboradores: “José Pollon, Joaquim Pedro de Oliveira, Jovina Rocha, Flávio Antonio da Rocha, João Polon Maria e Ignácio de Loyola Torres”. CARRARA, Orson Peter. 2013. A dirigente paulista fala sobre as modernas instalações do Núcleo Espírita Amor e Paz, de Marília-SP, inauguradas recentemente. Essas informações foram extraídas do *site* O Consolador. Disponível em: <http://www.oconsolador.com.br/ano6/304/entrevista.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>37</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>38</sup> Segundo a dirigente espírita, Karina Kasemodel de Araújo Rafaelli (2013), “Mãe Cristina” foi um “espírito desencarnado” que se identificou numa sessão mediúnica com esse nome. Havia sido uma escrava em vida passada e era comprometida com débitos do passado, relacionados a aborto de crianças. Ela obsidiava algumas pessoas do grupo de trabalhadores. Depois de sessões de ajuda espiritual, o espírito foi esclarecido e orientado. O Espírito, então, após se esclarecer, desenvolveu uma proposta de trabalho com crianças, incentivando os trabalhadores a arrecadarem fundos para a construção de uma creche, que foi inaugurada em 1966 e denominada Creche Ignácio de Loyola Torres, concretizando a proposta dos trabalhadores e da espiritualidade.” CARRARA, Orson Peter. 2013. A dirigente paulista fala sobre as modernas instalações do Núcleo Espírita Amor e Paz, de Marília-SP, inauguradas recentemente. Essas informações foram extraídas do *site* O Consolador. Disponível em:

<http://www.oconsolador.com.br/ano6/304/entrevista.html>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>39</sup> Não localizei informações até o momento.

conseguiu “doutrinar”<sup>40</sup> o “espírito desencarnado” da “Mãe Cristina” em uma das sessões mediúnicas<sup>41</sup>.

A Creche “Ignácio de Loyola Torres” foi idealizada pela “entidade assistencial e religiosa” e pela comunidade espírita no ano de 1959. Em 16 de agosto aconteceu a solenidade de lançamento da pedra fundamental e teve início o trabalho em “[...] prol da construção de uma creche com o objetivo de amparo à criança” (ATA DO LANÇAMENTO ..., 1959, não paginado).

A reunião foi presidida pelo representante da diretoria do Núcleo Espírita, Alfredo Ramos Novaes<sup>42</sup>, e pelo juiz de direito da Comarca de

---

<sup>40</sup> “A prática da doutrinação é uma arte em que o bom doutrinador vai se aprimorando na medida em que se esforça para dominá-la. Enganam-se os que pensam que basta dizer aos Espíritos que eles já morreram para os sensibilizar. Não basta, também, citar-lhes trechos evangélicos ou fazê-los orar repetindo a nossa prece. É importante também explicar-lhes que se encontram em situação perigosa, ameaçados por Espíritos maldosos que podem dominá-los e submetê-los aos seus caprichos. A ameaça de perda da liberdade os amedronta e os leva geralmente a buscar melhor compreensão da situação em que se encontram. Mas não se deve falar disso em tom de ameaça e sim de explicação pura e simples. Muitos deles já estão dominados por Espíritos maldosos, servindo-lhes de instrumentos mais ou menos inconscientes. O médium que recebe a entidade sente as suas vibrações, percebe o seu estado e pode ajudar o doutrinador, procurando absorver os seus ensinamentos. Através da compreensão do médium o Espírito sofredor ou obsessor é mais facilmente tocado em seu íntimo e desperta para uma visão mais real da sua própria situação. Doutrinador e médium formam um conjunto que, quando bem articulado, age de maneira eficiente para a entidade.” PIRES, José Herculano. *Obsessão*. 1979, p. 38-39. Disponível em: <https://palavraluz.files.wordpress.com/2012/04/obsessc3a3o-o-passe-a-doutrinac3a7c3a3o4.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>41</sup> “A manifestação mediúnica entretanto, momento de maior intensidade no contato entre os Mundos Invisível e Visível, é a marca das sessões privativas, entre elas as de Desenvolvimento e a de Desobsessão, nas quais apenas os médiuns em desenvolvimento ou já desenvolvidos participam”. [...]” (CASTRO, 1985, p. 58).

<sup>42</sup> Alfredo Ramos Novaes (1938-2011). “Alfredinho passou três anos no Kessler Institute for Rehabilitation, em Nova Jersey, tentando recuperar os movimentos que perdera aos 13, quando machucou gravemente a coluna enquanto brincava na água em Taquaritinga, onde os avós moravam. Ficou quadriplégico. No período em que Alfredo Ramos Novaes, o Alfredinho, esteve nos EUA, nos anos 50, seu pai montou na casa da família, em Marília (SP), uma sala repleta de cadeiras. À noite, a molecada da vizinhança se aglomerava naquele pequeno cinema para ver os filmes em 16 mm que o hospital norte-americano enviava, mostrando os avanços que o garoto vinha tendo. Ao voltar dos EUA, andava de muletas, com aparelhos nas pernas. Tinha movimento nos braços, mas não a capacidade de segurar objetos. Decidiu jogar xadrez. Nos anos 60, foi campeão estadual e chegou a presidir o Clube de Xadrez de Marília. Nos anos 70, casou-se e estudou direito. Além de advogado, teve uma indústria de massas alimentícias, um projeto agropecuário na região do Xingu, foi cafeicultor e criou búfalos em Marília. Quando o pai, Lázaro Ramos Novaes, criou uma empresa aérea em 1961, foi dele a ideia do nome Táxi Aéreo Marília. Vendida em 1967, a firma está na origem da TAM. Como lembra o irmão José Roberto, nos 59 anos em que foi cadeirante, Alfredinho nunca reclamou da situação. Ao contrário, era sempre

Marília/SP, José Gonçalves Santana<sup>43</sup> que destacou o objetivo da creche: o amparo à criança “desvalida” e que seria “mais uma Casa de assistência à criança” (ATA DO LANÇAMENTO ..., 1959, não paginado).

Estavam presentes na reunião os membros da diretoria do Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”<sup>44</sup>, as “autoridades de Marília e demais convidados.” A ata foi redigida pelo secretário Lauro Vargas<sup>45</sup> (ATA DO LANÇAMENTO ..., 1959, não paginado).

Após a reunião, foi oferecido um churrasco aos presentes, como uma “[...] demonstração do trabalho desenvolvido pelos elementos femininos do Núcleo ‘Amantes da Pobreza’” (ATA DO LANÇAMENTO ..., 1959, não paginado).

A reunião seguinte foi em 26 de março de 1961. Nessa reunião foi empossada a primeira diretoria administrativa da Creche, composta por: Hygino Muzzi Filho, como Provedor; Hélio Tavares Costa<sup>46</sup>, como Vice-provedor; Lauro Vargas<sup>47</sup>, como Primeiro Secretário; Casimiro Olímpio

---

procurado para dar conselhos, foi Membro do Clube dos Paraplégicos de SP [...]”. BERTONI, ESTÊVÃO. 2001. Essas informações foram extraídas do *site* Folha de S. Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0302201119.htm>. Acesso em: 29 jun. 2018.

<sup>43</sup> “José Gonçalves Santana nasceu em Natividade da Serra (SP), em 1917. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), turma de 1945. Ingressou na Magistratura em 1949 e foi juiz em Presidente Prudente, Cruzeiro, São Manuel, Marília e na Capital. Promovido ao Tribunal de Alçada em 1969, foi presidente da 4ª Câmara em 1971. Alçou ao cargo de desembargador do TJSP em 1979. Foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral em 1984. Aposentou-se da Magistratura em 1987. Faleceu em 1994.” TJSP homenageia desembargador José Gonçalves Santana e advogado Hélio Theresino da Silva. Essas informações foram extraídas do *site* Advogados de Jau. Disponível em: <http://advogadosdejau.com.br/v2018/tjsp-homenageia-desembargador-jose-goncalves-santana-e-advogado-helio-theresino-da-silva/>. Acesso em: 29 jun. 2018.

<sup>44</sup> Não havia informações na ata de quem eram os membros da diretoria.

<sup>45</sup> Lauro Vargas foi contador e fez parte em 1948 da entidade “Associação das empresas de serviços contábeis de Marília- AESCON”.

<sup>46</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>47</sup> Não localizei informações até o momento.

Vernashi<sup>48</sup>, como Primeiro Tesoureiro; e Odetto Berlanga<sup>49</sup>, Segundo Tesoureiro.

Na reunião do dia 1º de outubro de 1961, foi enfatizada a vontade da diretoria de prosseguir com os trabalhos de construção da Creche. Foi deliberado que se fizesse constar em ata a transcrição fiel de parte do relatório relativo às atividades da compra do terreno e construção da obra. Os representantes da diretoria informaram:

[...] o pagamento total da aquisição do terreno situado na Rua Cel. José Braz [número 536], na importância de CR\$500.000,00<sup>50</sup>, pois com a liquidação de CR\$76.200,00 a favor de José Galdino de Almeida Filho, saldou se o débito. É verdade que muito não foi feito com referência a construção, mas também não se passou em branco os doze meses do ano. Durante esse período foi aplicado a soma de CR\$246.859,70, importância essa somada ao anterior de CR\$274.301,50, perfaz o total de CR\$521.121,20. Observa-se por todos estes dados que entre a aquisição do terreno e com as

---

<sup>48</sup> Casimiro Olímpio Vernaschi, filho dos italianos Amabile Regina Marconato Vernaschi e Giuseppe (José) Faustino Vernaschi que se estabeleceram em Marília em 1928. “Desse consórcio nasceram seus filhos: Felício Augusto, Casemiro Olímpio, Érico Afonso, Orlando, Octávio, Tereza Elza, José, Elvira e Maria Vernaschi, todos eles elementos atuantes e estimados da sociedade mariliense.” LARA, Paulo Corrêa de Essas informações foram extraídas do *site* Ruas de Marília. Disponível em: <http://www.univem.edu.br/ruasdemarilia/index.php?id=2014>. Acesso em: 23 jun. 2018.

<sup>49</sup> Odetto Berlanga Mugnai, “[...] nascido em São Sebastião da Gramma, neste Estado [SP], em 02 de outubro de 1916 e falecido em 26 de agosto de 1983. Odetto chegou em Marília em 1928, sendo assim considerado pioneiro, juntamente com seu pai Aureliano Berlanga, e seus tios: João, Adelmo e Bruno Mugnai encarregados da instalação da Serraria Santa Terezinha, e aqui se radicou, casando-se em 28 de julho de 1936 com Maria Berlanga, deixando numerosa descendência. [...] . Entre as inúmeras atividades, destacam-se seu trabalho nas Indústrias Matarazzo, Lojas Frigidaire e TV, sendo que nesta última participou como sócio proprietário e ainda na Loja Ímpar, onde era técnico de refrigeração. Como filantropo e adepto do espiritismo participou ativamente das seguintes entidades: Associação Filantrópica de Marília, Hospital Espírita de Marília, Educandário Dr. Bezerra de Menezes, Creche Ignácio de Loyola Torres, Lar de Meninas Amélie Boudet, Restaurante Infantil e dos Centros Espíritas Amantes da Pobreza e Irmandade Jesus de Nazaré. LARA, Paulo Corrêa de. Essas informações foram extraídas do *site* Ruas de Marília.” Disponível em: <http://www.univem.edu.br/ruasdemarilia/index.php?id=2257>. Acesso em: 23 jun. 2018.

<sup>50</sup> O cruzeiro novo (NCR\$) foi uma moeda do Brasil que circulou no Brasil no período entre 13 de fevereiro de 1967 e 14 de maio de 1970. Em outubro de 1961, pelo Decreto nº 51336, o valor do salário mínimo foi CR\$13.440,00.

importâncias aplicadas na construção eleva-se o total de CR\$1.021.161,20, o que quer dizer que em apenas dois anos de atividades, ou seja, em 1959 e 1960 pôde o Núcleo Espírita realizar uma obra cujo o montante soma em número superior a um milhão de cruzeiros. Os comprovantes dessas despesas, pagamentos estão a inteira disposição dos srs. Apraz ainda informar aos senhores associados que o compromisso de dívida assumido pelo Núcleo, é, atualmente, apenas de CR\$110.300,00, representando em um empréstimo de CR\$100.000,00 feito pelo senhor Carlos e de CR\$10.300,00 pelo sr. Odeto Berlanga e essas importâncias não foram pagas porque o saldo existente em caixa deverá ser aplicado muito brevemente na aquisição de ferros para a continuidade da obra da Creche (CRECHE ..., 1961-1991, p. 2-3).

Para o pagamento dos terrenos e a construção da obra a diretoria “angariou fundos em campanhas”. Em outras palavras, fez rifas, recebeu doações de “anônimos”, de pessoas físicas, de entidades como: *Lions* Clube e Educandário “Bezerra de Menezes”; de pequenas empresas e grandes indústrias, como Antártica. Além disso, foram promovidos “churrascos-almoço” e organizados eventos como o “Cine Creche”, o “Baile da cerveja” e a Festa de “São João”. Por fim, a Creche recebeu contribuições do Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor, conseguiu auxílio da Assembleia Legislativa de São Paulo e contou com a bilheteria dos espetáculos teatrais dos integrantes do Departamento Espírita Infantil “André Luiz”, denominado Grupo Amador de Teatro “André Luiz” (GATAL).

Ficou estabelecido que, no dia 3 de novembro de cada ano, os associados deveriam arrecadar no comércio local, com o consentimento do comerciante, 10% das vendas efetuadas nesse dia, em prol da construção da creche “Ignácio de Loyola Torres”. Esse estabelecimento ficou conhecido como o “Dia da Creche” em Marília.



Segundo Lara (1991), a construção do prédio da Creche “Ignácio de Loyola Torres” foi concretizada graças à comunidade espírita local, com destaque para seu membro atuante, Hygino Muzzi Filho, proprietário da “Alfaiataria Carioca”. Ademais, na fase final é possível salientar, o apoio do Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor.

### **2.3 Inauguração da Creche “Ignácio de Loyola Torres”**

Em 23 de julho de 1966, foi inaugurada, nos princípios do espiritismo, a Creche “Ignácio de Loyola Torres”. O prédio assobradado da Creche foi construído em um terreno de aproximadamente 1.265 metros quadrados, na Rua Coronel José Braz, nº536, no bairro central da cidade de Marília.

Estiveram presentes na solenidade os membros da comunidade espírita, o diretor geral do Serviço Social dos Menores do Estado de São Paulo, Pedro Antônio Fanganiello<sup>51</sup>, que também representava na ocasião Osvaldo Muller da Silva<sup>52</sup>, Secretário da Justiça do governo do Estado de São Paulo, além dos membros da diretoria da Creche: Hygino Muzzi Filho, Provedor; Casemiro Olímpio Vernaschi, Vice-provedor; Antônio Beiro, Primeiro Secretário; Osvaldo Zumiotto<sup>53</sup>, Segundo Secretário; Octávio Vernashi, Primeiro Tesoureiro; e Carlos Antoniazzi<sup>54</sup>, Segundo Tesoureiro.

A mesa foi composta pelas “autoridades”: José Fraga Moreira Sobrinho<sup>55</sup>; inspetor Faria, chefe local da guarda civil; Paulo Corrêa de

---

<sup>51</sup> Pedro Antônio Fanganiello foi vereador na cidade de cidade de São Paulo (1948-1951), candidato na eleição municipal da cidade de São Paulo em 1961 e deputado estadual (não localizei o período, até o momento).

<sup>52</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>53</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>54</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>55</sup> Não localizei informações até o momento.

Lara<sup>56</sup>; “monsieur” Pedro Ferreira, vigário da Paróquia de Santo Antônio; Isaltino de Campos<sup>57</sup>, presidente da Câmara Municipal de Marília; Otávio Simonaio<sup>58</sup>, vice-prefeito de Marília; Elídio Braulio de Menezes, prefeito de Ocaçu/SP; Amando Biava<sup>59</sup>, prefeito da cidade de

---

<sup>56</sup> Paulo Corrêa de Lara (1901-2001) é importante historiador da cidade, membro Fundador da Comissão de Registros Históricos de Marília, foi membro muito ativo da comunidade espírita de Marília e esteve à frente de importantes projetos para o desenvolvimento da cidade. “Formou-se professor pela Escola Normal da Praça da República, em São Paulo, onde exerceu a magistratura até 1935. Em 1925 lecionou em Ilhabela. Chegou a Marília em dezembro de 1935 e em 1936 trabalhava como Fiscal de caça e pesca. Convidado pelo senhor Eurípedes Soares da Rocha para trabalhar como escrevente do Registro de Imóveis e Anexos da 2ª Circunscrição da Comarca de Marília, tornou-se Oficial até aposentar-se em 15 de setembro, de 1970. Fundou com outros companheiros o Hospital Espírita de Marília, a Associação Filantrópica de Marília, a Mansão Ismael, Educandário Dr. Bezerra de Menezes, Lar de Meninas “Amelie Boudet”, Instituto Assistencial Espírita de Marília, Sociedade Luso-Brasileira, União dos 13 e Fundação Eurípedes Soares da Rocha. Seu último trabalho foi como membro da Comissão Organizadora dos Registros Históricos da Câmara Municipal e da Cidade de Marília, onde foi membro fundador, junto aos amigos [...]. O objetivo da Comissão foi de resgatar o contexto histórico da cidade e está até os dias de hoje atuando junto a comunidade principalmente na valorização dos pioneiros através da memória oral. O livro “Marília, sua terra sua gente”, publicado em 1989 é fruto de seu árduo trabalho na busca da história mariliense. Encontrou dificuldades na busca de fontes históricas pois muita gente e muitos documentos foram desaparecendo, deixando ainda mais distante a verdade histórica. Em 1998 publicou seu segundo livro: “Marília, Marcos e Monumentos”, obra referência para pesquisar e compreender o significado e importância dos Monumentos da cidade. Publicou durante muitos anos a coluna “Memória - História” onde resgatou aproximadamente 1000 biografias de personalidades que denominam as ruas de nossa cidade, muitos artigos em parceria com Paulo César Colombera e Rosalina Tanuri Zaninoto, membros da Comissão de Registros Históricos. A partir destes conteúdos, foi possível alimentar a base de dados com as informações no site [www.asruasdemarilia.com.br](http://www.asruasdemarilia.com.br), Paulo Lara sempre esteve a serviço, não só da comunidade, mas também dos hospitais e principalmente do Hospital Espírita de Marília, merecendo o título de Cidadão Benemérito pelo HEM. Também em sua homenagem, em 9 de setembro de 2005, o governador Geraldo Alckmin sancionou Projeto de Lei de autoria do então deputado Vinícius Camarinha, que denominou “Paulo Corrêa de Lara”, o viaduto localizado no km 452 da SP 294 (Rodovia Comandante Ribeiro de Barros) em Marília. Este viaduto é via de acesso a Fundação, onde instalado no h de entrada há um busto do homenageado. Em sua homenagem foi denominada com seu nome a antiga rua Alagoas e também a Sala da Comissão Organizadora dos Registros Históricos da Câmara Municipal e da Cidade de Marília [...]”Essas informações foram extraídas do *site* Ruas de Marília. Disponível em:

<http://www.univem.edu.br/ruasdemarilia/index.php?id=3192>. Acesso em: 28 jun. 2018.

<sup>57</sup> “Isaltino de Campos (1961-1991) foi casado com Maria Capeloza de Campos. Foi Diretor do Ginásio Municipal, depois Estadual de Marília onde hoje é o atual prédio da Biblioteca, onde ocupou a sua presidência. Eleito vereador nos quadriênios de 1952/1955, 1960/1963 e 1964/1968. Em 1967 assumiu a presidência da Câmara Municipal de Marília. Teve seu nome dado a uma rua do bairro Habitacional Presidente Jânio da Silva Quadros e a uma EMEF em Marília.” Essas informações foram extraídas do *site* Câmara Municipal de Marília. Disponível em: [https://sapl.camar.sp.gov.br/consultas/parlamentar/parlamentar\\_mostrar\\_proc?cod\\_parlamentar=100187](https://sapl.camar.sp.gov.br/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=100187). Acesso em: 28 jun. 2018.

<sup>58</sup> Otávio Simonaio foi casado com a professora Olga Maria Gasparetto Simonaio. Foi funcionário público, vereador suplente na legislatura 1960/1963 e vice-prefeito na cidade de Marília.

<sup>59</sup> Segundo Lara (1991, p. 73-74), o engenheiro Armando Biava “natural de São Sebastião do Paraíso, nasceu em 4 de junho de 1921, tendo-se formado pela Universidade de Minas Gerais, em 1946. Veio para Marília em

Marília; Ermelino Flora<sup>60</sup>, presidente do Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor – região Marília; Flávio Zalaf, prefeito da cidade de Vera Cruz/SP ; os deputados federais, Eurípedes de Castro<sup>61</sup> e Aniz Badra<sup>62</sup>; Pedro Gelsi<sup>63</sup>, presidente da Associação Comercial de Marília; Antônio Reginato<sup>64</sup>, delegado regional de ensino; Antônio Mendes Filho<sup>65</sup>; Aureliano Nascimento<sup>66</sup>, do Serviço Social de Menores; José de Oliveira Reis<sup>67</sup>, do Instituto Assistencial Espírita de Marília; Antônio

---

1947, dedicando-se à construção civil e à agricultura. Na sua gestão, de 1964-1969, criou o Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor e construiu “[...] os Parques ‘Branca de Neve’ e ‘Walt Disney’[...]. Criou por Decreto, a Diretoria de Educação e Cultura. Construiu piscinas nos Parques Infantis ‘Dr. Fernando Mauro Pires Rocha’ e o ‘Chapeuzinho vermelho’, reformando o Parque ‘Monteiro Lobato’.

<sup>60</sup> Ermelino Flora foi professor e vereador na cidade de Marília.

<sup>61</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>62</sup> Aniz Badra foi advogado, professor, funcionário público estadual, proprietário rural, deputado federal e vereador na cidade de Marília/SP, Brasil. (LARA, 1991). “Residiu em Marília de 1946 a 1972, onde foi Vereador nos quadriênios 1948/1951, 1952/1955, 1956/1959 e Presidente da Câmara Municipal em 1953/1956. Foi membro da Comissão de Justiça em 1948, 1949, 1951 e 1952, e presidente em 1954. Presidente também na Comissão de Justiça e de Cultura e na Comissão de Justiça e de Redação. Eleito Deputado Federal atuou no cargo nos períodos de 1935 a 1937 e 1958 a 1970. Trabalhou também como advogado, procurador do Estado de São Paulo e Chefe do Escritório de representação do Governo - SP. Em sua homenagem foi dado seu nome a um Bairro em Marília.” Essas informações foram extraídas do *site* Câmara Municipal de Marília. Disponível em:

[https://sapl.camar.sp.gov.br/consultas/parlamentar/parlamentar\\_mostrar\\_proc?cod\\_parlamentar=100229](https://sapl.camar.sp.gov.br/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=100229). Acesso em: 28 jun. 2018.

<sup>63</sup> Pedro Gelsi foi suplente de vereador na legislatura de 1960-1963. Não localizei maiores informações, até o momento.

<sup>64</sup> Antônio Reginato (1898-1978) foi professor. “Nasceu em Piedade e iniciou sua carreira em Conceição de Monte Alegre em 1921, depois de Paraguaçu Paulista, Pompéia, Gália e Marília. Promovido a Inspetor Escolar, depois a Delegado Regional de Ensino quando se aposentou. Em Marília, onde era muito estimado, foi fundador do Serra Clube, colaborando no lar São Vicente de Paulo e outras obras da Paróquia de São Bento, prestando também serviços junto ao Juiz de Direito de Menores da Comarca, na Comissão Familiar. Suplente de Vereador pelo PDC no período de 1956/59. LARA, Paulo Corrêa de. Essas informações foram extraídas do *site* Ruas de Marília. Disponível em: <http://www.univem.edu.br/ruasdemarilia/index.php?id=2139>. Acesso em: 28 jun. 2018.

<sup>65</sup> “Antônio Mendes de Oliveira Filho (Nego), por muitos anos médico pediatra em Marília, nasceu em São Joaquim em 31/07/1914. Estudou em São Joaquim e Cravinhos, formando na Faculdade da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro em 06/12/1939.” Em 1976, por meio do Decreto legislativo municipal número 51, recebeu o título de cidadão mariliense. FALHEIROS, Lúcio. Essas informações foram extraídas do *site* Crônicas e fotos de São Joaquim da Barra: normalistas e universitários da década de 30. Disponível em: <http://www.cronicassaojoaquimdabarra.com.br/index.php?pagina=mostra-cronicas&id=42>. Acesso em: 28 jun. 2018.

<sup>66</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>67</sup> Não localizei informações até o momento.

Casadei<sup>68</sup>, do Lions Clube; e Roberto Previdelo<sup>69</sup>, presidente do Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor- região Bauru/SP.

O *Jornal do Comércio*<sup>70</sup> de Marília noticiou a inauguração da Creche “Ignácio de Loyola Torres” com uma pequena nota intitulada “Marília tem nova creche”. No dia seguinte, 24 de julho de 1966, o mesmo jornal voltou a publicar a abertura da creche, destacando “[a] importância da obra para o setor assistencial de Marília, pondo em relêvo por todos os presentes que foram homenageados, em seguida, com um coquetel” (INAUGURADA ..., 1996, não paginado).

## 2.4 Aspectos da educação espírita no Brasil

Segundo Incontri<sup>71</sup> (2001, p. 129), a década de 1860 marca a chegada do espiritismo ao Brasil, ocupando em primeiro lugar as elites da

---

<sup>68</sup> “Antônio Casadei (1921-1994), “[...] formou-se em engenharia civil pela Universidade Mackenzie, especializando-se em estradas de rodagem no “*Louisiana Department of Highways*”, nos Estados Unidos. cursou administração de empresas e fez especialização em planejamento na USP. Iniciou suas atividades profissionais em Marília. Exerceu funções de assessoria em diversas administrações municipais de Marília e região, sempre com dedicação e empenho. Aposentou-se como chefe de Residência do DER – Departamento de Estradas e Rodagem, onde, durante vinte e oito anos, desempenhou suas funções, de forma brilhante. Foi fundador e presidente da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos da Alta Paulista, bem como do Lions Clube de Marília. Fundou e foi diretor do Marília Country Clube, participando, também, da fundação da Legião Mirim de Marília. Sala das Sessões, em 8/9/2004”. Disponível em: [http://www.al.sp.gov.br/spl/2004/09/Propositura/4415016\\_532324\\_propositura\\_Projetodelei\\_532324.doc](http://www.al.sp.gov.br/spl/2004/09/Propositura/4415016_532324_propositura_Projetodelei_532324.doc). Acesso em: 28 jun. 2018.

<sup>69</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>70</sup> Em Lara (1991, p. 112), consta que as atividades do *Jornal do Comércio* começaram na cidade de Marília em 10 de junho de 1956, sob a “batuta” do jornalista da *Folha de S. Paulo* na região de Marília/SP, Irigino Camargo e mais três amigos.”.

<sup>71</sup> Dora Alice Colombo é “conhecida como Dora Incontri, possui graduação em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero (1985), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (1991) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2001). Seu pós-doutorado na USP foi com a pesquisa *Ética, Filosofia, Religião e Artes - um projeto interdisciplinar em escola pública*. Atualmente está à frente de um projeto de experiência educacional alternativa Universidade Livre Pampédia, onde coordena cursos à distância, cursos de pós-graduação e grupos de estudo e pesquisa. É diretora da Editora Comenius. Faz parte do GEPPE (Grupo de Estudos e Pesquisas de práticas educativas), UNB. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: educação e ética, interdisciplinaridade, educação e espiritualidade, educação espírita, Comenius, Pestalozzi, Ensino inter-religioso

Corte. A esse respeito, é possível dizer que a doutrina espírita “[...] começou a entranhar-se em nossa cultura, logo ressaltou-se o aspecto religioso, pela ausência de uma tradição científica e filosófica em nosso país”.

Em 1884, foi fundada a Federação Espírita Brasileira – FEB, e que “[...] depois se desdobra com as federações estaduais e os milhares de centros espíritas por todos os Estados (só no Estado de São Paulo, há mais de 2000)” (INCONTRI, 2001 p. 130). Em 1947, fundou-se no estado de São Paulo a União das Sociedades Espíritas de São Paulo – USE, com um departamento de Educação e em 1949, realiza-se o “I Congresso Educacional Espírita Paulista”. Posteriormente foi realizada também a União das Sociedades Espíritas Municipal – UME.

Ainda segundo Incontri (2001), existiam/existem duas tendências evidentes manifestadas no espiritismo brasileiro:

[...] uma que dá prioridade ao aspecto religioso, ao assistencialismo social, ao movimento institucional, com tendências mais ou menos burocráticas e autoritárias e outra, que vê o Espiritismo como proposta pedagógica essencialmente, como contribuição para transformações socioculturais. A primeira reduz a questão educacional espírita aos centros, com cursos internos para adultos sobre Espiritismo e a chamada “evangelização” das crianças — cujo nome já indica o caráter predominantemente religioso e mesmo catequético. A segunda propugna pela criação de escolas, centros culturais, universidades espíritas, sem caráter sectário. Numericamente, a primeira tendência é maior, porque possivelmente arraigada na mentalidade brasileira, pouco afeita às questões culturais e pedagógicas. A segunda, porém, apresenta muito maior consistência teórica e já tem se manifestado em

---

e filosofia no Ensino Fundamental e Médio. **Os dados foram extraídos de seu Currículo Lattes, atualizado em 2018. Disponível em:** <http://lattes.cnpq.br/1348065394136777>. Acesso em: 23 set. 2018.

experiências práticas e ensaios teóricos (INCONTRI, 2001, p. 132-133).

Destaco que a segunda tendência — que vê o espiritismo como proposta pedagógica — é manifestada pela “[...] atuação de líderes, educadores, intelectuais e escritores a favor da Pedagogia Espírita [...]” (INCONTRI, 2001, p. 132). Os percussores da “pedagogia espírita” foram, segundo Incontri (2001), “o educador” Eurípedes Barsanulfo (1880-1918) em Minas Gerais; Anália Franco (1853-1919), a “ativista social” em São Paulo; Tomás Novelino (1901-2000), o “herdeiro”, em Franca/SP; Ney Lobo (1919- 2012), o “pragmático” no Paraná; Pedro de Camargo (1878-1966), pseudônimo Vinicius, o “apologista de Cristo”, em São Paulo ; e José Herculano Pires (1914-1979), o “filósofo”, nascido em Avaré, que atuou ativamente no interior do estado de São Paulo e na cidade de Marília/SP .

## **2.5 O conceito de criança para o espiritismo**

Segundo o espiritismo a criança é um “[...] Espírito reencarnado, uma alma que recomeça uma nova existência na carne” (INCONTRI, 1997, p. 33).

A criança encarna o ser com todas as suas potencialidades morais e espirituais, mas o seu instrumento de manifestação, o corpo físico, não se apresenta em condições imediatas de manifestar em plenitude o seu estágio evolutivo. O ser está sujeito, inicialmente, às condições biológicas da espécie. Só através do desenvolvimento orgânico o ser vai se definindo em suas características individuais e revelando a sua capacidade de ajustamento social e cultural, bem como as suas possibilidades de auto-superação moral e espiritual.

Podemos assim estabelecer o esquema de sua evolução existencial segundo as fases geralmente admitidas no plano pedagógico: o ser biológico se completa no ser social, este no ser moral e este no ser espiritual. Compete à Educação auxiliá-lo nesse desenvolvimento progressivo e orientá-lo para novas conquistas em futuras existências. A Educação Espírita não pode restringir-se aos fins imediatos do processo educacional, que caracterizam as formas pragmáticas de Educação do passado e do presente. Seus fins superiores consistem no desenvolvimento de toda a perfectibilidade possível do ser, como queria Kant (PIRES, 1985, p. 113).

Para Rivail (1998), a criança recebe “impressões” antes e depois do nascimento, “[...] que podem agir com mais ou menos energia sobre o seu espírito, para o bem ou para o mal. Tudo o que ela vê, tudo o que ela ouve, a faz experimentar impressões” (RIVAIL, 1998, p. 17). Os “hábitos morais” são os mais “percebidos” na infância, portanto, deve-se evitar “[...] cuidadosamente tudo que possa fazer a criança experimentar impressões perigosas [...]”, os “maus conselhos ou as conversações pouco adequadas”, e as “minúcias em aparência” (RIVAIL, 1998, p. 18).

Segundo Incontri (1997), a “natureza” da criança pode ser “desdobrada” em três aspectos:

- [a] criança é uma personalidade com seculares experiências, com características individuais próprias, mas que está momentaneamente adormecida. A reencarnação produz uma espécie de amnésia temporária no Espírito, justamente para dar-lhe a oportunidade de recomençar uma nova experiência.
- É também uma personalidade nova em desenvolvimento. A personalidade atual deve se formar ao influxo do ambiente, da Educação, dos estímulos da presente existência, mas também sob a orientação inconsciente de sua personalidade espiritual, das suas tendências inatas.

- É representante da espécie humana e vai necessariamente obedecer a certos padrões instintivos de desenvolvimento que são comuns à espécie (alguns desses instintos estão presentes mesmo em animais irracionais — por exemplo, o ato de mamar é um padrão instintivo de todos os mamíferos (INCONTRI, 1997, p. 330).

Segundo Pires (1985, p. 13), a inteligência infantil:

se manifesta progressivamente, passando da fase sensório-motora para a fase prática, desta para a representativa e desta para a abstrata. Mas está sempre atuante no desenvolvimento orgânico e psíquico. Enfrentando o problema na posição materialista podemos negar à criança a capacidade de compreensão de certos princípios abstratos, mas enfrentando-o numa posição espírita termos de admitir as suas possibilidades latentes. A captação intuitiva, subliminar, antecipa a compreensão racional e prepara o seu desabrochar no futuro.

Incontri (1997, p. 109), destaca que, os estímulos do ambiente ou ausência deles contribuem para avivar ou abafar a inteligência infantil. “Em meios culturalmente mais pobres e apáticos, as crianças vão se revelar menos curiosas e mais pacatas intelectualmente. Em meios mais estimulantes, a criança terá a mente mais desperta” (INCONTRI, 1997, p. 110)

Segundo o espiritismo, “[...] até os 7 anos, o perísprito não está inteiramente encaixado — falando por uma analogia — no corpo físico. Dessa maneira, a criança está como que exteriorizada e mais apta para captar todas as vibrações ao seu redor” (INCONTRI, 1997, p. 110). Além disso, para o espiritismo existe a mediunidade infantil:

[m]uitas vezes, acontece de a criança ver um Espírito, sentir medo de alguma presença, ouvir vozes ou ter qualquer manifestação desse gênero e isso ser atribuído à sua fantasia. E nem sempre isso é justo.



Por não estar completamente ajustada ao corpo, principalmente nos primeiros anos de vida, a criança está mais em contato com o mundo espiritual e pode muito bem ter percepções mediúnicas que escapam aos adultos. É óbvio que não se deve estimular o desenvolvimento de uma tarefa mediúnica na criança. Ela está em aprendizado e crescimento e não pode assumir as responsabilidades morais decorrentes de tal tarefa. Mas, as manifestações espontâneas devem ser encaradas com naturalidade, com explicações claras e racionais, recorrendo-se à prece e ao passe, para afastar as perturbações e os medos renitentes (INCONTRI, 1997, p. 117).

## 2.6 Pedagogia espírita

Para Pires (1985, p. 19), “pai da educação espírita”, o “[e]spiritismo é educação. Educação individual e educação em massa”. A educação, segundo Kardec<sup>72</sup>:

[...] é a arte de formar os homens; isto é, a arte de fazer eclodir neles os germes da virtude e abafar o vício; de desenvolver sua inteligência e de lhes dar instrução própria às suas necessidades; enfim de formar o corpo e de lhe dar força e saúde. Numa palavra, a meta da educação consiste no desenvolvimento simultâneo das faculdades morais, físicas e intelectuais (RIVAIL, 1998, p. 15).

---

<sup>72</sup> “Hippolyte Léon Denizard Rivail (1804-1869), foi até a década de 1850, emérito professor, autor de livros didáticos e pedagógicos, membro de variadas academias científicas. Há uma hipótese de que, por interferência da Lei Falloux, que pregava a liberdade de ensino apenas para favorecer novamente a Igreja como tutora da educação Francesa, Rivail deixou sua atividade pedagógica de mais de 30 anos. Continuava ainda editando e reeditando inúmeras obras didáticas. [...] Definitivamente dedicado àquilo que ele chamava de “nova ciência” [o espiritismo], Rivail adotou o pseudônimo de Allan Kardec — que teria sido, segundo revelação de um Espírito, um nome seu em uma vida passada, como druida entre os antigos celtas. Funda a Sociedade Parisiense de Estudos Espíritos e a *Revista Espírita*, onde publica mensalmente os resultados das pesquisas feitas. Essas pesquisas consistiam sobretudo em observar atentamente os fenômenos da mediunidade, comparar diferentes tipos de manifestação, analisar o conteúdo das mensagens, por diferentes médiuns, controlando na medida do possível as condições em que se davam, para garantir-lhes a autenticidade. Torna-se então a figura central de um movimento que se expande mundialmente.” (INCONTRI, 2001, 24-26).

A Pedagogia Espírita defende que “[...] o meio básico de transmissão cultural é a educação” (PIRES, 1985, p. 6). A educação é um processo permanente de aperfeiçoamento do espírito, é o despertar das potencialidades, “[...] a educação é o sentido mesmo da existência. É meio e finalidade, é processo e meta” (INCONTRI, 2001, p. 179).

Segundo Incontri (1997, p. 42), por sua vez, a educação é:

[...] toda influência exercida por um Espírito sobre outro, no sentido de despertar um processo de evolução. Essa influência leva o educando a promover autonomamente o seu aprendizado moral e intelectual. Trata-se de um processo sem qualquer forma de coação, pois o educador apela para a vontade do educando e conquista-lhe adesão voluntária para uma ação de aperfeiçoamento. Educar é pois elevar, estimular a busca da perfeição, despertar a consciência, facilitar o progresso integral do ser.

Para José Herculano Pires, “[a] educação só se tornou problemática nos momentos em que se desligou da religião” <sup>73</sup> (PIRES, 1985, p. 25). Para ele, a tarefa da Educação Espírita é a formação de um homem novo.

---

<sup>73</sup> José Herculano Pires defendeu nas décadas de 1950 e primórdios da década de 1960 uma educação laica, no entanto, no final da década de 1960 e na década de 1970, defendeu uma posição contraditória, a educação com a religião. Ele justificou que “[...] o sonho da educação laica não passou de resposta aos grandes equívocos do passado [...]” (PIRES, 1985, p. 40). Para Incontri (2004, p. 173), “[n]ão se trata de uma contradição, mas ao invés de coerência. Num momento histórico em que se corria o risco de a escola recair novamente no domínio da confessionalidade majoritária, Herculano alinha-se entre os progressistas, em prol dos interesses da população brasileira, que não tivera acesso à educação, e em nome da liberdade de consciência, princípio máximo que o Espiritismo adota como linha de ação. Entretanto, propondo a Pedagogia Espírita como contribuição à mesma educação brasileira, alerta para a necessidade de recuperarmos a dimensão espiritual no homem num projeto pedagógico que possa realizá-lo integralmente. A sua atitude anterior de luta contra a imposição confessional revela que a atitude posterior de tomar a religiosidade de um ponto de vista mais amplo não tem uma intenção encoberta de homogeneizar a fé, desrespeitando-se as particularidades de cada uma. É que o processo de recuperar a dimensão espiritual do homem para a educação deve ser preservado de qualquer dominação confessional, garantindo-se a liberdade de pensamento de professores e alunos.”

A Educação Clássica greco-romana formou o *cidadão*, o homem vinculado à cidade e suas leis, servidor do Império; a Educação Medieval formou o *cristão*, o homem submisso a Cristo e sujeito à Igreja, à autoridade desta e aos regulamentos eclesiásticos; a Educação Renascentista formou o *gentil-homem*, sujeito às etiquetas e normas sociais, apegado à cultura mundana; a Educação Moderna formou o *homem esclarecido*, amante das Ciências e das Artes, cético em matéria religiosa, vagamente deísta em fase de transição para o materialismo; a Educação Nova formou o *homem psicológico* do nosso tempo, ansioso por se libertar das angústias e traumas psíquicos do passado, substituindo o confessionalismo pelo consultório psiquiátrico e psicanalítico, reduzindo a religião a mera convenção pragmática.

[...]

Cabe, portanto, à Educação Espírita formar o *homem consciente* do futuro, que já começa a aparecer na Terra, senhor de si, responsável direto e único pelos seus atos, mas ao mesmo tempo reverente a Deus, no qual reconhece a *Inteligência Suprema do Universo, causa primária de todas as coisas* (PIRES, 1985, p. 60-61, grifos no original).

### Na educação espírita brasileira:

[...] Educação e Religião comparece, não como um ensino dogmático e sectário, mas como uma resposta às exigências conscienciais do homem, esclarecendo-lhe os problemas da existência de Deus, da natureza espiritual das criaturas e da sua destinação transcendente. Não é o padre, nem o pastor, nem o rabi, nem a catequista que vão dirigir a cadeira, mas o professor especializado no assunto, tratando dos problemas religiosos como se trata dos filosóficos e dos científicos.

De posse dos dados fornecidos pela disciplina escolar o educando decidirá por si mesmo, de acordo com a sua vocação, as suas tendências e preferências, o setor religioso que se localizará, se for o caso. Mas poderá também apoiar-se nesses dados para o desenvolvimento de sua própria religião, da sua posição pessoal — pois como demonstrou Bergson, comprovando Pestalossi, existe a *religião dinâmica individual*

que não se cristaliza em estruturas sociais. (PIRES, 1985, p. 42, grifos no original).

Os programas incluirão, nesse caos, os dados objetivos da Origem e História das Religiões, da Filosofia da Religião, da Sociologia e da Psicologia da Religião, dentro do objetivo de formação cultural do aluno. Claro que no curso primário o programa seria adequado, tratando da existência de Deus, de seu poder criador e mantenedor do Universo, do sentimento religioso que a sua existência desperta nas criaturas, das relações entre Deus e o homem, da função das religiões na vida humana, da importância dos valores religiosos para a formação da personalidade e assim por diante. No secundário já se poderia, além do necessário desenvolvimento maior desses temas, incluir elementos de História das Religiões, das provas de sobrevivência do homem após a morte, das relações entre o mundo vivível e o mundo invisível, da função pragmática das religiões e assim por diante.

Dessa maneira a Educação não seria parcial, voltada apenas para os problemas imediatos da vida, mas forneceria elementos racionais para a formação espiritual do educando. E por isso mesmo não seria também religiosa no sentido estreito e superado do sectarismo ainda hoje dominante. Essa providência me parece urgente, pois estamos, como já vimos, às portas de uma civilização espiritualista e não podemos continuar educando crianças e jovens nos moldes obsoletos do passado. Educação sem religião é atualmente absurda, como absurda é também a educação materialista que continuamos a aplicar (PIRES, 1985, p. 42-43, grifos no original).

Segundo Incontri (2001), os fundamentos da pedagogia espírita brasileira são: o ser “inter existente”, a criança, a vida, o mundo, a educação e o educador. Os princípios são: o amor, a liberdade, a igualdade com singularidade, a naturalidade, a ação e a educação integral. E as aplicações práticas são: a escola livre e afetiva, as atividades éticas, as produções estéticas, as produções intelectuais, a abolição de castigos e recompensas, o

cultivo a espiritualidade, a autogestão administrativa; a cogestão pedagógica, a escola social e a escola universal (INCONTRI, 2001).

Ainda segundo Incontri (1997), a Educação deve preencher as seguintes finalidades específicas:

- contribuir para que o ser desenvolva, na presente existência, sua perfectibilidade possível, no estágio evolutivo em que se encontra. Um Espírito, por exemplo, que a última encarnação foi um malfeitor, atrasado moral e intelectualmente, não poderá na atual existência se tornar um modelo de perfeição e sabedoria. Se a Educação lhe proporcionar os meios de se tornar uma pessoa honesta, trabalhadora e crente em Deus já terá feito muito, embora ainda possa conservar inúmeros traços de rudeza e ignorância. Já para um Espírito com um adiantamento relativo, o fato de levar apenas uma vida honesta, cumprindo os deveres impostos pela sociedade, pode não bastar ao seu aperfeiçoamento: a Educação só terá realizado a sua tarefa se lhe desenvolver um sentido a mais de sacrifício a renúncia a favor do próximo.
- facilitar o cumprimento da missão específica que o Espírito trouxe à Terra. Além de determinadas virtudes possíveis e necessárias a serem desenvolvidas nesta existência, há tarefas familiares, profissionais, sociais, que o Espírito pode estar incumbido de realizar. A educação deve ajudá-lo a descobri-las e assumi-las.
- Ajudar o indivíduo a revelar suas características individuais. A evolução, ao contrário do que muitos pensam, é um processo de individualização. Quanto mais progredimos, mais somos nós mesmos, originais, únicos, com talentos e virtudes similares.
- semear verdades e virtudes com vistas à eternidade. Mesmo que a criatura na atual existência só realize um grau reduzido de suas potencialidades, a Educação pode alcançar outras vidas. Quando o educador tem um amor elevado e possui grande ascendência moral sobre o educando, sua influência positiva se estende por várias

encarnações. Certamente já tivemos pais, mães, mestres em outras vidas, cuja fecundação benéfica só está frutificando hoje, mesmo que não nos lembremos deles conscientemente. Nossos anjos da guarda, aliás, nada mais são do que parentes e amigos mais evoluídos que nós, que conosco já conviveram em outras vidas e, portanto, já exercem uma função educativa para conosco e continuam a exercitá-la no mundo espiritual. A função de um guia é eminentemente educativa e sua sementeira vale pelos séculos afora.

- formar sempre educadores. O homem bem educado é necessariamente um educador. Que dizer, um ser que recebeu e assimilou uma influência benéfica exercerá essa influência sobre outros. Aquele que sabe sempre deve ensinar. Aquele que ama sempre eleva. A sabedoria e o amor são sempre fatores de Educação dos Espíritos. [...]. Toda ação que contribui para a evolução dos homens é uma ação pedagógica (INCONTRI, 1997, p. 46-47).

Para Pires (1985), Pedagogia Espírita pode-se utilizar das técnicas de Maria Montessori<sup>74</sup>, desde que, “examinadas” e “aproveitadas” na medida do “conveniente”, porque “[...] se ligam por muitos aspectos aos princípios e às aspirações da Pedagogia Espírita” (PIRES, 1985, p. 160).

O que se pode é enriquecer essas aulas com as contribuições do Método Montessori, criando um ambiente estimulante e juntando às estórias outros elementos sensoriais, de acordo com as faixas etárias dos alunos.

---

<sup>74</sup> Maria Montessori (1870-1952). Educadora italiana “[...] espalhou suas ideias e seu método pedagógico mundo afora e foi das pessoas que mais lutou pela conscientização dos direitos da criança. Com sensibilidade feminina e equilíbrio, soube reunir em sua personalidade e em suas teorias o espírito científico (era médica por formação) e um profundo sentimento religioso (era cristã, no sentido profundo da palavra). [...] Foi a primeira a criar imobilário adaptado ao tamanho e às necessidades da criança, pensando não só no seu conforto e bem-estar, como na necessidade de ela ter domínio sobre o seu próprio ambiente, para bem se desenvolver. Constatou o quanto a criança em nossa civilização é considerada uma intrusa, atrapalhando o mundo pronto e ordenado dos adultos. Assim, inventou um método de ensino em que a infância tivesse seu próprio ambiente de expansão e trabalho. [...] Suas teorias nasceram da prática e sua fama de educadora começou com o estabelecimento da ‘Casa dei Bambini’ (Casa as Crianças), depois reproduzida em vários países do mundo. Montessori atuou em dois níveis na Educação, ambos indispensáveis para um real progresso pedagógico: diretamente com as crianças, oferecendo-lhes uma possibilidade concreta de terem uma escola mais feliz, e com os adultos do mundo inteiro, promovendo sua educação para melhor educarem” (INCONTRI, 1997, p. 99).

Os trabalhos de Maria Montessori e a sua teoria educacional correspondem em grande parte às aspirações e aos objetivos da evangelização espírita das crianças (PIRES, 1985, p. 14).

A proposta de ensino é de uma educação integral que:

[e]m primeiro lugar, se deve apontar a educação ética, que se constitui sobretudo em fazer o educando descobrir em sua própria consciência as leis morais que lá se manifestam; diretamente conectada a esse aspecto moral, está a educação afetiva, porque toda moralidade deve repousar sobre sentimentos de justiça e fraternidade; a educação intelectual se liga ao desenvolvimento cognitivo nas áreas da ciência e da filosofia, da lógica e do bom senso, do espírito crítico e da capacidade de julgamento autônomo; a educação estética relaciona-se com a sensibilização para a beleza imanente nas manifestações divinas da natureza e com a capacidade de produzir beleza, não só pelas diversas Artes, mas compreendendo-se o ato estético como necessariamente presente em toda ação humana harmoniosa e elevada; a educação mediúnica é a que predispõe o ser a viver interexistencialmente, fazendo uso pleno de suas potencialidades psíquicas; a educação religiosa se faz no cultivo dos sentimentos de adoração a Deus, de respeito às leis da natureza e no conhecimento das diferentes formas de religiosidade humana; a educação sexual está na orientação sadia e responsável da sexualidade, entendendo-a como poderosa força criativa e como elo sagrado de comunhão entre homem e mulher na formação da família; a educação física se dá no cuidado equilibrado, e não exagerado, do corpo físico, como templo do espírito (INCONTRI, 2001, p. 183-184).

A Pedagogia Espírita, proposta por José Herculano Pires, considera o educando como:

[...] um espírito que volta à vida terrena, depois de várias existências anteriores, trazendo um vasto acervo de experiências negativas e

positivas na sua *mente de profundidade*, resultados de uma série de vivências materiais e espirituais. Ao mesmo tempo, traz, em forma de vetores psíquicos, as tendências vocacionais e as orientações morais que devem aflorar à sua *mente de relação* na medida em que forem sendo suscitadas pelas circunstâncias, as ocorrências, os estímulos da vida atual.

[...]

A *mente de relação* do educando está condicionada por um cérebro novo, semelhante a um disco virgem, que não foi gravado por nenhuma das experiências do passado. Essa a *tabula rasa* dos empiristas apegados à interpretação materialista do homem. Mas hoje, que a *memória extracerebral* se comprova cientificamente, é fácil compreendermos que esse *disco virgem*, ao receber as primeiras gravações da memória atual, deve provocar o afloramento de experiências semelhantes da *memória de profundidade*, que também se gravam como acréscimos na *mente de relação*. É essa uma lei mental conhecida, a de associação de ideias ou de emoções. Por isso, na proporção em que a criança se desenvolve, em que o jovem se forma, as experiências da vida atual se enriquecem com os acréscimos provindos do inconsciente (PIRES, 1985, p. 134-135, grifos no original).

O perfil do professor deve, segundo a filosofia espírita, privilegiar requisitos indispensáveis, como:

- [e]lá pela Educação. Se há uma profissão que transcende os contornos de uma profissão, porque é também uma missão, um sacerdócio, só comparável à do médico — é a de professor. Se qualquer profissional deve gostar do que faz, para fazer bem feito, para se realizar e ser útil para a sociedade, o professor deve ser um apaixonado pela educação, deve ter a luz do ideal como força e inspiração. A decisão de se dedicar a Educação não deve ser fruto do acaso, na falta de algo mais interessante para se fazer. Deve nascer de uma necessidade profunda,



de um amor sincero à infância e a juventude e do desejo de contribuir para a melhoria do gênero humano.

Pessoas apáticas, indiferentes, que não sabem bem do que gostam, jamais deveriam trilhar esse caminho. Já que se trata de uma tarefa espinhosa, difícil, que para alcançar resultados humanos satisfatórios são necessários muito devotamento e atenção, o entusiasmo e o idealismo ardente deverão fazer parte da alma do educador.

- Interesse por questões fundamentais da existência. A Educação é uma área prática, porém ligada às mais importantes reflexões filosóficas. [...] Quem é o homem a ser educado, qual o objetivo dessa educação, qual a melhor forma de atuar sobre ele são coisas que o educador deve ter bem claro para si mesmo, senão sua ação será incoerente, incerta, ineficaz e até mesmo prejudicial.
  - Capacidade de comunicação. Resume-se a duas atitudes fundamentais: a de saber ouvir e a de saber exprimir. É verdade que a palavra não enraizada no exemplo, perde todo o seu valor. Mas ela tem papel fundamental na Educação; Por isso, deve ser usada com reflexão. O educador deve ter o dom da clareza e deve saber se fazer entender, pois sem isso não há possibilidade de qualquer diálogo entre educador e educando. O saber se exprimir também decorre do saber pensar. O pensamento lógico, baseado numa coerência de filosofia de vida, resulta naturalmente numa expressão clara. Não adianta o brilho das palavras, sem a articulação da lógica e a densidade do conteúdo (INCONTRI, 1997, p. 78-79).

A Pedagogia Espírita previu um projeto de educação nacional brasileira que levou em conta “[...] a importância que o aspecto espiritual tem para o povo brasileiro, entretanto que o faça de forma ecumênica e racional, livre dos interesses dos grupos majoritários [...]” (INCONTRI, 2001, p. 195).

As informações que apresentei neste capítulo foram/são importantes para a sistematização das reflexões sobre a idealização e inauguração da Creche “Ignácio de Loyola Torres”.

Considerando a necessidade de compreender a concepção de criança e educação vivenciada na Creche em estudo, apresentei, por meio da pesquisa documental e bibliográfica, a proposta educação idealizada pela comunidade espírita brasileira, visto que a instituição foi alicerçada nos princípios do espiritismo. Além disso, há indícios de que o Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza” foi influenciado por José Herculano Pires, o “filósofo” do espiritismo e o idealizador da Pedagogia Espírita. José Herculano viveu um período na cidade de Marília e difundiu seus ideais no interior do estado de São Paulo e em todo o Brasil.

Segundo o “filósofo do espiritismo”, a educação espírita deveria estar em uma vasta rede escolar, que vai do pré-primário até o universitário, abrangendo todos os níveis de ensino (PIRES, 1985, p. 22). Em Marília, a educação espírita esteve na Creche “Ignácio de Loyola Torres” (1966), no Educandário Bezerra de Menezes (1954) — cursos pré-infantil, primário, secundário e ainda profissionalizante, bem como na Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha”, faculdade de Direito, Ciências Contábeis e Administração de Empresas.



## CAPÍTULO 3

### O Funcionamento da Creche “Ignácio de Loyola Torres” (1966-1991)

---

#### 3.1 Administração do Provedor Hygino Muzzi Filho (1966-1977)

Um mês após a inauguração da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, em agosto de 1966, foram matriculadas 11 crianças, sendo 8 o número médio de frequência de 8 crianças. A Creche atendeu crianças de idades variadas, de 1 mês a 8 anos, e possuía o objetivo de cuidar delas durante o dia, para que as mães pudessem trabalhar de empregadas domésticas ou nas indústrias e no comércio local — a minoria. As pessoas que trabalhavam na Creche eram voluntárias.

Nas reuniões mensais, foram registradas nas atas: as tradicionais doações recebidas em dinheiro; os auxílios do Consórcio Intermunicipal de Auxílio a Menores<sup>75</sup>; as taxas mensais (simbólicas) recebidas das famílias das crianças; as esporádicas doações das “Damas Rotarianas da Casa da Amizade”, da Associação das “Senhoras Espíritas de Marília”, da Loja Maçônica, da Rádio Dirceu de Marília, do Rotary Clube, da Associação “Nipo Brasileira de Marília” e dos bancos da cidade: Banco do Estado de São Paulo e Banco Noroeste do Estado de São Paulo.

Foram registradas também as doações de gêneros alimentícios do Hospital Espírita, da Prefeitura Municipal de Marília, das indústrias Biscoitos Juno, Ailiran, Marilan e Raineri e dos integrantes da comunidade espírita, inclusive famílias, com doações diárias e mensais de itens como:

---

<sup>75</sup> Após a inauguração da Creche “Ignácio e Loyola Torres”, as formas de pagamento dos auxílios recebidos do Consórcio Intermunicipal de Auxílio a Menores foram alteradas. O pagamento foi calculado por criança.

leite, arroz, feijão, pão, óleo, queijo, macarrão, biscoitos, bolachas, doces, legumes, verduras, frutas, farinha, ovos, gordura, galinha, porcos, mel.

Depois da inauguração, o salão da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, localizado no piso superior do prédio, foi utilizado como fonte de renda e alugado para eventos, casamentos, aniversários, formaturas e peças teatrais. Parte da bilheteria dos espetáculos teatrais do Grupo Amador de Teatro “André Luiz” (GATAL) eram em benefício da Creche.

Na ata de encerramento do ano de 1966, constou a contabilização de móveis e utensílios; equipamentos de lavanderia, fogão industrial, 30 berços e 20 camas. O texto informou que a “Casa” teria condições de “abrigar” de 150 a 200 crianças em “condições futuras”.

Na reunião do dia 15 de janeiro de 1967, referente ao ano de 1966, foi informado que:

[...] com satisfação que cumprimos o grato dever de transmitir a todos esse relatório que espelha o nosso movimento durante o corrente ano de 1966. Após vários anos de lutas, conseguimos terminar a construção do prédio da Creche, graças a colaboração de inúmeros abnegados e idealistas, além do apoio financeiro que tivemos ultimamente do Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor, região de Marília, instalado há 2 anos. Foram gastos na obra a importância de 26.547.070<sup>76</sup>, desde 1959 até hoje, não computando-se aí as doações de vários materiais de grande valor, por exemplo, cujos doadores se abstiveram de informar-nos o seu ‘quantum’, desnecessário seria dizer que a sua construção agora, soma numa importância algumas vezes maior que essa. [...] Estava então terminada uma tarefa, a construção, iniciando-se a seguir a outra, qual seja de agasalhar as crianças, cujas mães necessitam trabalhar, deixando seus filhos na Creche durante o dia. Após 4 meses de atividades admitimos 33

---

<sup>76</sup> O valor do salário mínimo no ano de 1966 foi de Cr\$84.000,00.

crianças de idades variáveis, de 1 mês a 8 anos, sendo que foram desligadas por vários motivos 14 crianças, estando atualmente conosco 11 meninos e 8 meninas, totalizando 19 dos quais 14 pagam a taxa mensal de CR\$5,00 pois as progenitoras dos demais não tem condições de cumprir esse dispositivo. Além do pagamento das crianças em condições de fazê-lo, mensalmente o Consórcio de Menores nos paga CR\$7.000,00 “per capita”, tendo também esta casa, como recebimentos as mensalidades dos sócios do Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza” em número de 61. Além dos donativos em dinheiro, que felizmente recebemos, ainda que sejam de pouco valor, contamos com o trabalho do Departamento Infantil “André Luis”, filiado ao nosso grupo, do Gatal teatro bem como doações de mercadorias [...] Foi esse, em síntese, o nosso trabalho. Queremos de coração a todos os que colaboraram conosco. Esperamos que continuem a fazê-lo em benefício daqueles que necessitam. Contamos com a proteção de Jesus e dos bons espíritos para mais uma jornada, a de 1967. Muito obrigado. Marília, 15 de dezembro de 1967 (CRECHE ..., 1961-1991, p. 16).

No fechamento do ano de 1967, dentre os gastos habituais apresentados (manutenção, água, luz, telefone, impostos, taxas, despesas gerais, móveis e utensílios, rouparia e construção), destaco que, foi a primeira vez que foi lançada a despesa com salários [2.398,98]<sup>77</sup>. No entanto, não localizei quais foram os funcionários contratados na Creche. Apresento, a seguir, parte do relatório, que foi lido e apresentado pela diretoria da creche e do Núcleo “Amantes da Pobreza”, incluído na ata do dia 15 de janeiro de 1968:

Prezados irmãos = É com satisfação que cumprimos o grato dever de transmitir a todos este relatório, que espelha o nosso movimento durante o ano de 1967. Os trabalhos desta casa desenvolvem-se dentro

---

<sup>77</sup> O valor do salário mínimo no ano de 1967 foi de NCr\$105,00.

do programa mais ou menos traçado no início, havendo, como é natural, alguns imprevistos que felizmente foram sanados graças ao espírito de dedicação à causa por parte dos componentes desse Grupo. Em 1967, foram matriculadas 110 crianças, havendo a desistência de 79, figurando em 31 de dezembro, 31 crianças. Assim, nossa assistência anual foi de 516 crianças, dos quais 454 com registro e as demais a título de emergência, dando em média 38 crianças por mês. As idades são: de poucos dias até 11 anos. Além de receberem completa assistência alimentar, recebem ainda as crianças as primeiras instruções escolares. Para suprir todos os nossos gastos, que foram de CR\$8.784,20, podemos contar com as mensalidades de nossos associados, com as rendas proporcionadas pela nossa tradicional Festa de São João, com os aluguéis de nosso salão, com as taxas pagas por algumas crianças, rendas do Teatro GATAL, uma verba federal de 500,00 [subvenção extraordinária do Ministério da Educação e Cultura, referente ao ano de 1965], bem como os auxílios e donativos [...], sem deixar de mencionar as contribuições 'per capita' feitas pelo Consórcio de Menores que em 1967 pagou-nos 4.395,81. [...] No setor de construções, introduzimos alguns melhoramentos em nossa obra, destacando-se a construção que fizemos de um completo sanitário infantil, externo, que muito veio contribuir para a melhoria na assistência às crianças que abrigamos. Tivemos o prazer de receber, em visita as nossas instalações, muitos elementos desta e outras cidades, a quem muito agradecemos pelas palavras generosas e de carinho, bem como o encorajamento ao nosso trabalho, que agora completa 18 meses de atividades voltadas ao amparo do menor. Foram esses, os fatos que registramos para o vosso conhecimento. Queremos de todo coração, deixar consignado os nossos profundos agradecimentos a todos os que colaboraram conosco, esperando que continuarão a fazê-lo em benefício daqueles que muito esperam de nós (CRECHE, 1961-1991, p. 4).

Os números apresentados revelam uma grande quantidade de crianças que deixaram de frequentar a creche pelos motivos de

“desligamento” ou de “desistência”, contudo, não localizei maiores informações.

Na prestação de contas referente ao mês de fevereiro de 1968, no dia 7 de março de 1968, destaco uma saída do caixa no valor de NCr\$6.000,00. Tratava-se de uma entrada ao senhor Pedro Romera Cabrera, para o pagamento inicial da compra de um terreno, medindo 484 metros quadrados, na rua Bonfim, “[...] cujo fundos confronta com nossa Creche. O valor dessa compra foi de NCr\$14.000,00, devendo o restante NCr\$8.000,00 ser pago em 25-06-68” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 25). O terreno foi quitado em 25 de junho de 1968, conforme registros. A compra do terreno destinava-se à construção de um:

[...] abrigo para meninas de 7 aos 12 anos, depois do horário escolar. No mesmo terreno desejamos colocar um Parque Infantil<sup>78</sup>, dependendo de doações a ser feito pelo Consórcio de Menores. Acreditamos ser de grande valia o parque e o amparo às meninas naquela idade, ensinando-lhes atividades domésticas ou outros também úteis (CRECHE ..., 1961-1991, p. 31).

No relatório de fechamento do ano de 1968, elaborado no dia 15 de janeiro de 1969, foi informado que:

[...] foram matriculadas 114 crianças, havendo a desistência de 77. Sendo atualmente de 37 o número de crianças que estão sendo

---

<sup>78</sup> “O grande poeta educador brasileiro Mário de Andrade foi um dos idealizadores e diretor do Departamento de Cultura (DC) da prefeitura do município de São Paulo na gestão do prefeito Fábio Prado, quando criou, dentre tantos programas para o operariado, o Parque Infantil (PI) para seus filhos e filhas de 3 a 12 anos. [...] Os parques infantis criados por Mário de Andrade em 1935 podem ser considerados como a origem da rede de educação infantil paulistana (Faria 1995) – a primeira experiência brasileira pública municipal de educação (embora não-escolar) para crianças de famílias operárias que tiveram a oportunidade de brincar, de ser educadas e cuidadas, de conviver com a natureza, de movimentarem-se em grandes espaços. Lá produziam cultura e conviviam com a diversidade da cultura nacional, quando o cuidado e a educação não estavam antagonizados, e a educação, a assistência e a cultura estavam macunamicamente integradas, no tríptico objetivo parqueano: educar, assistir e recrear” (FARIA, 1999, p. 61-62).



atendidas. Nossa assistência anual foi assim, de 444 crianças, havendo ainda atendimentos a título de emergência em número de 30. Elas recebem completa assistência alimentar, bem como as primeiras lições escolares. Nossos gastos foram de CR\$9.527,91, que foram cobertos pelas mensalidades recebidas de nossos associados, com rendas de nossa Festa de São João, alugueis de nosso salão, com taxas pagas por algumas crianças, rendas do Teatro GATAL, auxílios da Prefeitura Municipal de Marília, do Conselho Estadual de auxílios e subvenções, do Consórcio Intermunicipal de Assistência ao Menor bem como donativos [...]” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 31).

O relatório também enfatizava a principal atividade da Creche, que foi “[...] abrigar, durante o dia, dezenas de crianças de idade até 7 anos, a fim de proporcionar às mães a oportunidade de trabalhar e conseguir meios para a sua subsistência” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 31).

Destaco que, no relatório de prestação de contas do movimento do mês de junho de 1969, organizado no dia 5 de julho de 1969, foi contabilizada a entrada de um “[...] auxílio da Lei [estadual] 560 relativo aos meses de janeiro, fevereiro e março a razão de NCR\$15,00 por criança 1.695,00 [...]” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 34).

A Lei nº 560, do Governo do Estado de São Paulo, foi promulgada em 27 de dezembro de 1949, assinada pelo governador do estado de São Paulo, Adhemar de Barros. A lei tratava do serviço de colocação familiar, junto aos Juízes de Menores. O texto, no artigo 2º, esclarece que “[...] são colocados em casas de famílias, a título gratuito e remunerado, menores de 0 (zero) a 14 (catorze) anos que, por força de fatores individuais ou ambientais, não tenham lar ou nele não possam permanecer” (SÃO PAULO, 1949).

Ainda na reunião do mês de junho de 1969, ficou decidido que:

[...] a Creche fechará de 10 a 21 de Julho, abrindo dia 22, devido a férias. Também foi aprovado o plano proposto pelo Consórcio de abrigar meninos dos 7 aos 13 anos, desde que recebamos auxílio financeiro para construção do prédio [...].O grupo resolveu, em maioria, não mais alugar o salão para festas e se isso ocorrer deverá ser aberta uma entrada para o salão, à parte, saindo do corredor de entrada [...] (CRECHE ..., 1961-1991, p. 34).

Na prestação de contas do mês de julho, ata do dia 6 de agosto de 1969, foi destacado que:

[...] conforme solicitação do Consórcio de Promoção Social, da Região de Marília, foi iniciada na Creche o Club das Mães<sup>79</sup>, tendo sido dia 31 de Julho de 1969, às 20 horas, a primeira reunião. Conforme ficou decidido, o Club funcionará todas as 5<sup>a</sup> feiras da semana (CRECHE..., 1961-1991, p. 34-35).

Os membros da diretoria da Creche “Ignácio de Loyola Torres” decidiram, na reunião do dia 8 de dezembro de 1969, que participariam

---

<sup>79</sup> O Clube de Mães foi uma das primeiras ações conjuntas UNICEF-DNCR. O objetivo da Campanha educativa do Departamento Nacional da Criança (DNCR) foi “[...] fixar e valorizar a mulher no lar, pela educação” (ROSEMBERG, 1992, p. 23). O DNCR foi uma instituição oficial, dirigida pelo médico Olinto de Oliveira. O Departamento Nacional da Criança “[...] encarregou-se de estabelecer normas para o funcionamento das creches, promovendo a publicação de livros e artigos” (KUHLMANN JR., 2003, p. 482-483). “O Clube de Mães se revestia de características próprias, embora fundamentadas nas bases da Campanha Educativa. Destacam-se, entre outras, as atividades que visam ministrar conhecimentos e habilidades novas, servindo como instrumento de valorização e de desenvolvimento da personalidade de seus membros, e a participação ativa da comunidade e dos próprios membros do Clube no planejamento, organização e funcionamento (BRASIL, 1960, p. 7).[...] Dos oito objetivos traçados pelo DNCR para o Clube de Mães, dois referiam-se diretamente à família: ‘despertar nas mães a consciência da responsabilidade social decorrente de sua missão como esposas e mães e orientá-las quanto aos direitos e deveres da família, relação dos seus membros entre si, união da defesa dos direitos da família’.[...] Os demais eram ligados à formação social daquelas mulheres: ‘incentivar-lhes’ o gosto pelo trabalho e indicar-lhes os meios de realizá-lo de maneira agradável e produtiva’ [...] O Clube de mães contava com a participação ativa da comunidade, que através do seu envolvimento daria apoio “não só moral, mas também material e financeiro que o Clube receberá das pessoas do lugar, como também as suas atividades assumirão características mais regionais e se constará melhor desenvolvimento das diversas partes do programa.” Instituição escolar é uma coisa. Pré-escolar será outra. Essas informações foram extraídas do *site* da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12084/12084\\_5.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12084/12084_5.PDF). Acesso em: 30 jun. 2018.

da “I Exposição de Trabalhos de Obras Sociais”, que aconteceria nos dias 6,7 e 8 de dezembro na cidade de Marília, para que a fossem expostos e vendidos os trabalhos confeccionados pelas integrantes do “Clube das Mães” e voluntários. Nessa reunião foi decidido que “[a] Creche deverá iniciar o período de férias de 15 de dezembro, voltando a funcionar no início de janeiro” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 35).

A partir do ano de 1970, foi decidido pelos membros da diretoria que as reuniões antes mensais, em virtude da prestação de contas, tornar-se-iam trimestrais.

No relatório de prestação de contas, do ano de 1970, ata do dia 15 de janeiro de 1971, foram destacados os seguintes fatos:

[...] durante o ano foram assistidas 62 crianças de ambos os sexos, de idade até 6 anos, sendo a média mensal de 44 crianças; os gastos deste ano foram de uma máquina de somar Olivetti, 2 máquinas de costura Singer para o Club das Mães, 1 enceradeira Arno e 10 peças para montagem do parque infantil que adquirimos no Rio de Janeiro e que depois de instalados importou em CR\$3.500,00. A inauguração desse melhoramento que veio dar mais entretenimento às crianças abrigadas na creche, ocorreu no dia 9 de maio. [...] A partir do mês de março [1970] as aulas práticas digo, aulas diárias às crianças, em nossa Creche, passaram a ser ministradas por professora contratada pela Municipalidade, compreendendo o programa do pré-primário e jardim de infância. Esses foram os principais fatos anotados. As atividades do Club de Mães também contou com o trabalho das crianças e desenvolveu-se com muito aproveitamento [...] (CRECHE ..., 1961-1991, p. 38).

Ainda no ano de 1970, a Prefeitura Municipal de Marília, representada pelo prefeito Octávio Barreto Prado<sup>80</sup>, promulgou a Lei nº 1746, no dia 28 de setembro de 1970, que estabeleceu as normas para concessão de auxílios, subvenções ou contribuições “às entidades civis legalmente constituídas no município e que não tenham fins lucrativos”. Dessa forma, em 31 de dezembro de 1970, o Decreto nº 2740, garantiu a distribuição das contribuições às entidades enquadradas na Lei Municipal nº 1746, direcionando CR\$2.700,00<sup>81</sup> para a Creche “Ignácio de Loyola Torres”, referente ao exercício do ano de 1970.

Na reunião do dia 15 de janeiro de 1972, apresentadas as contas referentes ao exercício do ano de 1971. Foi informado em ata uma:

[...] média de atendimento mensal no ano de 55 crianças. Até agora passaram pela Creche 328 crianças, fora os 8 atendimentos de emergência. As realizações dos voluntários da Creche foram: Quermesse Junina, Cursos para adultos de Bordado, Estamparia, Arte Culinária, Corte e Costura, Pintura no Gesso, Trabalhos Manuais, Enxovalzinho de Recém-Nascido e Corte e Costura (Confecção Infantil). O Clube de Mães continuou com as aulas semanais às 5<sup>a</sup> feiras à noite e este ano realizamos a tradicional Festinha das Crianças dia 18 de dezembro ocasião em que o Papai Noel da Creche distribuiu

---

<sup>80</sup> Otávio Barreto Prado, “[...] nasceu em 21 de novembro de 1906 na cidade de Santos, estado de São Paulo. Veio para Marília em 1934, dedicando-se à compra de café para várias firmas de Santos. Na primeira gestão (1960-1963) [...] construiu na zona rural 11(onze) prédios escolares e na cidade, conseguiu do Governo do Estado, grupos escolares para a Vila São Paulo, São Miguel e Jardim Marília. Conseguiu também a construção do prédio do Instituto de Educação Monsenhor Bicudo. Iniciou e entregou à população o Parque Infantil ‘Dr. Fernando Mauro Pires Rocha’ e iniciou o Parque ‘Príncipe Mikasa’. Na segunda gestão (1969-1973) construiu o “[...] Parque Infantil ‘Cavalari’, ampliou a Escola Rural do Sítio São José [...] Entre suas numerosas realizações estão ainda, a ampliação de 30 classes de emergência na zona rural; a inauguração do Parque Infantil Alvorada; a instalação da Campanha Nacional de Alimentação; o incentivo ao programa do Mobral, da APAE, e INCRA; a construção de prédios do Ginásio da Vila São Miguel, do Grupo Escolar Castelo Branco, da Vila Hermínio Firmino Pollon e do E.E.P. G. ‘Profª. Carlota de Negreiros Rocha’ [...] Fez doação à Fundação de Ensino ‘Eurípedes Soares da Rocha’, para a construção das Faculdades de Direito, Ciências Contábeis e Administração de empresas, [...]”. (LARA, 1991, p. 70-76).

<sup>81</sup> O valor do salário mínimo no ano de 1970 foi de NCr\$187,20.

roupinhas e presentes as crianças que frequentou a creche [...]” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 41).

Na reunião do dia 12 de agosto de 1972, foi mencionado vagamente o assunto “[...] sobre a defesa a ser apresentada ao INPS sobre o levantamento feito na Creche pela fiscalização” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 42) e o pedido de aviso prévio solicitado por Angélica F. Butturi. A diretoria não foi favorável ao aviso prévio solicitado. Foi também contabilizada a entrada do recebimento no mês de setembro da Fundação de Ensino “Eurípedes Soares da Rocha”, o valor líquido de CR\$ 2.333,00<sup>82</sup>, proveniente do Curso de Parapsicologia realizado no salão da Creche.

A tradicional reunião anual para prestação de contas, relativa ao ano de 1972, foi realizada no dia 5 de janeiro de 1973 e constou em ata: o recebimento mensal de mercadorias do setor de merenda escolar proveniente da Prefeitura Municipal de Marília; e no mês de dezembro o recebimento do Ministério da Educação e Cultura o valor de CR\$3.000,00. A atividade destacada foi a realização da:

[...] tradicional festinha com as crianças e mães, dia 14/12 ocasião em que houve números de cantos, com as crianças, na creche, entrega de presentes e roupinhas pelo nosso Papai Noel. As férias foram de, digo, iniciados em 15/12 e irá até 15/01/73. Houve várias comemorações de datas durante o ano, entre elas a de 23/09 aniversário da Mãe Cristina ocasião em que houve, na Creche, números de danças das crianças da creche e *catecismo*. Dia 26 de setembro, 3ª feira, à noite, na Creche, houve preces pelo aniversário de nascimento, nesse dia de Mãe Cristina (CRECHE ..., 1961-1991, p. 44, grifos meus).

---

<sup>82</sup> O valor do salário mínimo no ano de 1972 foi de Cr\$ 268,80.

No dia 28 de julho de 1973, foi realizada a comemoração do 7º aniversário da Creche “Ignácio de Loyola Torres”. O evento foi marcado pela presença dos associados e convidados.

No ano de 1974, não houve ou não foram registradas, em ata, as reuniões trimestrais de prestação de contas e decisões administrativas.

Já no dia 5 de janeiro de 1975, os membros da diretoria da Creche se reuniram para a prestação de contas do ano de 1974. Foram destacados, em ata, os recebimentos da Secretaria da Promoção Social (recebimentos per capita); da Fundação Paulista de Promoção Social do Menor; do Ministério da Educação e Cultura; da Prefeitura Municipal de Marília; das contribuições da Associação das “Senhoras Espíritas” e das rendas provenientes do almoço beneficente e da “Festa Junina”. A quantidade de crianças oscilava entre 62 a 70 no decorrer do ano. Na ata consta que:

[e]m 1974 o Club de Mães apresentou ótima folha e serviços sob a presidência da Zuleida Ortis Tavares Costa<sup>83</sup>. No fim do ano, construímos novos sanitários na Creche, com verba do Conselho Estadual de Auxílio e Subvenções e nossos recursos, além de nova pintura em todo o prédio. As férias na Creche compreende o período de 30/12/1974 a 31/01/1975, reiniciando as atividades dia 1º/2/1975. Em vista de alteração estatutária, nossa Diretoria tem agora mandato de 2 anos [...] (CRECHE ..., 1961-1991, p. 47).

Da reunião do dia 3 de agosto de 1975, concernente ao movimento dos meses de janeiro a junho, destaco alguns trechos da ata:

---

<sup>83</sup> Zuleida Ortiz Tavares Costa frequentou a Escola do Magistério Primário “São Bento”. Esposa de Emanuel Tavares Costa.

[n]ossa Creche vem cumprindo corretamente as obrigações trabalhistas, reajustando sempre os salários dos funcionários, ou seja, anualmente. Em 1º/12/74 conforme lei, foi acrescido o abono de 10,2% ao ordenado de 376,80 e em 1º de maio deste ano passaram a receber novo salário mínimo de 532,80 com horas extras à parte, isto é, fora as horas extras. A nossa administradora dona Angélica Ferro Butturi esta registrada desde 1º/9/1970 e atualmente seu salário é de CR\$1.460,00<sup>84</sup>. [...] Há vários meses estamos recebendo ótimas mercadorias e alimentos da merenda escolar, que muito tem ajudado, economizando assim nossas compras. Recebíamos donativos, há alguns anos, de leite de vaca por intermédio da Mansão Ismael, que fazia distribuição de 6 a 7 litros para nós. Essa distribuição foi paralisada há mais de um mês, devendo voltar-se a recebermos a partir de 18 do corrente. [...] Registramos aqui, que nosso irmão e provedor Hygino Muzy Filho está doente a quase 2 anos, tendo nos últimos meses agravado seu estado de saúde. Atualmente está em recuperação, esperando todos pela sua melhora. Nosso 1º Secretário Antônio Beiro esteve dia 22 de julho último como procurador nosso, em São Paulo na Fundação Paulista de Promoção Social do Menor – Pró Menor<sup>85</sup>, à chamado para assinar o novo convênio com aquela repartição, pelo qual o “per capita” mensal passará ser de CR\$163,65. Era de CR\$60,00 desde 1971. Assim, receberemos a partir de junho, CR\$6.546, mensal para 40 crianças conveniadas (CRECHE ..., 1961-1991, p. 48).

---

<sup>84</sup> O valor do salário mínimo no ano de 1975 foi de CR\$ 532,80.

<sup>85</sup> “Em dezembro de 1964, foi instituída a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), à qual foi delegada pelo Governo Federal a implantação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, cujo objetivo era coordenar as entidades Estaduais de proteção às crianças e aos adolescentes. Com o decreto de 29 de dezembro de 1967, que criou a Secretaria da Promoção Social do Estado de São Paulo, o Serviço Social de Menores foi totalmente transferido para essa Secretaria. Pouco mais de um ano depois, outro decreto fixou a estrutura da Secretaria da Promoção Social e criou a Coordenadoria dos Estabelecimentos Sociais do Estado (CESE), à qual ficou subordinado o atendimento ao jovem. Além de administrar unidades destinadas a crianças e adolescentes, a CESE também atendia famílias carentes, mendigos, migrantes e alcoólatras, entre outros, o que acarretou sobrecarga na Coordenadoria e levou à criação da Fundação Paulista de Promoção Social do Menor (Pró-Menor), em 1974. A ela, foram agrupadas todas as unidades de atendimento aos jovens e crianças. Em 1976, a Secretaria de Promoção Social mudou o nome da Fundação Pró-Menor para Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem/SP), para se adaptar à política federal para a área do menor (chamada de Funabem)”. A Fundação – História. 2010. Essas informações foram extraídas do *site* da Fundação Casa. Disponível em: <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=a-fundacaoohistoria&d=83>. Acesso em: 05 mai. de 2018.

No mês de agosto de 1975, havia um total de 73 crianças matriculadas. Na ata do dia 6 de setembro de 1975, constava o recebimento de uma verba do Ministério da Educação e Cultura no valor de CR\$3.000,00, conseguida “[...] graças ao Dep. Federal Freitas Nobre<sup>86</sup>” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 48). Na ata, destacou-se que o provedor Hygino Muzzi estava hospitalizado e também que:

[d] dentro de alguns dias, terão início os ensaios pela irmã *Rosa Vernaschi Lima*, preparando as crianças do catecismo e mocidade, para uma pequena apresentação artística dia 26 deste mês, pela passagem de mais um aniversário de Mãe Cristina. Também as crianças da nossa Creche, apresentarão números de danças e pecinhas infantis graças aos ensaios que estão realizando sob a orientação das professoras *Maria Cristina Campos*, que está conosco há quase nove anos e *Maria de Lourdes Anselmo*, também a uns 3 anos. Elas são contratadas pela Prefeitura Municipal de Marília para prestarem serviço em nossa obra, nos cursos de *Jardim de Infância e Pré-Primário* (CRECHE ..., 1961-1991, p. 49, grifos meus).

Na ata do dia 5 de outubro de 1975, observei que as despesas apresentaram uma alta, diminuindo o saldo positivo do caixa, que foi justificada com o pagamento “[...] conforme lei, a metade do 13º salário do ano às empregadas e também a direitos da cozinheira Anália Rosa, que saiu da creche” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 49).

Após essa reunião do mês de outubro de 1975, não houve ou não foram registradas mais reuniões nos anos de 1976 e 1977.

---

<sup>86</sup> José Freitas Nobre foi jornalista e deputado federal, 1971-1987. Foi “editor do jornal *Folha Espírita* e amigo pessoal de Chico Xavier — chegou a propor o Prêmio Nobel da Paz para o médium brasileiro —, professor catedrático da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo [...]”. Essas informações foram extraídas do *site* Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea Do Brasil da Fundação “Getúlio Vargas”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-freitas-nobre>. Acesso em: 05 mai. de 2018.



### 3.2 Administração do Provedor Geraldo Vernaschi (1978-1990)

Os registros das reuniões em ata foram retomados no dia 6 de janeiro de 1978. Nessa reunião, foi empossada a nova diretoria da Creche, indicada e nomeada pela diretoria do Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”. Tomou posse o Provedor Geraldo Vernaschi; Vice Provedor, Antônio Beiro; Primeira Secretária Zuleida Tavares Costa; Segundo Secretário, Emanuel Tavares Costa<sup>87</sup>; Primeiro Tesoureiro, Érico Affonso Vernaschi<sup>88</sup> e Segunda Tesoureira Altayr Ravanelli Beiro<sup>89</sup>. A “doutora” Zuleida, como era mencionada nos registros, além de Primeira Secretária, ocuparia também o cargo de Administradora da Creche “Ignácio de Loyola Torres”.

Segundo o registro da reunião, a administradora empossada da Creche explicou que uma prioridade seria administrar “[...] as férias com medidas alternadamente ao corpo de funcionários de molde a não interromper o atendimento às crianças matriculadas [...]” (CRECHE ..., 1961, p. 50). No decorrer dos registros em ata, consta que se discutiu sobre o:

[...] atendimento a ser prestado às alunas da 2ª Ala, ou seja, das que completaram a idade limite e não foram desligadas da Creche, incluindo-se as matrículas escolares no Grupo Escolar “Olga M. Simonaio”, a utilização da sala hoje é ocupada pelo Departamento Infantil “André Luiz” e o salão superior onde seriam feitas divisões removíveis e haveria um fogão. Decidiu-se, então, pela utilização da sala hoje ocupada pelo Depto. “André Luiz” e aproveitamento do Salão Nobre, com a cozinha e os banheiros, aprovando-se a feitura de divisões removíveis. Resolveu-se ainda entrar em contato com a colaboradora voluntária Maria Luiza, estudante de sociologia e

---

<sup>87</sup> Emanuel Tavares Costa, Juiz de Direito, trabalhou na Vara da Infância e Juventude em Marília.

<sup>88</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>89</sup> Esposa do Antônio Beiro.

convidá-la, mediante remuneração, a responsabilizar-se diretamente pela segunda ala. Aprovou-se também propor ao Núcleo Espírito “Amantes da Pobreza”, entidade mantenedora, a alteração dos estatutos sociais para a criação dessa segunda ala, como núcleo profissionalizante (CRECHE ..., 1961-1991, p. 50).

Na reunião anual, ata do dia 13 de janeiro de 1979, a administradora Zuleida, da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, expôs que mediava problemas de relacionamento entre dois funcionários. Em seguida, informou para ciência da diretoria, a:

[...] convocação da FEBEM/SP para reunião das entidades conveniadas a ser realizada na Secretaria Regional da Promoção Social de Marília, destinada à análise, leitura e discussão do regulamento, assinatura de convênio [...] (CRECHE ..., 1961-1991, p. 51).

A reunião seguinte aconteceu no dia 27 de janeiro de 1979. Após a prece inicial, a administradora Zuleida submeteu à apreciação da diretoria um relatório das atividades e problemas com que se defrontava diariamente. Entre os problemas aventados, a falta do leite, cujo fornecimento pelo Hospital Espírita foi contido abruptamente [...]” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 51) e a necessidade de voluntários para a abertura e fechamento da Creche no mês de fevereiro, uma vez que a administradora encontrar-se-ia em gozo de férias. Ficou decidido em reunião que o provedor Geraldo entraria em contato com a “pasteurização” para resolver o problema da falta do leite e que a “senhora” Altayr ficaria responsável pelo fechamento da Creche e a “Lourdinha” pela abertura. Ficou acordado também que as reuniões deveriam ser quinzenais e aos domingos.

Passados poucos mais de 15 dias, a reunião aconteceu no dia 18 de fevereiro de 1979. De início, a administradora Zuleida apresentou um

relatório das atividades e problemas enfrentados na Creche. Destaco que, o relatório mencionado não está inserido nos registros. Entre os problemas tratados, estava a necessidade de compra de uma nova televisão, porque a utilizada na Creche não era passível de conserto. Como alternativa, foi apresentada a possibilidade de uma rifa com uma colcha de piquet bordada, vinda da cidade de Ibitinga, doada à Creche e também a venda no “Bazar da Pechincha” de roupas doadas e fornecidas pelo Instituto Assistencial Espírita de Marília. Segundo os presentes, a atitude de criação do “Bazar da Pechincha” permitiria a aquisição de roupas por baixo preço aos “carentes”, possibilitando, igualmente, a compra do aparelho de televisão. Foi pontuada a necessidade de benfeitorias, como a reforma dos banheiros, uma nova caixa d’água, chuveiro para a segunda ala e construção de um caramanchão. Para finalizar a reunião, o provedor informou que fez a entrega, na Prefeitura, “[...] dos mapas para o levantamento físico da rede escolar” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 52).

Na ata do dia 4 de março de 1979, houve o registro que a administradora Zuleida abordou a preocupação com a alimentação fornecida na Creche, explicando que “[...] não é a quantidade de cada alimento, e sim o balanceamento dos alimentos de maneira a fornecer o número de calorias necessárias” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 53). Além disso, ela “aduziu” que existia a “[...] necessidade dos diretores da Creche assistirem de mais de perto a promoção das famílias assistidas” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 53). Quanto ao problema que persistia, a falta de leite, foi decidido que, durante uma semana, cada diretor doaria o leite necessário para a provisão da semana. Além disso, foi decidido também que: “1) a administradora faria uma reunião com as mães das crianças atendidas na Creche para que as críticas fossem feitas em reunião, para evitar comentários” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 53), fora da Creche; 2) que o senhor Emanuel falaria com os médicos para que não viessem trabalhar na Creche de bermudas.

Foi informado ao tesoureiro Beiro que não estavam sendo feitas as anotações dos donativos recebidos nos meses de janeiro e fevereiro, especialmente da merenda proveniente da Prefeitura Municipal de Marília, o que provavelmente traria problemas na apuração da contabilidade. A administradora solicitou autorização para o seu afastamento até o mês de abril, porque pretendia prestar concurso público. O afastamento foi concedido pelos membros da diretoria.

No mês de abril, até o dia 1º de abril de 1979, a “ordem do dia” foi que o provedor teria encaminhado um ofício para a Prefeitura Municipal de Marília “pleiteando” a contratação de uma funcionária e que:

[...] “Santina” foi à Secretaria da Saúde para regularizar o atendimento médico às crianças e, em consequência disso, recebeu a Creche a visita do Dr. Márcio Martini Penteadó, Chefe do Posto de Saúde de Marília e da Drª. Brígida, assistente social do referido Posto, os quais revelaram-se agradavelmente surpresos com a estrutura funcional da Creche. Assumiu ele o encargo de dar atendimento periódico com instituição de carteiras de acompanhamento médico individuais, à semelhança das fichas individuais que a Creche adota (aliás, à esse respeito, informou o doutor que considera a Creche, uma instituição modelo no Estado de São Paulo), e promoverá exames médicos e laboratoriais. Referem os diretores que no setor de saúde, a creche está de parabéns pela estrutura de atendimento montada. A seguir, reivindica a Zuleida o passeio das crianças que, até agora, não se fez nenhum. Cogitou-se do Bosque Municipal e do Clube dos Bancários; informou o Emanuel que o Dr. Domingos Alcalde<sup>90</sup> e também o Dr.

---

<sup>90</sup> Domingos Alcalde “[...] nasceu no dia 23 de agosto de 1936 no Distrito de Avencas em Marília. Em sua carreira ocupou diversos cargos importantes como Diretor da Firma Marajoara S/A, Diretor da Empreendimentos São Luís, Presidente do Centro de Defesa ao Consumidor, Vice-presidente do PMDB. Engenheiro da Prefeitura nas gestões de 1964/1968 e 1969/1972; presidente do Conselho de Administração da EMDURB (Empresa de Desenvolvimento Urbano e Habitacional de Marília). Foi Presidente da Câmara Municipal de Marília nos anos de 1985 e 1986. Foi eleito vereador pela Arena para a legislatura de 1977/1982

Pedro Gelsi prontificaram-se a ceder duas chácaras para passeio.[...] Informa a Zuleida que o Dr. Napoleão dos Santos, psiquiatra, prontificou-se a vir na Creche na próxima semana para iniciar o atendimento psicológico das crianças. A Zuleida diz que as estagiárias de Serviço Social estão pleiteando uma reunião com a diretoria, para definição de prioridades e troca de informações [...] (CRECHE ..., 1961-1991, p. 54).

Destaco que, na reunião do dia 3 de junho de 1979 a administradora Zuleida propôs aos diretores que a administração da Creche fosse dividida com a professora Maria Ortiz Tavares Costa, pois:

[...] dado os afazeres particulares, havendo até mesmo perspectivas, a médio prazo, de mudança de cidade, é bom que se prepare para o futuro, de maneira a que, repentinamente, fique a Diretoria sua pessoa habilitada a prosseguir na administração [...] (CRECHE ..., 1961-1991, p. 56).

Segundo os registros em ata, esse pedido foi debatido com “indagações e considerações”, no entanto, aprovaram a “indicação”. Os presentes debateram também a:

[...] necessidade de atualizar os estatutos sociais para dar proteção jurídica à atividade assistencial que se presta à Ala II, ou seja, as crianças de idade superior a seis anos. A seguir, dada a palavra ao Beiro por ele foi dito que havia necessidade de se discutir o problema financeiro. Primeiro, explicou o problema do leite que está sendo pago pelos diretores mas quem pagou foi ele; dividiu-se o valor por seis e cada qual

---

e reeleito para a legislatura de 1983/1988 pelo PMDB, com a maior votação até aquela data na história de Marília. Foi Professor de Estatística na Faculdade de Ciências Econômicas. Foi Diretor do Marília Atlético Clube e também Vice-Presidente da ex-Associação Atlética São Bento. Foi Presidente do Centro de Defesa do Consumidor e da Sociedade Amigos de Marília”. Essas informações foram extraídas do *site* da Câmara Municipal de Marília. Disponível em:

[https://sagl.camar.sp.gov.br/consultas/parlamentar/parlamentar\\_mostrar\\_proc?cod\\_parlamentar=100084](https://sagl.camar.sp.gov.br/consultas/parlamentar/parlamentar_mostrar_proc?cod_parlamentar=100084). Acesso em: 28 jun. 2018.

reembolsou-lhe a sua parte. [...] Apresento a seguir, um levantamento que fez dos dados contábeis mostrando inclusive a receita e a despesa, bem como a projeção para o futuro e o “déficit” mensal previsto, orçado em CR\$9.600,00 <sup>91</sup> (nove mil e seiscentos cruzeiros). Debateu-se em profundidade o assunto; descrevendo-se a detalhes de cada item, fez-se cálculos e projeções, enfim, procurou esmiuçar-se o assunto, tendo havido sugestão de todos os diretores, resolveu-se adotar as seguintes resoluções: a) formar-se um quadro associativo de contribuintes na base de CR\$100,00 (cem cruzeiros); [...] b) reduzir-se ao máximo as despesas; c) não se fazer nenhum melhoramento em construções; d) programar-se promoções (CRECHE ..., 1961-1991, p. 57).

Na reunião do mês de junho, ata do dia 16 de junho de 1979, foi informada a compra do televisor, com recursos da rifa e do “Bazar da Pechincha”, no entanto, ainda faltou o valor de CR\$12.000,00. Os presentes verificaram saldo credor disponível de CR\$6.000,00 no caixa e concluíram que deveriam “levantar” os recursos para quitação da dívida. A administradora Zuleida informou que, por motivos de ordem familiar, teria que deixar no final do mês a administração da Creche. Ela ainda justificou que a:

[...] a estrutura está inteiramente montada com o Departamento Assistencial, o Departamento Educacional e o Departamento de Saúde, digo, em pleno funcionamento. Os funcionários têm cada um a função já definida [...] Resolveu-se pois que até o final do mês, resolver-se, o problema da substituição” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 58).

No mês seguinte, ata do dia 22 de julho de 1979, foi feita, no início da reunião, a leitura da carta de demissão da administradora Zuleida.

---

<sup>91</sup> O valor do salário mínimo no ano de 1979 foi de CR\$ 2.268,00.

Tavares Costa, que relatou os motivos que a levaram a tomar tal decisão (os motivos não estão descritos no registro). Houve discordância total por parte da diretoria. Além disso, na mesma reunião, foi apresentado o relatório atual da Creche e foram tomadas algumas decisões a respeito da “Feira da Fraternidade”. O novo administrador, Américo Ravanelli<sup>92</sup>, tomou posse e apresentou alguns problemas de solução imediata, como: novas matrículas; novo esquema de trabalho da equipe; suspensão da lavagem dos uniformes e o aluguel do salão. “[O] ‘problema salão’ foi mais uma vez ventilado e falou-se da necessidade de atuação da diretoria na limpeza do mesmo, do contrário, fugirá ao seu objetivo” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 58-59).

Na reunião do dia 11 de agosto de 1979, consta em ata que o provedor Geraldo Vernaschi<sup>93</sup>, “[...] solicitou a ocorrência dos exames médicos das crianças assistidas pela Entidade” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 59). Foi “amplamente” discutida e:

[...] deliberada a necessidade de formalizar um Livro Ponto das Professoras e regulamentar a entrega dos semanários para o visto da Administração. Estudou-se a divisão de alunos por professor existente e chegou-se a conclusão da necessidade de mais um orientador para o período da tarde; no período da manhã já existem dois professores e à tarde apenas um. O que acarreta grandes problemas pois o maior número de alunos fica sem orientação específica. Foi colocada pela Administração o problema das novas matrículas, ficando decidido o seguinte: será feito um levantamento das crianças existentes e conforme o número então serão feitas novas matrículas (CRECHE ..., 1961-1991, p. 59).

---

<sup>92</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>93</sup> Não localizei informações até o momento.

Destaco que as reuniões, de 11 de agosto de 1979 a 26 de janeiro de 1985 não foram registradas em ata, representando uma lacuna no período.

A reunião seguinte, do 26 de julho de 1986 registrou a comemoração do 20º aniversário de inauguração da Creche. Estavam presentes: os membros da diretoria da Creche, os membros do Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”, membros do Departamento Infantil “André Luiz”; a “Mocidade Espírita”; o setor de “Evangelização”; e “[...] demais companheiros do nosso Grupo, colaboradores e simpatizantes.” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 60). Lavrou-se o registro em ata que foi assinada pelas 145 pessoas presentes que prestigiaram a solenidade.

Contudo, novamente os registros em ata ficaram paralisados do dia 26 de julho de 1986 a 12 de fevereiro de 1991.

### **3.3 Administração do Provedor Antônio Beiro (1991-1997)**

No dia 13 de fevereiro de 1991, a diretoria vigente era composta pelo Provedor Antônio Beiro; Antônio Carmanhani<sup>94</sup>, Vice-provedor; Onivardo Quinquinato<sup>95</sup>, Primeiro Secretário; Altayr Ravanelli Beiro, Segunda Secretária; Sueli Carmanhani Borges da Costa<sup>96</sup>, Primeira Tesoureira; Luiza Baldo<sup>97</sup>, Segunda Tesoureira. Estiveram presentes na reunião os membros da diretoria, assim como as professoras convidadas Antônia Gimenez Esteves, Antônia Dias Carmanhani, e Célia Regina Carmanhani Quintinato, que se reuniram em outra sala com as professoras Maria de Lourdes Anselmo, Romilda Nemer Rapado, Celina Santana Russo e Solange de Souza Moraes.

---

<sup>94</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>95</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>96</sup> Não localizei informações até o momento.

<sup>97</sup> Não localizei informações até o momento.



Os assuntos destacados na reunião da diretoria foram:

- 1) [e]fetivação da auxiliar de professora, Sra. Solange de Souza Moraes;
- 2) aquisição de filtro d'água para Creche;
- 3) compra de antena de televisão;
- 4) instalação de uma sala para atendimento médico;
- 5) determinar o dia do mês para reunião de prece para o Grupo;
- 6) outros assuntos de interesse da Creche (CRECHE ..., 1961-1991, p. 62).

Após as discussões e encaminhamentos, ficou decidido que deveria ser legalizada “[...] o mais rápido possível a contratação definitiva da auxiliar de professora a Sra. Solange de Souza de Moraes” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 62). Além disso, foi aprovada a instalação de uma sala para consulta médica dentro da Creche e autorizada a compra do filtro e de uma antena externa, após a cotação de preços. Na sequência, conforme registro em ata, a professora Célia Regina Carmanhani Quinquinato sugeriu a todos que a Creche deveria funcionar “[...] em todos os aspectos como uma EMEI [Escola Municipal de Educação Infantil]”, tendo em vista que a:

[...] Prefeitura Municipal mantém professoras e também fornece alimentação para a Creche. Ficou decidido que os pedidos das professoras com respeito a material didático deverão ser adquiridos pela Creche para dar melhores condições de trabalho das mesmas com as crianças. Foi também tratado sobre o banho das crianças, a utilização do mimeógrafo para comunicação das professoras com as mães dos alunos. Em resumo tudo o que foi tratado teve o único objetivo de que devem ser obedecidas as mesmas regras, com algumas exceções, como funcionará as Eméis da Prefeitura de Marília. Visando assim um dos melhores atendimentos às crianças; que é a finalidade da existência da Creche” (CRECHE ..., 1961-1991, p. 63).

As demais páginas, numeradas de 63 a 100 do livro, estão em branco, sem registro, representando uma lacuna de registro ou de reuniões, no período de fevereiro de 1991 a setembro de 1997.

As informações que apresentei neste capítulo foram/são importantes para a sistematização das reflexões sobre o funcionamento da Creche “Ignácio de Loyola Torres”. Os mantenedores declaravam que a Creche era uma instituição leiga, de atendimento às famílias carentes, independentemente da religião. No entanto, alguns indícios nos documentos evidenciaram que, no funcionamento da Creche foram praticados rituais e comportamentos que demonstravam a disseminação dos princípios da doutrina espírita, como nas festividades de comemoração do aniversário da “entidade espiritual” Mãe Cristina, com danças e catecismo com as crianças.

A Creche não foi apenas uma unidade de prestação de serviço às mães pobres, mas, também, um instrumento de desenvolvimento de valores na criança, no adulto, na família e na comunidade.



## CAPÍTULO 4

### O Berçário Municipal “Mãe Cristina”

---

#### 4.1. Breve histórico das políticas públicas para a educação infantil na década de 1990

Até 1988, inexistia no Brasil uma política educacional nacional para as creches, pois as Constituições Federais anteriores a 1988 foram omissas. Assim, “[o] movimento em favor da educação infantil no Brasil adquiriu maior força na luta pela democratização do País” (FONSECA, 1998, p. 199) e a “universalização da educação infantil, [...] passou a ser considerada uma exigência das sociedades democráticas [...]” (FONSECA, 1998, p. 199), dos movimentos sociais e dos debates e publicações no meio acadêmico.

Com a Constituição Federal do Brasil de 1988, a creche constituiu-se como direito da criança, opção da família e dever do Estado, em uma perspectiva educacional. A Constituição Federal de 1988 é, portanto, um marco para a educação infantil brasileira.

As políticas educacionais nacionais, referentes aos direitos das crianças de até seis anos, na década de 1990, foram influenciadas pelas orientações do Banco Mundial<sup>98</sup> na “[...] definição de prioridades e

---

<sup>98</sup> O Banco Mundial foi “[c]riado durante a Conferência de *Bretton Woods*, na cidade norte-americana homônima, em 1944, no processo de construção da hegemonia internacional norte-americana após a 2ª. Guerra Mundial, o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ficou conhecido, genericamente, como Banco Mundial. Abrange uma série de outras instituições (o próprio BIRD, a Associação Internacional de Desenvolvimento – IDA, a Corporação Financeira Internacional – IFC, o Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos – ICSID, a Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais – MIGA e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF). Diferentemente de seu objetivo inicial, ainda no final dos anos 1960, a linha de atuação do Banco Mundial passou a ter como um de seus focos principais a área educacional, sobretudo nos países latino-americanos, o que se intensificou sobremaneira nos anos 1980-90. Desde então, as diretrizes do Banco Mundial vêm sendo utilizadas como fundamento principal

estratégias, de modelos de política educacional” (ROSEMBERG, 2011, p. 66).

Segundo Rosemberg (2011), o Banco Mundial, “ao lado” dos empréstimos, fornecia orientações técnicas para a educação, com base em “concepção economicista”; e no campo da educação infantil “[...] uma nova concepção: a de ‘desenvolvimento infantil’[...]” (ROSEMBERG, 2011, p. 66).

Silva Jr. (2004), aponta que as políticas públicas nacionais para educação na década de 1990 foram “estratégicas” e visavam a uma “preparação política” para as reformas pretendidas no contexto mundial: “melhor educação, melhor inserção no mercado de trabalho”.

O ministro da Educação e do Desporto, Murílio de Avelar Hingel (1992-1994), no mandato de Itamar Augusto Cautiero Franco (1992-1995) participou, segundo Silva Jr. (2004), de reuniões mundiais organizadas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com financiamento e assessoria do Banco Mundial. Em março de 1993, o ministro Hingel:

---

para as políticas educacionais brasileiras, no contexto da reforma do Estado e da educação. Em síntese, são elas: 1) focalização do gasto público no ensino básico, com ênfase no ensino fundamental; 2) descentralização do ensino fundamental, o que vem sendo operacionalizado através do processo de municipalização do ensino; 3) estímulo à privatização dos serviços educacionais e à criação de verdadeiras indústrias em torno das atividades educacionais; 4) ajuste da legislação educacional no sentido da desregulamentação dos métodos de gestão e das instituições educacionais, garantido ao governo central maior controle e poder de intervenção sobre os níveis de ensino (via sistemas nacionais de avaliação e fixação de parâmetros curriculares nacionais, por exemplo), mas sem que ele mesmo participe diretamente da execução de tais serviços. Em linhas gerais, a interferência do Banco Mundial na educação tem como objetivo promover os ajustes de interesse do grande capital internacional (sobretudo o financeiro) com relação ao Estado brasileiro. Busca adequar o conjunto das políticas educacionais num plano mais amplo, que é o da atuação do Estado, como um todo, frente aos desígnios do processo de acumulação mundial de capital. A tal processo chamou-se de Reforma do Estado.” Essas informações foram extraídas do *site* HISTDDBR. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_banco\\_mundial\\_%20educacao%20.htm](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_banco_mundial_%20educacao%20.htm) . Acesso em: 1º nov. 2018.

[...] foi à China participar da reunião preparatória da Conferência Internacional de Educação para Todos e firmou com as autoridades locais os termos de um memorando sobre o intercâmbio e a cooperação em educação entre o MEC e aquele país. Apesar disso, Hingel ouviu durante a reunião a crítica de que o Brasil não tinha uma política educacional, o que contribuiu para o anúncio do Plano Decenal de Educação para Todos, cuja elaboração iniciou-se logo após seu retorno da China. Concebido para ser executado até o ano de 2003, o plano tinha como metas principais a universalização progressiva do ensino básico, a redução da repetência, a eliminação da evasão escolar e a diminuição do analfabetismo. Ao longo de 1993, Hingel participou de diversos encontros realizados no exterior, estando presente, entre outros, na reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) realizada no Uruguai, na Conferência Internacional de Educação para Todos de Nova Délhi, na Índia; na 27ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) ocorrida em Paris, na França; e na XII Reunião do Grupo Brasileiro-Francês de Cooperação Científica e Técnica, oportunidade em que foi assinado um acordo entre as universidades francesas e as universidades brasileiras. Esteve nos Estados Unidos, quando negociou junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) em vultoso empréstimo para o financiamento de projetos de educação básica na região Nordeste. Ainda em 1993, oficializou o Sistema Nacional de Educação a Distância, criado para divulgar programas educativos e formar educadores através da Rede Teleinformativa de Educação.<sup>99</sup>

Um dos resultados das “reuniões mundiais” foi a publicação, pelo MEC, do texto *Plano Decenal de Educação para todos*. Segundo Silva Jr. (2004, p. 76):

---

<sup>99</sup> Essas informações foram extraídas do site Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea Do Brasil da Fundação “Getúlio Vargas”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/murilio-de-avelar-hingel>. Acesso em: 22 out. 2017.

[o] *Plano* foi apresentado como a expressão brasileira do movimento planetário orquestrado pela Unesco, Bird/Banco Mundial e assumido pelo Brasil como orientador das políticas para a educação que resultaram na reforma educacional brasileira dos anos 1990, realizadas em todos os níveis e modalidades, com diretrizes curriculares, referenciais curriculares, parâmetros curriculares nacionais para níveis e modalidades de ensino. Esses referenciais foram produzidos de forma competente por especialistas de nossas melhores universidades e instituições de pesquisa, afinados com o compromisso assumido pelas autoridades políticas brasileiras em todas as áreas de ação do Estado, particularmente, para a educação, quando, de fato, o documento central das reformas, formulado provavelmente em 1994, enquanto se fazia alarde sobre o *Plano Decenal de Educação para Todos* e sobre a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, foi o Planejamento Político Estratégico do MEC (1995-1998).

As políticas educacionais para educação infantil também foram influenciadas por orientações nacionais de professores, legisladores e intelectuais:

[...] a Coordenadoria de Educação Infantil (Coedi) do MEC desenvolveu, por meio da promoção de encontros, pesquisas e publicações<sup>100</sup>, importante papel de articulação de uma política nacional que garantisse os direitos da população até 6 anos a uma educação de qualidade em creches e pré-escolas” (OLIVEIRA, 2011b, p. 117).

---

<sup>100</sup> Considero importante destacar que em 1994, o governo federal do Brasil, via pelo Ministério da Educação e Desporto, publicou quatro documentos que se relacionam à educação infantil. No total são quatro documentos no ano: *Política Nacional de Educação Infantil* (1994); *Por uma política de formação do profissional de educação infantil* (1994), *Simpósio Nacional de Educação Infantil* (1994); e *Educação infantil no Brasil: situação atual* (1994). Em 1995, foi publicado o emblemático documento para a creche intitulado *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*, escrito por Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. O texto teve o objetivo de “[...] atingir, concreta e objetivamente, um patamar mínimo de qualidade que respeite a dignidade e os direitos básicos das crianças, nas instituições onde muitas delas vivem a maior parte de sua infância” (CAMPOS; ROSEMBERG, 1995, p. 7).

A política educacional nacional para educação infantil, da década de 1990, também foi consequência “[...] do debate a respeito da importância de fornecer a todas as crianças estímulos cognitivos adequados, como estratégia para reverter os altos índices de retenção escolar na primeira série da escolaridade obrigatória [...]” (OLIVEIRA, 2011b, p. 116).

A década de 1990 foi muito importante para a educação infantil no que se refere às políticas públicas. Em 1996 foi aprovada *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDBEN), nº 9394/1996, que ampliou o conceito de educação básica — educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Em 1998, o Ministério da Educação e Desporto (MEC), publicou o *Referencial Curricular para a Educação Infantil* (RCNEI)<sup>101</sup> e, em 1999, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil<sup>102</sup> (Resolução nº. 1 de 1999, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação). Esses documentos estabeleceram “marcos” para a elaboração das propostas pedagógicas para as crianças de até seis anos e, posteriormente, para crianças de até cinco anos.

---

<sup>101</sup> “O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil integra a série de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação atendendo às determinações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). [...] O RCN é considerado um avanço na educação infantil ao buscar soluções educativas para a superação, de um lado, da tradição assistencialista das creches e, de outro, da marca da antecipação da escolaridade das pré-escolas. Seu objetivo é servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira.” Essas informações foram extraídas do *site* Portal da Educação. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/educacao/rcnei-educacao-infantil/16040>. Acesso em: 12 nov 2017.

<sup>102</sup> “As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) são normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e dos sistemas de ensino. Elas são discutidas, concebidas e fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As DCNs têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que assinala ser incumbência da União ‘estabelecer, em colaboração com os estados, Distrito Federal e os municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum.’” Essas informações foram extraídas do *site* Todos pela educação. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpc/23209/o-que-sao-e-para-que-servem-as-diretrizes-curriculares/>. Acesso em: 12 nov. 2017.



Com a LDBEN n. 9394/1996 (BRASIL, 1996), a educação infantil — creches e pré-escolas — começa a ser entendida como primeira etapa da educação básica e passa a ser de responsabilidade dos municípios, por meio de suas Secretarias de Educação. É nesse momento que os leigos — isto é, indivíduos sem formação específica — perdem espaço nos trabalhos nas creches. Dessa forma, o profissional que se torna privilegiado na educação básica é aquele professor com formação docente. Segundo o artigo 62 da LDBEN/1996:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na Modalidade Normal (BRASIL, 1996).

Com base no exposto, investiguei como estava composta a Secretaria Municipal de Educação em Marília, por meio da rede municipal de educação infantil, considerando que a partir da LDBEN n. 9394/1996, a educação básica começou a ser responsabilidade dos municípios. Investiguei, igualmente, qual foi o perfil do profissional exigido para atuar na educação infantil, inclusive em creches, em Marília. A curiosidade investigativa foi instigada pela necessidade de compreender quais eram as características do contexto educacional municipal na ocasião da criação do Berçário Municipal “Mãe Cristina”.

#### **4.2 Composição da rede municipal de educação infantil em Marília, em 1997**

A rede municipal de educação infantil de Marília registrou, em 1997, um total de 12.476 crianças matriculadas, sendo 2.798 no período

integral. O atendimento na rede municipal de educação infantil se iniciava às 7h e se encerrava às 19h.

A rede municipal estava composta por cinco Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI) <sup>103</sup> — “Monteiro Lobato”; “Dr. Fernando Mauro”; “Príncipe Mikasa”; “Walt Disney”; e “Ciranda Cirandinha”; bem como por 18 EMEIs Creche — “1,2...Feijão com arroz”; “Chapeuzinho Vermelho”; “Balão Mágico”; “Saci Pererê”; “Branca de neve”; “Sítio do Pica Pau amarelo”; “Pingo de gente”; “Roda Pião”; “Bem me quer”; “Sambalelé”; “Criança Feliz”; “Beija-flor”; “Raio de sol”; “Arco íris”; “Leda Aparecida Martins Casadei”; “Amor perfeito”; “Sementinha”; e “Primavera”. (MARÍLIA..., 1997, não paginado).

A Secretaria Municipal da Educação também fornecia funcionários, material pedagógico, material de limpeza e gêneros alimentícios para aproximadamente 50 entidades assistenciais, composta por 372 crianças. Foram elas: Associação Mariliense Renal; Associação Filantrópica; APAE; Caritas; Fumares; Centro Comunitário “Eliana D. Mota”, CACAM; Centro Educacional do SESI; Clube de Mães, Eurípedes Barsanulfo; Comunhão Espírita; Creche “Anjo Arteiro”; Creches “Castelino”; Juventude Católica; Creche “Nossa Senhora da Glória”; Conselho Tutelar; Creche “Pequeno Polegar”; Educandário; Escola “SENAI”; Esquadrão da Vida; Lar de Assistência; Lar da Criança; Lar de meninas “Amelie Boudet”; Lar “São Vicente de Paulo”; Lavanderias Comunitárias; Legião Mirim; Restaurante Infantil; SEAMA; Centros Comunitários; Centros Espíritas; Escolinha de Arte; LEFEM; Albergue

---

<sup>103</sup> Conforme foi possível observar na Lei Municipal nº 2524 de 04 de setembro de 1978, no município de Marília até o mês de setembro de 1978 havia 07 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI): Escola Municipal de Educação Infantil “Monteiro Lobato”; Escola Municipal de Educação Infantil “Príncipe Mikasa”; Escola Municipal de Educação Infantil “Dr. Fernando Mauro”; Escola Municipal de Educação Infantil “Walt Disney”; Escola Municipal de Educação Infantil “Chapeuzinho Vermelho”; Escola Municipal de Educação Infantil “Saci Pererê”; e Escola Municipal de Educação Infantil “Branca de Neve”.

Noturno; Associação de Combate ao Câncer; Rede Feminina de Combate ao Câncer; Secretaria do Bem Estar Social, Projeto Procria; Casa do Pequeno Cidadão, Núcleos Espíritas, etc.” (MARÍLIA..., 1997, não paginado).

O quadro de funcionários das EMEIs e EMEIs Creche foi composto<sup>104</sup> por: 21 diretores; 335 professores; 21 auxiliares de serviços; 53 estagiários/magistério; 23 estagiários/fonoaudiólogos; 16 estagiários de 90 dias; 32 atendentes de creche; 59 merendeiras; 153 auxiliares de serviços gerais; e 2 diretoras substitutas.

Ao final de 1997, a Secretaria Municipal da Educação, iniciou o processo de municipalização do ensino fundamental, optando por criar uma rede própria (MARÍLIA..., 1997, não paginado).

No início de 1998, a Rede Municipal da Educação era composta por sete escolas de ensino fundamental: EMEF “Reiko Uemura”; EMEF “Célio Corradi”; EMEF “Myrthes Pupo de Negreiros”; EMEF “Reny Pereira Cordeiro”; EMEF “Amadeu Amaral”; EMEF “Santa Antonieta”; e EMEF “Antônio Garcia Égea”.

Apresentarei a seguir, aspectos dos dois concursos públicos efetuados na cidade de Marília, no ano de 1997, para contratação de profissionais na área da educação. O objetivo é apresentar quais foram as exigências mínimas, as atribuições designadas, os salários vigentes e as leituras requisitadas para os novos contratados, inclusive os que seriam encaminhados para trabalharem no Berçário Municipal “Mãe Cristina”.

---

<sup>104</sup> Após o preenchimento de vagas dos concursos realizados em 1997.

#### 4.2.1 Concurso para Atendente de creche

O concurso<sup>105</sup> para a provisão de atendente de creche foi para o preenchimento de três vagas, com prestação de oito horas diárias de trabalho, totalizando 40 horas semanais. O salário correspondia a R\$345,12<sup>106</sup> (trezentos e quarenta e cinco reais e doze centavos).

As atribuições do cargo de atendente de creche foram as seguintes:

1. realizar e zelar pela limpeza geral da EMEI-CRECHE;
2. verificar diariamente as condições gerais de saúde das crianças, quando da sua entrada e permanência na creche;
3. prestar os primeiros socorros, bem como atender as crianças que exigirem cuidados especiais de saúde;
4. realizar a medicação escola/família em casos de rotina como: levar as crianças na Unidade Básica de Saúde (UBS); levar crianças para suas residências se necessário, etc.
5. cuidar da higienização diária das crianças: banho, troca de fraldas, escovação de dentes, vestir, calçar, etc.;
6. colaborar no encaminhamento das crianças que utilizam o transporte escolar;
7. colaborar com os professores: nas refeições, no repouso, na recreação e atividades afins, auxiliando a criança a aprender hábitos corretos de alimentação e segurança;
8. executar serviços de lavanderia;
9. realizar a esterilização dos materiais de uso da creche: mamadeiras, brinquedos, copos, chupetas, etc.;

---

<sup>105</sup> Prefeitura Municipal de Marília, por meio da Secretaria Municipal da Administração, promulgou no mês de fevereiro de 1997, o edital número 02/97, que regulamentou o “Concurso público para o cargo de atendente de creche — abertura de inscrições”.

<sup>106</sup> O valor do salário mínimo era de R\$120,00.

10. atender sempre as solicitações feitas pela direção da EMEI-CRECHE (MARÍLIA..., 1997c, não paginado).

O prazo de validade do concurso foi de um ano, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período. A prova foi composta por questões de múltipla escolha e dividida da seguinte forma: “Português” (aumentativo e diminutivo; coletivos; sinônimo e antônimo; singular e plural; ortografia; masculino e feminino; e substantivos); “Matemática” (quatro operações; juros, uso de sinais; algarismos romanos; e ordem dos numerais); “Conhecimentos gerais” (capitais do Estado; regiões do Brasil; agricultura; atualidades; história do Brasil; história do município; e noções de higiene).

#### **4.2.2 Concurso para professor de Escola Municipal de Educação Infantil -EMEI**

O concurso<sup>107</sup> de professor de Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) foi para o preenchimento de 70 vagas, com prestação de quatro horas diárias de trabalho, totalizando 20 horas semanais. O salário correspondia a R\$396,05 (trezentos e noventa e seis reais e cinco centavos), acrescidos de 25%, a título de abono concedido em caráter definitivo, através da Lei Municipal 4232/96. Como pré-requisito, o candidato deveria comprovar habilitação profissional específica do 2º grau para o Magistério<sup>108</sup> e/ou licenciatura plena em Pedagogia, com prestação de oito horas diárias de trabalho, totalizando 40 horas semanais.

O prazo de validade do concurso foi de um ano, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

---

<sup>107</sup> Edital número 11/1997 da Prefeitura Municipal de Marília por meio da Secretaria Municipal da Administração.

<sup>108</sup> A Lei n. 5692/1971 contemplou a formação de professores com habilitação específica de 2º grau, no ensino de 1º grau, da 1ª a 4ª séries.

A prova foi composta por duas partes:

- a) Primeira: 04 questões abertas na área de Conhecimentos Específicos, valendo cada uma 10 pontos, totalizando 40 pontos;
- b) Segunda: 60 questões de múltipla escolha sendo; 10 de “Matemática”(equações do 1º grau, proporcionalidade e porcentagem, medidas: comprimento, área, volume, massa e tempo, dados estatísticos, geometria: triângulo, quadrilátero, polígono e circunferência, juros, regra de três) ; 10 de “Língua Portuguesa”( morfologia,: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, crase, estrutura e formação de palavras, sintaxe: período composto por coordenação e subordinação, sintaxe de concordância de regência e de colocação, interpretação de texto); 05 de “História”( O mundo atual: o mundo da guerra fria, a crise do bloco socialista e a nova ordem internacional, história do Brasil: Brasil do século XIX e Brasil atual); 05 de “Geografia”(regiões brasileiras e suas características: relevo, clima, vegetação, desenvolvimento econômico, características geográficas gerais dos continentes); 20 de “Conhecimentos Específicos”; e 10 de “Atualidades” (MARÍLIA...,1997d, não paginado).

A bibliografia sugerida para os candidatos a professor de EMEI foi:

CAVALCANTI, Zélia (org.). *Arte na sala de aula*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CAVALCANTI, Zélia. *Trabalhando com história e ciência na pré-escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CAVALCANTI, Zélia. *Alfabetização*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, p. 1-42.

FERREIRO, Emília. *Reflexões obre alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1981.

FLAVELL, John H. *A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget*. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 41-84.

FLAVELL, John H. *A psicologia do desenvolvimento de Jean Piaget*. São Paulo: Pioneira, 1975, p. 123-165.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e terra, 1997.

HOFFMANN, Jussara. *Mito e desafio: uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Educação e realidade, 1992.

KAMII, Constance; DREVIES, Rheta. *O conhecimento físico na educação pré-escolar: implicações da teoria Piaget*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985, p. 17-74.

KRAMER, Sônia (org). *Com a pré-escola nas mãos*. São Paulo: Ática, 1989.

LIMA, Elvira C. de Azevedo Souza. A utilização do jogo na pré-escola. *Ideias*, nº 10, São Paulo: FDE, 1992.

OLIVEIRA, Zilma M. (et. Al.). *Creches: criança, faz de conta e Cia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1992, p. 61-120.

SILVA, Leda. Maria Giuffrida. A expressão musical para criança de pré-escola. *Ideias*, nº10, São Paulo: FDE, 1992, 88-96.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo.

CENPEC. *A escola e sua função social*. Raízes e asas, nº 01, 1994.

Legislação:

BRASIL. Lei Federal nº 9394, de 20/12/96 – Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei Complementar nº 3200, de 30/12/1986 – Estatuto do Magistério Público Municipal (MARÍLIA..., 1997d, não paginado).

Nesse contexto pós LDBEN/1996 — com exigência do governo federal e estadual para municipalização da educação básica; necessidade de abertura de vagas para a educação infantil; e necessidade de contratação de profissionais para atuarem na educação —, a professora e diretora de escola

municipal, Célia Regina Carmanhani Branco<sup>109</sup> foi nomeada para o exercício do cargo, em comissão, de secretária municipal da educação do município de Marília, em 1997.

Pressuponho que o fato de a secretária <sup>110</sup>municipal da educação participar ou ter participado da comunidade espírita do Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”, provavelmente contribuiu para o diálogo e posterior parceria entre a Prefeitura Municipal de Marília e a Creche “Ignácio de Loyola Torres” para a instalação do Berçário Municipal “Mãe Cristina”.

#### **4.3 Parceria entre a Prefeitura Municipal de Marília e a Creche “Ignácio de Loyola Torres” para instalação do Berçário Municipal “Mãe Cristina”**

Como informei, a Creche “Ignácio de Loyola Torres” foi idealizada, em 1959, pelo Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza” e, em 1966, foi inaugurada e mantida por uma comunidade espírita, voluntários e contribuições esporádicas do setor público e privado.

A Creche enfrentava muitos problemas, principalmente os de ordem financeira. As doações em espécie e em mantimentos não eram tão fartas e frequentes. Os inúmeros voluntários iniciais tornaram-se escassos. Para que a instituição continuasse funcionando, foi necessária a contratação de profissionais e funcionários com a garantia dos direitos e encargos trabalhistas. O caixa superavitário dos primeiros anos, tornou-se deficitário nos últimos, motivando a decisão de serem adotadas medidas restritivas de contenção de despesas e exclusão da possibilidade de melhorias de qualquer

---

<sup>109</sup> Portaria Municipal número 12407 de 1º de janeiro de 1997. Foi nomeada secretária municipal da educação de 01/01/1997 à 04/02/2003.

<sup>110</sup> É possível observar seu nome citado na ata da reunião que aconteceu na Creche “Ignácio de Loyola Torres”, no dia 13 de fevereiro de 1991.



tipo na instituição. As reuniões dos membros da diretoria da Creche também tornaram-se escassas. Os membros da diretoria efetuaram alguns pagamentos emergenciais com recursos financeiros particulares. As decisões tomadas nas reuniões não eram mais unânimes e consensuais, o que gerou problemas internos de ordem relacional e pessoal. Houve rotatividade na administração da Creche.

O Provedor Antônio Beiro, por muitos anos membro da diretoria e administração da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, assim como os demais membros da diretoria e da comunidade espírita, não pretendiam o fechamento da instituição. No entanto, a situação financeira era emergencial e exigia providências pontuais.

Antônio Beiro, procurou a secretária municipal da educação, a fim de que fosse estudada a possibilidade de a administração municipal assumir integralmente a Creche, evitando assim, seu fechamento. Considerando que, em 1997, no âmbito das políticas públicas para a educação infantil, o cenário estava favorável, entendo que os interesses da iniciativa pública e da iniciativa particular contribuíram para que fossem realizadas parcerias a favor da ampliação no atendimento às crianças da cidade.

Em 3 de março de 1997, seis meses antes da inauguração do Berçário Municipal “Mãe Cristina”, foi assinado pelo prefeito, José Abelardo Camarinha; pela presidente da mantenedora Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”, a professora Rosa Vernaschi Lima<sup>111</sup>; e pelo presidente da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, Antônio Beiro, o Contrato de Comodato<sup>112</sup>, de prédio e instalações.

---

<sup>111</sup> Rosa Vernaschi Lima é professora aposentada, foi diretora de escola e secretária municipal da educação, no município de Marília/SP.

<sup>112</sup> O Contrato de Comodato tem previsão no Código Civil Brasileiro, Lei nº 10406 de 10 de janeiro de 2002. Trata-se de um contrato unilateral, gratuito, pelo qual o comodante entrega ao comodatário coisa infungível, para ser usada temporariamente.

O Contrato foi digitado em papel timbrado da Prefeitura Municipal de Marília. No cabeçalho, em destaque a Prefeitura Municipal de Marília e, na linha abaixo, com letras menores, a indicação da Secretaria Municipal da Educação. O Contrato contém sete cláusulas e foi digitado em duas páginas não numeradas.

No documento, o Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”, por meio da Creche “Ignácio de Loyola Torres” cede à Prefeitura Municipal de Marília, através da Secretaria Municipal da Educação, o prédio, as instalações, os equipamentos e os utensílios domésticos para que fosse instalado o primeiro berçário municipal de Marília, com o propósito de atender crianças de 4 meses a 1 ano e 10 meses de idade, “socialmente carentes”.

As crianças atendidas pela Creche “Ignácio de Loyola Torres” deveriam ser transferidas para as Escolas Municipais de Educação Infantil (PREFEITURA..., 1997e, p. 6).

Na primeira e na segunda cláusula, a Creche cedeu à Prefeitura o uso gratuito do prédio assobradado, localizado na Rua Coronel José Braz, nº536, com área construída de 1.403,60 metros quadrados, em terreno de 1.749 metros quadrados, composto por parque infantil, horta, salão de festas (andar superior), dois escritórios, equipamentos e utensílios domésticos ( 2 geladeiras comercial e 1 doméstica, 1 freezer, televisão e móveis) para “[...] exclusivamente instalar berçário para crianças de 04 meses a 01 ano e 10 meses, socialmente carentes” (MARÍLIA, 1997e, não paginado).

Na terceira cláusula, a Entidade advertiu que, “[n]a medida em que forem sendo quebrados ou inutilizados os equipamentos e materiais de uso, deverão ser os mesmos substituídos (MARÍLIA, 1997a, não paginado).

Na quarta cláusula, a Creche limitou o uso do prédio pela prefeitura no horário comercial, de segunda a sexta-feira. No entanto, comunicou que o Núcleo Espírita poderia utilizar as dependências à noite, nos finais de semana e feriados.

Na quinta cláusula, a Creche permitiu que a prefeitura fizesse reparos (pinturas e revisões dos sistemas hidráulicos e elétricos no prédio), sem tirar a originalidade. No entanto, advertiu que, “[t]odas as benfeitorias investidas no imóvel ficarão a ele incorporados, sem direito à Prefeitura de indenização ou retenção” (MARÍLIA, 1997a, não paginado).

Na sexta cláusula, a Prefeitura determinou que:

[a] Creche [“Ignácio de Loyola Torres”] não interferirá nas atividades que se desenvolverão em suas instalações, que seja permitido a ampliação do atendimento de berçários para menores, por conta da Prefeitura, que arcará com as despesas de pessoal, manutenção, bem como as taxas municipais (IPTU), água e luz (MARÍLIA, 1997a, não paginado).

Na sétima e última cláusula, ficou estabelecido o prazo indeterminado da vigência do documento. Ficou acordado que as partes poderiam solicitar a qualquer momento a rescisão, comunicando a outra parte com antecedência mínima de seis meses.

#### **4.4 Fundação do Berçário Municipal “Mãe Cristina”**

O Berçário Municipal “Mãe Cristina” foi viabilizado pela parceria da administração pública municipal com a Creche “Ignácio de Loyola Torres”, conforme mencionado anteriormente, e, também por meio de um repasse financeiro da Secretaria Estadual da Criança Família e Bem-Estar Social.

O objetivo dos representantes da Prefeitura Municipal de Marília foi fundar um berçário para atender crianças de três meses a dois anos de idade de “[...] famílias de baixa renda que a mãe precise trabalhar” (EDUCAÇÃO..., 1997e, p. 8A).

O Berçário Municipal “Mãe Cristina” foi “[...] considerado um projeto piloto de caráter educativo” (EDUCAÇÃO..., 1997, p. 8A), com um “[...] padrão de estrutura e atendimento que transforma o serviço em modelo para a cidade” (EDUCAÇÃO..., 1997, p. 8A). A instituição contou com um “[...] ambulatório com pediatra, enfermeira e auxiliar de enfermagem para atendimento às crianças” (PREFEITURA..., 1997, p. 6).

A inauguração, em setembro de 1997<sup>113</sup>, foi noticiada pelos dois jornais <sup>114</sup> de maior circulação na cidade de Marília/SP, o *Jornal da Manhã* <sup>115</sup> e *Diário de Marília* <sup>116</sup>.

Na inauguração, estiveram presentes cerca de 200 pessoas, entre elas, o prefeito da cidade, a secretária municipal da educação e o juiz de direito Emanuel Tavares Costa<sup>117</sup>, que trabalhou na Vara da Infância e Juventude em Marília, ressaltando a parceria da prefeitura municipal com “[...] a Secretaria Estadual da Criança e Bem-Estar Social para viabilizar o projeto, com um repasse de 216 mil reais” (BAIRROS..., 1997, p. 11 A).

O Berçário abriu 60 vagas para atendimento às crianças, contudo, a procura por vagas foi maior que o número de vagas disponibilizadas. Foi necessário selecionar as crianças para a efetivação das matrículas. As

---

<sup>113</sup> O Berçário “Mãe Cristina” foi criado oficialmente pela Lei Municipal 4397 em 06/03/1998.

<sup>114</sup> Nos dois jornais, o *Jornal da Manhã* e o jornal *Diário de Marília*, não constam, a informação dos jornalistas que escreveram as matérias.

<sup>115</sup> O *Jornal da Manhã* foi fundado em 17 de março de 1981.

<sup>116</sup> O jornal *Diário de Marília* foi fundado em 1985.

<sup>117</sup> De acordo com as informações apresentadas no capítulo 2, o juiz de direito, senhor Emanuel Tavares Costa, também foi membro atuante da Creche “Ignácio de Loyola Torres”. Em 1978, ele foi nomeado como integrante da diretoria, exercendo as atividades de segundo secretário. Sua esposa Zuleida Ortis Tavares Costa, participou da diretoria, foi administradora da Creche e foi presidente do “Clube de Mães”.

assistentes sociais, servidoras do município, acompanharam o processo de seleção e matrícula (PREFEITURA..., 1997, p. 6). As famílias interessadas em efetuar a matrícula deveriam apresentar “[...] atestado de trabalho com informações sobre a renda” (EDUCAÇÃO..., 1997, p. 8 A).

Das 52 crianças efetivamente matriculadas, 33 crianças eram do sexo masculino e 19 do sexo feminino. As idades variaram entre 2 meses de idade e 1 ano e 10 meses de idade. As profissões dos pais também eram diversas, tais como: eletricista (1), desempregado (5), pintor (4), serviços gerais (4), vigia noturno (1), metalúrgico (3), agricultor (1), auxiliar de topografia (1), advogado (1), servente de pedreiro (3), caseiro (1), motorista (1), funcionário público (1), estudante de medicina (1), carpinteiro (1), operador de máquinas (1), montador (2), segurança (1), contador (1), vendedor (1), pedreiro (3), não informado (2)<sup>118</sup>. Na maioria dos casos, quando se preenchia a profissão do pai, não se preenchia a profissão da mãe. A profissão das mães, quando preenchida, era de empregada doméstica (12). Das 12 mães que informaram a profissão como sendo de empregada doméstica, 11 preencheram no campo “filiação” somente o nome da mãe, ou seja, em apenas uma delas, constava o nome do pai, no entanto, constava também que o casal era separado. Os endereços informados eram de bairros variados da cidade.

#### **4.5 Berçário Municipal “Mãe Cristina” – Orientações gerais**

Considero que o documento intitulado *Berçário Municipal “Mãe Cristina”* - orientações gerais, não datado, não paginado e assinado genericamente pela “Equipe Berçário Municipal ‘Mãe Cristina’”, foi o primeiro manual com normas endereçadas aos pais das crianças atendidas.

---

<sup>118</sup> Na matrícula da primeira criança da lista não consta a profissão do desse pai e coincidentemente ele mora muito próximo do Berçário.

Ressalto que o documento foi redigido integralmente em letras maiúsculas e foi destinado aos pais, conforme é possível observar no trecho a seguir.

PREZADOS PAIS,

É COM GRANDE SATISFAÇÃO QUE NÓS, INTEGRANTES DA EQUIPE BERÇÁRIO “MÃE CRISTINA”, RECEBEMOS O SEU BEBÊ. COLOCANDO-NOS A DISPOSIÇÃO, OFERECENDO-LHES NOSSOS SERVIÇOS. NOSSA INFRA-ESTRUTURA E UM ENSINO DE QUALIDADE, PARA JUNTOS CONTRIBUIRMOS PARA A FORMAÇÃO DOS CIDADÃOS DO FUTURO.

ESTE MANUAL CONTEM OS PRINCIPAIS ITENS QUE COMPÕEM A ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO BERÇÁRIO, SENDO ASSIM, DE SUMA IMPORTÂNCIA QUE A FAMÍLIA TENHA CIÊNCIA DO SEU CONTEÚDO NESTE. VOCÊS ENCONTRARÃO TUDO O QUE É IMPORTANTE SABER PARA MANTER O BOM RELACIONAMENTO E INTEGRAÇÃO COM O BERÇÁRIO, UNINDO NOSSAS FORÇAS A FIM DE ALCANÇARMOS NOSSO OBJETIVO EM COMUM. DESENVOLVER INTEGRALMENTE NOSSOS BEBÊS NOS ASPECTOS COGNITIVO, AFETIVO, FÍSICO E SOCIAL, ATRAVÉS DA ORGANIZAÇÃO DE UM AMBIENTE ACONCHEGANTE E DESAFIADOR, PERMITINDO A EXPLORAÇÃO LIVRE DO BEBÊ, COM DIVERSIDADE DE MATERIAIS QUE IRÁ CONTRIBUIR PARA O SEU DESENVOLVIMENTO, FAVORECENDO À CURIOSIDADE E POSSIBILITANDO MUITAS DESCOBERTAS.

A EQUIPE BERÇÁRIO “MÃE CRISTINA” ENCONTRA-SE A DISPOSIÇÃO DA FAMÍLIA PARA SANAR DÚVIDAS E OFERECER MAIORES INFORMAÇÕES SEMPRE QUE JULGAREM NECESSÁRIO.

É UM IMENSO PRAZER TÊ-LOS COMO MEMBROS DA  
NOSSA EQUIPE, SEJAM BEM-VINDOS!

EQUIPE BERÇÁRIO “MÁE CRISTINA”

(BERÇÁRIO ..., [1997?]).

O manual está dividido em itens: “Introdução”, “Estrutura e Funcionamento” e “Saúde - Prevenção e procedimentos”.

No item “Estrutura e Funcionamento” constam os subitens: “Atendimentos”: “Direção”; “Corpo docente”; “Atendente de creche”; “Serviços gerais”; “Merendeira”; “Apoio pedagógico”; “Alunos”; “Auxiliar de enfermagem”; “Atendimento odontológico”; “Pediatria”; “Pontualidade”; “Entrada de alunos”; “Alunos de transporte particular (perua)”; “Saída dos alunos”; “Aniversários”; “Sacolas”; “Caderno de ocorrências”; “Bilhetes”; “Painel de recados”; “Caixa de ideias”; “Prática pedagógica”; “Planejamento”; “Relatórios”; “Reunião pedagógica”; “Exploração dos espaços físicos”; “Reunião com pais”; “Recursos”; “Avaliação”; “Eventos”; “Projetos pedagógicos coletivos”.

Destaco alguns aspectos, informados aos responsáveis, tais como:

- os bebês atendidos, de 4 meses a 2 anos de idade, eram denominados “alunos”;
- a entrada dos bebês foi estabelecido das 7h00 às 8h15 e a saída, das 16h30 às 18h30;
- no ato da entrada do bebê, deveria ser entregue a sacola contendo os seguintes itens: “1) roupas pessoais de acordo com o clima; 2) fraldas descartáveis ou de tecido + calça plástica; 3) toalha de banho (para uso individual); 4) 1 esponja para banho (individual); 5) 2 babadores (para uso individual)” (BERÇÁRIO ..., [1997?]);

- “[...] de acordo com a decisão da família comemora-se o aniversário do bebê no berçário, desde que os preparativos e despesas fiquem sob responsabilidade dos familiares” (BERÇÁRIO ..., [1997?]);
- o auxiliar de enfermagem é “[...] profissional capacitado, com formação em curso de auxiliar de enfermagem, responsável pela área de saúde do bebê” (BERÇÁRIO ..., [1997?]);
- o atendimento odontológico, realizado “[...] por estagiários do curso de odontologia [da Universidade de Marília — UNIMAR] que desempenham um trabalho preventivo e de combate às cáries, efetuando educação sanitária referente a higiene e saúde bucal” (BERÇÁRIO ..., [1997?]);
- o médico pediatra indicado pela Secretaria da Saúde responsável pelo atendimento médico “sempre que necessário” (BERÇÁRIO ..., [1997?]);
- a prática pedagógica baseou-se “[...] nas características da faixa etária do bebê [e], propõe um trabalho voltado ao desenvolvimento pleno deste, absorvido do cotidiano” (BERÇÁRIO ..., [1997?]);
- a avaliação foi “[...] um processo e tratando-se de um procedimento que ocorre através das observações e manifestações das ações do bebês, a mesma consta de registros constantes efetuados pelos educadores” (BERÇÁRIO ..., [1997?]);
- o pagamento mensal da “contribuição voluntária”, “[...]efetuada pelos pais de acordo com a vontade de cada um” (BERÇÁRIO ..., [1997?]);
- os eventos visavam à



[...] INTEGRAÇÃO DE PAIS E COMUNIDADE COM O BERÇÁRIO E A ARRECADAÇÃO DE FUNDOS PARA AQUISIÇÃO DE NOVOS MATERIAIS DIDÁTICOS-PEDAGÓGICOS QUE PROPORCIONAM UM DESENVOLVIMENTO PARA O BEBÊ DE FORMA MAIS PRAZEROSA. OS EVENTOS TAMBÉM SÃO RESPONSÁVEIS PELO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DO BEBÊ (BERÇÁRIO ..., [1997?]).

No item “Saúde - Prevenção e procedimentos” constam os subitens: “Escabiose (sarna)”; “Pediculose (piolho)”; “Monilíase (sapinho)”; “Diarreia”; “Higienização das orelhas”; “Higienização dos dentes”; “Higienização dos olhos”; “Fraldas”; “Higienização corporal e vestimentas”; “Banho de sol”; “Sacolas e roupas das crianças”; “Medicamentos”; “Inalações”; “Carteira de vacinação”; “Consulta médica no Berçário”; “Receitas médicas”; “Avaliação biométrica”; “Mordidas, tombos e outras ocorrências”; “Higienização do nariz”.

Entre os itens informados com relação à “Saúde”, destaco que havia orientações mandatórias de higienização pessoal, cuidados na administração de medicamentos, inalações, receitas e consulta médica no Berçário.

O BERÇÁRIO TEM UM PEDIATRA PARA ATENDER AS CRIANÇAS. ESTE ATENDIMENTO É PEDIDO PELA MÃE PASSANDO AS INFORMAÇÕES, QUE OBSERVOU EM CASA O QUE OCORREU COM A CRIANÇA. É IMPORTANTE ESTAS INFORMAÇÕES PARA QUE O MÉDICO FAÇA UM DIAGNÓSTICO PRECISO. HÁ CASOS EM QUE A CRIANÇA CHEGA BEM DE CASA E APRESENTA ALTERAÇÕES NO BERÇÁRIO, O QUE SERÁ INFORMADA E ORIENTADA SOBRE A CONSULTA.

[...]

É FEITO MENSALMENTE A VERIFICAÇÃO DO PESO, DO PERÍMETRO CEFÁLICO (CABEÇA) E ALTURA PARA ACOMPANHAR A CRIANÇA EM SEU DESENVOLVIMENTO. A AVALIAÇÃO INDICARÁ GANHO OU PERDA PARA ASSIM SABER SE O SEU DESENVOLVIMENTO ESTÁ DENTRO DOS PARÂMETROS NORMAIS. POIS SE NÃO ESTIVER EM BOM DESENVOLVIMENTO A CRIANÇA SERÁ ESTIMULADA POR PROFISSIONAIS DO BERÇÁRIO (BERÇÁRIO ..., [1997?]).

No que se refere às roupas enviadas nas sacolas diárias as instruções eram que deveriam:

[...] SER CUIDADAS COM CARINHO, PREPARADA COM ROUPAS DIVERSAS, DE INVERNO E VERÃO (O TEMPO MUDA DE UMA HORA PARA OUTRA). A CRIANÇA SE SUJA BASTANTE E PARA MANTÊ-LA LIMPA É NECESSÁRIO TROCÁ-LA VÁRIAS VEZES AO DIA, POR ISSO DEVEM SER MANDADAS VÁRIAS PEÇAS NO DIA. ENVIAR SACOS PLÁSTICOS PARA COLOCAR AS ROUPAS SUJAS. LOGO QUE A SACOLA CHEGA EM CASA É LAVÁ-LA SEMPRE PARA ELIMINAR BACTÉRIAS QUE FICAM, É UM HÁBITO QUE NÃO PODE SER ESQUECIDO; VERIFICAR BILHETES, LEMBRETES E OUTROS COMUNICADOS QUE O BERÇÁRIO ENVIA (SEMPRE DENTRO DA BOLSA). (BERÇÁRIO ..., [1997?])

#### **4.6 Primeira reunião de “mães” no Berçário Municipal “Mãe Cristina”**

A primeira reunião de mães foi no mês de novembro de 1997. O bilhete enviado com antecedência convocava as mães a comparecerem obrigatoriamente na reunião no dia 11 de novembro de 1997, às 7h. O

bilhete era assinado pela enfermeira e funcionária pública, Maria Silvia de Oliveira Carvalho Thame, que estava no cargo de direção do Berçário.

A reunião aconteceu no pátio da instituição e foi iniciada pela coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal da Educação, Lenita Haddad. A coordenadora pedagógica informou sobre o trabalho desenvolvido com os bebês, com fantoches, brinquedos de encaixe e de estimulação auditiva.

Na sequência, a diretora informou sobre a importância do horário de entrada e saída, a quantidade de roupas enviadas para que a criança passasse o dia, a importância da higiene do corpo e das roupas, assim como a necessidade de prevenção de piolhos. Informou também a respeito do período de matrículas para o ano de 1998 e sobre a transferência de crianças que completariam dois anos até março de 1998.

Concluída a reunião geral, as mães foram direcionadas às salas para conversarem com as professoras de seus filhos e filhas. Das 52 crianças matriculadas, constam a presença e assinatura de 31 mães.

#### **4.7 Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI “Mãe Cristina”**

Em 2013, o prefeito municipal de Marília, Vinicius de Almeida Camarinha<sup>119</sup>, juntamente com a secretária municipal da educação, Fabiana Rodrigues Cruvinel<sup>120</sup>, normatizou, por meio da Lei Municipal

---

<sup>119</sup> Vinicius Almeida Camarinha (PSB) nasceu em 1979, em Marília (SP). Vinicius formou-se em direito na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, onde é pós-graduando em direito administrativo. Vinicius Camarinha foi deputado estadual em São Paulo e prefeito na cidade de Marília/SP. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=316667>. Acesso em 12 nov. 2017.

<sup>120</sup> Curso graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001), Mestrado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006) e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: “leitura”; “educação infantil”; “ensino fundamental”; “alfabetização”; “e “prática docente”. Os dados foram extraídos de seu Currículo Lattes, atualizado em 2015. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2556579236880123>. Acesso em 22 out. 2017.

nº 7586, que o Berçário Municipal “Mãe Cristina” e os demais berçários municipais da cidade, deveriam ser denominados Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI). Essa normatização teve como objetivo “padronizar” a denominação dos berçários municipais para EMEIs. Desse modo, essas escolas poderiam receber assistência técnica e financeira dos programas federais destinados a escolas de educação infantil e não apenas assistência dos programas federais destinados a creches, como o Programa “Dinheiro Direto na Escola<sup>121</sup>” (PDDE) e o Programa “Brasil Carinhoso<sup>122</sup>”.

Em 2013 as EMEIs de Marília/SP começaram a participar do Programa “Brasil Carinhoso”, sendo beneficiárias de recursos financeiros do Programa<sup>123</sup>.

Com base na análise das informações apresentadas neste capítulo, é possível compreender a falta de compromisso do poder público com a educação infantil no Brasil até a Constituição Federal de 1988.

---

<sup>121</sup> O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) “[...] destina recursos financeiros, em caráter suplementar, a escolas públicas da educação básica (e casos específicos) para uso em despesas de manutenção do prédio escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias etc.); de material didático e pedagógico; e também para realização de pequenos investimentos, de modo a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino, além de reforçar a participação social e a autogestão escolar. Os repasses são feitos anualmente, em duas parcelas iguais. Essas informações foram extraídas do *site* Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/programas/pdde>. Acesso em: 12 nov. 2017.

<sup>122</sup> O Programa “Brasil Carinhoso” foi uma iniciativa do Governo Federal, previsto na Lei Federal nº 570 de 14 de maio de 2012, voltada para a “primeira infância”. O Programa almejava [...] a transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. Essas informações foram extraídas do *site* Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em:

<http://www.fnde.gov.br/programas/pdde>. Acesso em: 12 nov. 2017.

<sup>123</sup> “Em 2013, o município informou ao Ministério da Educação que 1.161 crianças do Bolsa Família estavam matriculadas em 36 creches do município. Em razão disso, com o Brasil Carinhoso, o MDS suplementou em R\$ 1.316.500,03 o repasse para creches. Em 2014, foram identificadas, no Censo da Educação Básica de 2013, 861 crianças do Bolsa Família em 35 creches, tendo sido repassados R\$ 1.113.301,02 ao município como suplementação. Em fevereiro de 2016, o saldo total dos recursos transferidos ao município era de R\$ 860.318,30”. Essas informações foram extraídas do *site* Plano Brasil sem miséria. Disponível em:

[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id\\_grupo=69](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/nucleo/grupo.php?id_grupo=69). Acesso em: 22 out. 2017.

A conquista obtida na Constituição Federal de 1988 com relação às creches, foi que, pela primeira vez, o atendimento em creche foi integrado ao sistema educacional e garantido como dever do Estado nas políticas públicas.

As creches foram direcionadas para atendimento às crianças de 0 a 3 anos e passaram a ter o objetivo de oferecer condições para a aprendizagem e o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos.

Em 1997, na cidade de Marília, havia uma rede de educação composta por 23 escolas de educação infantil (EMEI), além de parcerias com entidades assistenciais para complementar o atendimento à primeira infância. Assim, para atender às determinações da LDBEN/1996, a administração pública municipal, por meio da secretária municipal da educação, tomou algumas medidas nesse ano, como a seleção e contratação de professores e atendentes de creche, por meio de concurso público, a fim de comporem o quadro de profissionais da educação.

Outra medida importante foi a parceria entre a Prefeitura Municipal de Marília e o Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza” para a instalação do Berçário Municipal “Mãe Cristina” no prédio que abrigou por mais de 30 anos a Creche “Ignácio de Loyola Torres”. O Berçário “Mãe Cristina” atendeu, pela municipalidade, crianças de 4 meses a 2 anos de idade. No entanto, em sua abertura as vagas foram insuficientes, sendo necessária a adoção de critérios de seleção.

No Berçário, as crianças matriculadas foram chamadas de “alunos”. A prática pedagógica baseou-se nas características da faixa etária das crianças, com o objetivo de desenvolver os “aspectos cognitivo, afetivo, físico e social” delas. O município contava com coordenadora pedagógica para auxiliar nos projetos desenvolvidos.

O cuidado, parte integrante da educação, é uma característica que foi evidenciada fortemente pela instituição, conforme é possível verificar nos documentos recuperados e localizados. O cuidado com saúde das crianças frequentadoras do Berçário foi acompanhado por médico pediatra, enfermeira e auxiliar de enfermagem no ambulatório, localizado nas instalações do prédio.



## Capítulo 5

### Creche “Ignácio de Loyola Torres” e Berçário Municipal “Mãe Cristina”: Caminhos Percorridos (1966-2013)

---

Apresento neste capítulo do livro uma síntese dos resultados da pesquisa que apresentei nos capítulos anteriores.

Desenvolvi uma pesquisa com abordagem histórica, centrada na pesquisa documental e bibliográfica, enfocando aspectos da história da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, fundada em 1966, bem como do Berçário Municipal “Mãe Cristina”, fundado em 1997.

Utilizando os procedimentos de localização, recuperação, reunião, seleção e análise de fontes documentais — leis, decretos, regimento, contrato, estatuto, planos, projetos, relatórios, artigos e/ou textos em jornais e revistas, e principalmente, atas —, busquei compreender quais foram as contribuições da Creche e do Berçário na história da educação infantil em Marília.

A matriz teórico-metodológica contida no livro *Os sentidos da alfabetização* (São Paulo - 1876/1994), de Mortatti (2000), foi essencial para a compreensão a respeito das disputas pela hegemonia de projetos para o ensino inicial da leitura e da escrita em estreita relação com projetos políticos e sociais emergentes, de 1876 a 1994, principalmente no estado de São Paulo e sua relação direta com a educação. Tais constatações educacionais indicam que, nas políticas públicas as “[...] decisões de ordem teórico-epistemológica ou técnica são também políticas, ou seja, resultam de escolhas centradas em julgamentos de valor dentre opções também de ordem política [...]” (MORTATTI, 2010, p. 331).



Compreendo que a educação infantil começou a ser motivo de interesse e pesquisa — ter “sentido” para a educação —, quando entrou na agenda dos organismos internacionais, a partir da década de 1960. A educação infantil foi definida como essencial para o desenvolvimento econômico e social dos países subdesenvolvidos, e seu financiamento foi uma das prerrogativas estabelecidas em encontros mundiais com organismos internacionais para os países subdesenvolvidos, a partir das décadas de 1960 e 1970.

No entanto, apenas no início da década de 1980 — quarto momento crucial da história da alfabetização no Brasil (Mortatti, 2000),

[...] passou-se a questionar, sistemática e oficialmente, o ensino e a aprendizagem iniciais da leitura e escrita, já que nessa etapa de escolarização se concentra(va) a maioria da população brasileira pobre, que fracassa(va) na escola pública e em relação à qual se deveriam focalizar ações públicas (MORTATTI, 2010, p. 331-332).

A política educacional nacional para educação infantil foi na década de 1980 consequência “[...] do debate a respeito da importância de fornecer a todas as crianças estímulos cognitivos adequados, como estratégia para reverter os altos índices de retenção escolar na primeira série da escolaridade obrigatória [...]” (OLIVEIRA, 2011b, p. 116). A educação infantil poderia ser considerada como o início da alfabetização, uma preparação da criança para o ensino fundamental, portanto, uma aliada que auxiliaria o combate dos altos índices de retenção escolar nos anos iniciais.

Com base nessas considerações, a pesquisa bibliográfica me permitiu compreender que, nos primórdios da cidade de Marília, a primeira escola de que se tem registro foi a escola particular da professora

leiga Porfíria Simões, em 1925 (TOBIAS, 1990). Constatei que, somente em 1930, fundou-se na cidade o Primeiro Grupo Escolar.

A falta de vagas em escolas públicas na cidade provavelmente impulsionou a fundação de instituições educacionais particulares e confessionais, tais como<sup>124</sup>: Colégio “Sagrado Coração de Jesus”, fundado em 1934; o Educandário<sup>125</sup> “Bezerra de Menezes”, fundado em 1954; e o Colégio<sup>126</sup> “Cristo Rei”, fundado em 1958.

O atendimento pré-primário iniciou-se em 1931, com duas instituições particulares nomeadas de “jardins de infância”. O atendimento público e gratuito iniciou-se apenas em 1937, com a inauguração do Parque Infantil Municipal, posteriormente denominado Parque Infantil “Monteiro Lobato” (1948)<sup>127</sup>.

O atendimento assistencial às crianças na cidade teve início por iniciativa de comunidades religiosas: católicas e espíritas, a partir de 1943. A primeira instituição “Juventude Católica de Marília” foi fundada em 1943. Atualmente, a instituição é denominada “Juventude Criativa” e atende crianças e adolescentes no contraturno escolar, sobrevivendo com o auxílio que recebe da Prefeitura Municipal de Marília.

Algumas creches com cunho assistencial e confessional, fundadas nas décadas de 1940, 1950 e 1960, funcionam atualmente com classes de atendimento à educação infantil, conveniadas à Prefeitura Municipal de Marília, pertencentes à rede municipal de ensino, tais como: o Lar da

---

<sup>124</sup> Essas escolas são tradicionais e funcionam até os dias atuais.

<sup>125</sup> Atualmente denominado Colégio “Bezerra de Menezes”.

<sup>126</sup> Atualmente denominado Instituto de Educação “Sagrado Coração de Jesus”.

<sup>127</sup> Em 1951, o Parque registrou uma frequência mensal de 209 crianças (FONSECA; FERREIRA, PRANDI, 2015).

Criança<sup>128</sup>, fundado em 1949; o Lar das Meninas “Amélie Boudet”<sup>129</sup> fundado em 1956; e o Restaurante Infantil<sup>130</sup>, fundado em 1960.

Os prédios e as instalações que abrigaram as instituições: Creche “Ignácio de Loyola Torres”, fundada em 1966; e a Creche “Nossa Senhora da Glória”<sup>131</sup>, fundada em 1990, foram desapropriados e hoje são patrimônios da Prefeitura Municipal de Marília, por meio da Secretaria Municipal da Educação. Na atualidade, os prédios abrigam as escolas de educação infantil EMEI Creche “Mãe Cristina” e EMEI Creche “Nossa Senhora da Glória”, com atendimento a crianças de 4 meses a 2 anos de idade.

Com base nas informações apresentadas nos capítulos anteriores é possível afirmar que algumas escolas tradicionais e creches de Marília têm sua origem na educação confessional (católicas e espíritas) e algumas delas permanecem até os dias atuais.

A pesquisa documental me permitiu compreender que a Creche “Ignácio de Loyola Torres” foi idealizada em 1959, pelos membros do Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”. O projeto da Creche teve início em uma “sessão espírita mediúcnica” e o nome da instituição foi dado em homenagem a um integrante do grupo que conseguiu “doutrinar” o “espírito desencarnado” nomeado de “Mãe Cristina”.

---

<sup>128</sup> Atualmente denominada Escola de Educação Infantil “Lar da Criança”, Lei Municipal nº 7909 de 17/12/2015.

<sup>129</sup> Atualmente denominada Escola de Educação Infantil “Amélie Boudet”, Lei Municipal nº 7909 de 17/12/2015.

<sup>130</sup> Atualmente denominada Escola de Educação Infantil “Restaurante Infantil”, Lei Municipal nº 7909 de 17/12/2015.

<sup>131</sup> Em 2003, representada pelo Centro Comunitário “Eliana Dias Mota”, por meio de Contrato de Comodato firmado com a Prefeitura Municipal de Marília cedeu a Secretaria Municipal da Educação o prédio e as instalações para que fosse inaugurado o Berçário Municipal “Nossa Senhora da Glória”, Lei Municipal n.º 5576, de 16 de dezembro de 2003.

O prédio da Creche foi construído por meio da ação de membros da comunidade espírita, voluntários e mediante contribuições do setor público e privado, no período entre 1959 e 1966.

Com base em indícios, considero que para alguns membros da comunidade espírita, o socorro aos pobres também significava uma oportunidade de promoção social; evidenciando obras e eventos de ordem caritativa para a sociedade local.

Em 1966, a Creche “Ignácio de Loyola Torres” foi inaugurada com base nos princípios do assistencialismo e do espiritismo. O cenário social de Marília era de desamparo às crianças pobres. Os integrantes das comunidades religiosas cuidavam de uma parcela da população esquecida, com a fundação e manutenção de instituições assistenciais. A população local disputava vagas nessas instituições.

A realidade no Brasil, naquele momento, não era diferente. A assistência às creches no país foi caracterizada pela caridade, benemerência, filantropia, clientelismo e prática do favor, fortemente influenciada pela religião e pela presença governamental — doação de auxílios, práticas paliativas, ações pontuais e desarticuladas.

A Creche “Ignácio de Loyola Torres” atendeu cerca de 70 crianças mensalmente, de 1 mês a 6 anos de idade no período integral, e crianças de 7 a 13 anos de idade, no contraturno escolar, no qual recebiam as “primeiras instruções escolares”. As meninas recebiam orientações no desenvolvimento e manutenção das atividades domésticas e os meninos frequentavam o “núcleo profissionalizante”. Uma parcela dessas crianças foi atendida conforme pedidos judiciais do juizado de menores, para que a instituição colaborasse e os orientasse em uma “colocação familiar”. Anualmente a instituição atendia cerca de 500 crianças.

O Clube de Mães foi promovido pelos representantes do Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza” e pelos representantes da Creche “Ignácio de Loyola Torres”. Tratava-se de uma atividade semanal obrigatória para as mães que deixavam seus (as) filhos (as) na Creche, que tinha o objetivo de valorizar e enfatizar o papel da mulher no lar e na educação dos filhos. O Clube oferecia cursos de bordado, estamparia, culinária, corte e costura, pintura em gesso e confecção de enxoval de bebês. Para as “mulheres de classes mais abastadas”, o Clube de Mães e os trabalhos voluntários na Creche foi:

[...] um espaço legítimo para estender seu papel fora do lar e instruir as mulheres das camadas populares a serem boas donas-de-casa e cuidarem adequadamente de seus filhos (HADDAD, 1989, p. 106).

Os mantenedores declaravam que a Creche era uma instituição leiga, com atendimento às famílias carentes, independentemente da religião. No entanto, alguns indícios nos documentos evidenciam que, nas atividades da instituição, havia rituais e comportamentos que demonstravam a disseminação dos princípios da doutrina espírita.

Em outras palavras, a Creche “Ignácio de Loyola Torres” não foi apenas uma unidade assistencial de “guarda” de crianças, mas também foi um local de desenvolvimento de valores e ideais do espiritismo — igualdade, liberdade, fraternidade e caridade. O atendimento na Creche também se pautou numa formação social, moral e intelectual das famílias. Através de um trabalho educativo e disciplinador, orientava-se o comportamento moral esperado; havia uma proposta de conformação que também culpabilizava o sujeito pela sua condição atual, proveniente de vidas anteriores/passadas.

O estudo da educação espírita foi necessário para que eu compreendesse a concepção de criança e educação vivenciada na Creche “Ignácio de Loyola Torres”, visto que a instituição foi alicerçada nos princípios do espiritismo. Além disso, há indícios de que o Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza” foi influenciado por José Herculano Pires, o “filósofo” do espiritismo e o idealizador da Pedagogia Espírita. José Herculano viveu por um período em Marília e difundiu seus ideais no interior do estado de São Paulo e em todo o Brasil.

Para a educação espírita, o desenvolvimento da criança deve ser natural e espontâneo; a educação deve colaborar para o aperfeiçoamento do espírito e, para “o despertar” das potencialidades, no processo de evolução humana.

Na concepção espírita, a criança é um “espírito” resultado de série de vivências e experiências “materiais e espirituais” anteriores (vidas passadas), de modo que suas “tendências vocacionais” e suas “orientações morais” devem ser suscitadas pelas “circunstâncias”, pelas “ocorrências”, e pelos estímulos da vida atual.

É possível observar que, para a fundamentação da educação espírita “à brasileira”, Pires (1985) baseou-se nos estudos de Platão<sup>132</sup>, Pestalozzi<sup>133</sup>, Piaget<sup>134</sup> e Montessori<sup>135</sup>.

Como informei a Creche “Ignácio de Loyola Torres”, em Marília, tinha, desde o princípio, cunho assistencialista e confessional. A movimentação anual de crianças na Creche garantiu às crianças a oportunidade de frequentarem gratuitamente um lugar seguro, desfrutarem de uma alimentação adequada, socializarem com crianças de diferentes idades e se apropriarem da educação informal e, em alguns casos, também de uma educação formal.

A partir de 1971, foram cedidas duas professoras para a Creche “Ignácio de Loyola Torres” pela administração municipal. As professoras contemplavam aspectos educativos nas salas de jardim de infância e pré-primário.

Localizei nas reuniões administrativas três discussões do campo educacional. Em 1979, foi discutida a necessidade de entrega do semanário — planejamento semanal — pelas professoras, bem como a necessidade de divisão de crianças pelas professoras. Em 1991, os representantes da

---

<sup>132</sup> A concepção de criança apresentada pelo espiritismo remete ao inatismo, teoria por meio da qual Platão (427-347a.C.) firmou posição a favor das ideias “congenitas”. Essa perspectiva sustenta que as pessoas naturalmente carregam certas aptidões, habilidades, conceitos, conhecimentos e qualidades em sua bagagem hereditária.

<sup>133</sup> Para Pestalozzi (1746-1827), “[a] educação deveria seguir o desenvolvimento natural do ser humano, sendo dosada de acordo com cada estágio pelo qual o indivíduo passa até atingir a idade adulta” (ARCE, 2001, p. 136). Pestalozzi sempre se preocupou com a miséria e a pobreza que o cercava e considerava que isso era consequência da ausência da moral cristã. Embora tivesse essa preocupação, não pensava em uma distribuição igualitária da riqueza e no fim da exploração entre as classes sociais, mas sim numa espécie de doação vinda dos mais ricos para os mais pobres para que esses pudessem ter o mínimo para a sua sobrevivência (ARCE, 2002a). Destaco que em Franca/SP, foi fundado pelos espíritas, em 1944, o Educandário “Pestalozzi”, atualmente denominado Escolas “Pestalozzi”. O nome do educandário foi escolhido em homenagem ao teórico suíço.

<sup>134</sup> Segundo Pires (1985, p. 13), “[...] a inteligência infantil se manifesta progressivamente, passando da fase sensório-motora para a fase prática, desta para a representativa e desta para a abstrata”.

<sup>135</sup> Para Pires (1985), Pedagogia Espírita pode-se utilizar das técnicas de Maria Montessori, desde que, “examinadas” e “aproveitadas” na medida do “conveniente”, porque “[...] se ligam por muitos aspectos aos princípios e às aspirações da Pedagogia Espírita” (PIRES, 1985, p. 160).

Creche pleiteavam à Prefeitura Municipal de Marília a contratação de uma auxiliar de professora; e ainda em 1991, foi sugerido por uma das professoras presentes<sup>136</sup> na reunião que a Creche funcionasse em todos os aspectos como uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI).

No entanto, na leitura e análise das atas, notei a dificuldade de recursos materiais, pedagógicos e a precarização dos equipamentos no interior dessa Creche. Em nenhum momento localizei discussões que apresentavam preocupações a respeito da valorização e a formação continuada dessas duas professoras que prestavam serviços na instituição.

Após ler as atas e analisar as reuniões administrativas, do período entre 1966 e 1991, considero que os responsáveis pela Creche “Ignácio de Loyola Torres” preocupavam-se com os “direitos fundamentais das crianças”, antes de eles serem assegurados e amplamente divulgados, no documento oficial intitulado *Direitos Fundamentais das Crianças Atendidas na Creche* (CAMPOS, ROSEMBERG, 1995), em 1995<sup>137</sup>. Observei que:

- no interior da Creche houve atendimento médico e psicológico, assim como a realização de exames médicos e laboratoriais, o que remete à preservação do “direito à higiene e à saúde” (CAMPOS, ROSEMBERG, 1995);
- nas reuniões administrativas foi demonstrada preocupação em fornecer uma alimentação balanceada, o que remete à preservação do “direito a uma alimentação sadia” (CAMPOS, ROSEMBERG, 1995);
- foram comprados, pelos representantes da Creche, brinquedos para a composição de um parque infantil para

---

<sup>136</sup> Trata-se de professora e diretora de escola municipal Célia Carmanhani. Em 1997 ela se tornou secretária municipal da educação e intermediou a parceria entre a Creche “Ignácio de Loyola Torres” e a Prefeitura Municipal de Marília para a abertura do Berçário Municipal “Mãe Cristina”.

<sup>137</sup> Foi divulgada nacionalmente uma nova edição em 2009.



“entretenimento” das crianças, o que remete à preservação do “direito à brincadeira” (CAMPOS, ROSEMBERG, 1995);

- nas reuniões administrativas foi discutida a necessidade e a possibilidade de passeios das crianças em fazendas e no bosque municipal, o que remete ao “direito ao contato com a natureza” (CAMPOS, ROSEMBERG, 1995).

A partir de fevereiro de 1991, as reuniões administrativas não existiram e/ou não foram registradas em ata. No entanto, as reuniões anteriores permitem observar que a Creche enfrentava muitos problemas, principalmente de ordem financeira. As decisões tomadas nas reuniões não eram mais unânimes e consensuais, ocasionando problemas internos de ordem relacional e pessoal. Ademais, houve rotatividade na administração da Creche, de modo que a instituição caminhava para o fechamento das portas e o encerramento do atendimento às crianças.

No âmbito nacional, em 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. A Assistência Social passou a fazer parte das políticas públicas e foi reconhecida como um direito social e de responsabilidade da União. Com isso, pela primeira vez, o atendimento em creche foi integrado ao sistema educacional e garantido como dever do Estado nas políticas públicas e direito da criança cidadã. Contudo, o discurso de universalização da educação infantil e a expansão de atendimento em creches ficaram apenas na “letra da lei”, inclusive em Marília.

Em 1990, foi realizada a Conferência Mundial de Educação Para Todos realizada em Jomtien, na Tailândia. O evento que reuniu 150 países num objetivo em comum: a reformulação da educação para atender às demandas do mercado de trabalho. Foi recomendado, aos países participantes, a priorização dos investimentos em educação básica. O

Banco Mundial considerou a educação como instrumento eficaz para promover o crescimento econômico e a redução da pobreza. Na década de 1990, na concepção do Banco Mundial, o:

[...] desenvolvimento infantil e educação inicial constituem um apêndice e uma prolongação antecipada da escolarização, uma estratégia preventiva ao fracasso escolar (mais do que habilitadora do êxito escolar) e, nessa medida, efetiva em termos de custo (economizando recursos que, de outro modo, seriam investidos em repetência, evasão e fracasso escolar). Sua necessidade e lógica definem-se no governo central a partir de sua incidência sobre a escola e sobre o futuro rendimento escolar dos alunos (...) (TORRES, 1988, p. 175).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, ampliou o conceito de educação básica — desde a creche até o ensino médio, tornando a educação infantil como etapa inicial da educação básica, com a finalidade de desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, intelectual e social, complementando a ação da família.

A criança foi reconhecida como sujeito de direitos — o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária —, tendo inclusive o direito de frequentarem creches e pré-escolas gratuitamente.

A LDBEN, de 1996, estabeleceu que as creches constituíam instituições educacionais e que devem oferecer condições para aprendizagem e para o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos. A essas instituições não foi atribuído apenas o dever anterior do cuidado, mas também o dever da educação. A lei normatizou a idade das crianças atendidas em creche — de 0 a 3 anos de idade—, e também instituiu novas exigências para a formação de professores para atuação na educação básica.

No âmbito estadual, o governo do Estado de São Paulo, entre os anos de 1996 e 1997, publicou decretos estaduais autorizando a celebração de convênios e a transferência de recursos financeiros aos municípios paulistas para a construção, reforma ou ampliação de núcleos de promoção social ou creches municipais.

Na cidade de Marília, no início de 1997, os representantes da Creche “Ignácio de Loyola Torres”, temendo o fechamento da instituição, procuraram a secretária municipal da educação, com o propósito de conseguirem ajuda na solução do problema financeiro.

Em 3 de março de 1997, o Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”, via Creche “Ignácio de Loyola Torres”, firmou uma parceria, por meio de um contrato de comodato, com a Prefeitura Municipal de Marília, através da Secretaria Municipal da Educação. Ficou acordado que a Creche encerraria suas atividades no ano de 1997 para que no prédio<sup>138</sup> e nas instalações fosse abrigado o primeiro berçário público municipal — Berçário Municipal “Mãe Cristina”.

A Prefeitura Municipal de Marília também recebeu um repasse financeiro da Secretaria Estadual da Criança Família e Bem Estar Social para viabilizar a instalação do Berçário Municipal. No âmbito das políticas públicas para a educação infantil, nota-se que o cenário internacional, nacional e estadual contribuiu para que esse berçário fosse inaugurado.

Em 6 de setembro de 1997, foi inaugurado o Berçário Municipal “Mãe Cristina”, que abriu vagas para atendimento de 60 crianças. A procura por vagas foi maior que o número de vagas disponibilizadas, sendo assim, foi necessário selecionar as crianças para a efetivação das matrículas.

---

<sup>138</sup> O prédio está localizado na Rua Coronel José Braz, nº536, com área construída de 1.403,60m em terreno de 1.749 m.

As famílias interessadas deveriam apresentar atestado de trabalho com demonstrativo do o valor de renda.

Pelo exposto, constato que o direito à creche não foi efetivado na totalidade na cidade de Marília, em 1997, visto que as vagas não foram suficientes para atendimento às crianças. As assistentes sociais contemplavam as crianças com baixa renda familiar e comprovavam o trabalho das mães, eliminando as demais.

Ao examinar os documentos, notei que, no Berçário, a prática pedagógica estava presente. A coordenadora pedagógica do município orientava o trabalho desenvolvido pelas professoras com as crianças — com fantoches, exploração livre de diversos materiais e brinquedos de encaixe e de estimulação. A prática pedagógica baseou-se nas características da faixa etária da criança e a avaliação foi vista como um processo que ocorria através das observações das manifestações das ações das crianças que deveriam ser registradas.

Os(as) professores(as) contratados(as), por meio de concurso público, para trabalharem com as crianças no Berçário, deveriam ter, no mínimo, habilitação profissional específica do 2º grau para o Magistério e/ou licenciatura plena em Pedagogia”. Dentre as leituras exigidas para o concurso — como Paulo Freire (1997); Kramer (1989); e Vygotsky (1984) — o que predominou foi a leitura dos textos de Jean Piaget; as reflexões sobre alfabetização de Emília Ferreiro (1981); a perspectiva construtivista de Hoffmann, (1992); e o conhecimento físico na educação pré-escolar de Constance Kamii (1985).

Buscando relacionar o modelo teórico assumido pela secretaria de educação de São Paulo e pela secretaria de educação de Marília, constatei que, a partir de 1980, incorporou-se no estado de São Paulo:

[...] os resultados das pesquisas de Emilia Ferreiro e de colaboradores como opção política derivada de pesquisas científicas, consideradas a nova e definitiva verdade sobre esse processo. [...] A partir desse momento, logrou hegemonia, por meio de sua oficialização no âmbito de políticas públicas para a alfabetização, o modelo teórico resultante da perspectiva epistemológica construtivista em alfabetização, ou simplesmente construtivismo, como ficou conhecido (MORTATTI, 2010, p. 332).

Um aspecto, de destaque nacional na área da educação foi a participação do Berçário Municipal “Mãe Cristina” no Prêmio “Viva Leitura”<sup>139</sup>, em 2006.

Foram inscritos na primeira edição do Prêmio “Viva Leitura”, “[m]ais de três mil trabalhos de todos os Estados [...]”(BERÇÁRIO..., 2006, p. 3), inclusive o Berçário Municipal “Mãe Cristina” com o projeto “Meu broto de leitura...Leitura de Histórias, Contos, Poesias...para bebês”, desenvolvido pela professora Creuza Prates Galindo Soares.

Com o total de 1350 projetos inscritos, o Berçário ficou entre os 15 finalistas em todo o Brasil, repercutindo positivamente em âmbito regional e nacional, com a publicação de uma matéria na revista de circulação nacional *Prêmio Viva Leitura 2006*.

Após o destaque nacional do Berçário “Mãe Cristina” com o projeto “Meu broto de leitura...Leitura de Histórias, Contos, Poesias...para bebês”, em agosto de 2008 o Berçário inaugurou uma biblioteca para bebês, carinhosamente chamada de “Bebeteca”.

---

<sup>139</sup> O Prêmio VIVALEITURA foi criado em 2006, como desdobramento do Ano Ibero-americano da Leitura. Ele é uma ação conjunta do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação e integra o Plano Nacional de Livro e Leitura – PNLL, de acordo com o Decreto nº 7.559, de 1º de setembro de 2011, conforme artigo 11. O Prêmio VIVALEITURA tem por objetivo estimular, fomentar e reconhecer as boas práticas de leitura provenientes de todo o país em quatro categorias, a saber: Biblioteca Viva, Escola promotora de leitura, Territórios da leitura e Cidadão promotor de leitura. Essas informações foram extraídas do *site* Prêmio Viva leitura. Disponível em: <http://premiiovivaleitura.org.br/edital/default.asp>. Acesso em: 22 out. 2017.

Em 2013, o prefeito municipal de Marília em parceria com a secretária municipal da educação normatizou <sup>140</sup>que o Berçário Municipal “Mãe Cristina” e os demais berçários municipais da cidade, deveriam ser denominados Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI).

De acordo com o exposto, entendo que o caminho percorrido pela Creche “Ignácio de Loyola Torres”, fundada em 1966, modificou-se para que, em 1997, fosse fundado o Berçário Municipal “Mãe Cristina”. E, por sua vez, o caminho percorrido pelo Berçário, com continuidades e descontinuidades, modificou-se para que, em 2013, fosse instituída a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) “Mãe Cristina.

A Creche “Ignácio de Loyola Torres” apresentava no seu funcionamento o ideário espírita, tinha caráter assistencialista e apresentava algumas características de influência médico-higienista nos cuidados com as crianças. O atendimento prestado era confessional, leigo e voluntário; não havia orientações oficiais para o trabalho efetuado.

O Berçário “Mãe Cristina” foi fundado em outro momento, após a Constituição Federal de 1988 e após a LDBEN de 1996. Nesse período, a creche no Brasil já havia sido estudada em pesquisas de pós-graduação em várias áreas do conhecimento: Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Humanas; Ciências Sociais aplicadas; Linguística, Letras e artes; e Multidisciplinar (MARQUIZELI, 2017).

Os fatores sociais, “[...] aliados a discussões de pesquisadores em psicologia e educação sobre a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento da criança, propiciaram algumas mudanças no trabalho exercido [...]” (OLIVEIRA, 2011b, p. 111) anteriormente. Esses estudos promoveram a criação de pesquisas e programas de intervenção sobre a aprendizagem da criança, inclusive na Educação Infantil. No entanto,

---

<sup>140</sup> Lei Municipal nº 7586 de 2013.

destaco que ainda havia vestígios do atendimento médico-higienista nas práticas do Berçário “Mãe Cristina”.

Considero que os caminhos percorridos pelas duas instituições não foram marcados pela polaridade entre o cuidar e o educar, uma vez ambas cuidaram das crianças e desempenharam um papel educativo, em momentos históricos distintos.

Segundo Kuhlmann Jr. (2012, p. 32-33):

[...] o princípio constitucional que implica o reconhecimento legal do direito da criança pequena à educação, não significa que, ao longo de sua história, a educação infantil já não desempenhasse um papel educativo. Ao desconsiderar-se a história da educação infantil e ao se fazer uma leitura equivocada de que antes a creche era assistencial e agora ela é educacional, cria-se a falsa oposição entre educação e assistência.

Ao pesquisar sobre a história da Creche “Ignácio de Loyola Torres” e do Berçário “Mãe Cristina”, compreendi que a história da educação infantil não é uma única história, mas produto de muitas outras histórias e de relações travadas pelos atores sociais. Trata-se da história:

[...] dos seus profissionais, das crianças pequenas que se encontram nas instituições e de suas famílias [...] da população, da urbanização, do trabalho, das relações de produção e das demais instituições educacionais (MACHADO, 2002, p. 192).

## Considerações Finais

---

Neste livro, focalizei em aspectos ainda pouco explorados da história da creche no Brasil, em especial na cidade de Marília/SP, relacionados à Creche “Ignácio de Loyola Torres” e ao Berçário Municipal “Mãe Cristina”, com o objetivo de contribuir para a produção da história e preservação da memória da educação no município de Marília/SP, bem como para subsidiar pesquisas correlatas.

Busquei compreender quais as contribuições das duas instituições na história da educação infantil em Marília. Para tanto, delimito o tema, o *corpus* da pesquisa — atas de reuniões da Creche “Ignácio de Loyola Torres” e o Contrato de Comodato firmado entre o Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”, por meio da Creche “Ignácio de Loyola Torres” e a Prefeitura Municipal de Marília, por meio da Secretaria Municipal da Educação — e elaborei o instrumento de pesquisa, o qual foi fundamental para que eu chegasse aos resultados que apresentei nesta dissertação.

Ao recuperar e localizar os documentos, compreendi que é necessário ter sensibilidade, consciência histórica e preservacionista, respeito pelas instituições do passado e resistência contra o esquecimento.

A análise do conjunto dos documentos selecionados, complementada pelo conjunto de fontes localizadas e pela bibliografia de apoio teórico me possibilitou compreender a importância da Creche “Ignácio de Loyola Torres” e do Berçário Municipal “Mãe Cristina” na conjuntura educacional, jurídica, política, ideológica e religiosa de Marília/SP.



A história das duas instituições apresenta características próprias e revelam que são compostas por outras histórias simultaneamente — individual, coletiva e social.

Pude compreender também que, historicamente, o atendimento em creches, em Marília, foi prioritariamente sustentado por iniciativas particulares, assistenciais e confessionais. Faltou amparo na legislação e reconhecimento pelo poder público da importância e necessidade de instalação e manutenção dessas instituições para a proteção e educação da primeira infância<sup>141</sup>.

A fundação das duas instituições remete a um problema educacional ainda não solucionado no município e pode ser estendido ao estado de São Paulo e ao país: o processo de ampliação de vagas na educação infantil.

Ao longo do percurso de pesquisa, muitas foram as minhas dificuldades encontradas, sobretudo no que diz respeito à localização e recuperação das fontes documentais. Analisar os documentos com o distanciamento necessário também foi uma tarefa difícil. Além dessas dificuldades, resalto a complexidade das duas instituições investigadas e as inúmeras possibilidades de investigação.

Para finalizar, espero que este livro, ainda que modestamente, possa contribuir para a compreensão de aspectos da história da Creche “Ignácio Loyola Torres” e do Berçário Municipal “Mãe Cristina”, para a produção da história e preservação da memória da educação, para a continuidade da pesquisa e, por fim, para o debate acadêmico-científico no que se refere, a essa história

---

<sup>141</sup> Primeira infância é o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

## REFERÊNCIAS

ARCE, A. Os Pedagogos da Primeira Infância: Pestalozzi e Froebel-uma análise de suas obras educacionais. *In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 2002, Natal - RN. História e Memória da Educação Brasileira. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002a, p. 01-06.

ARCE, A. A tríade naturalizante na concepção educacional de Pestalozzi e Foebel: homem, Deus e natureza. *História da Educação*. Pelotas, n. 12, p. 87-104, set. 2002b.

ARCE, Alessandra. *A pedagogia na “era das revoluções”*: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Araraquara, 2001, 235p. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, campus Araraquara, 2001.

ATA DO LANÇAMENTO da pedra fundamental da “Creche Ignácio de Loyola Torres”. *Folha Ata*. Marília, 16 ago.1959. Não paginado.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7a ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: matrícula dos alunos. Marília, 6 nov. 1997. 28 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: relatório de enfermagem. Marília, 15 nov. 1997. 50 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: reunião de pais. Marília, 11 nov. 1997. 50 f.

BRASIL. Lei nº 9394, de 23 de junho de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

BRETTAS, Anderson Claytom Ferreira et al. *Eurípedes Barsanulpho e o Collégio Allan Kardec capítulos de história da educação e a gênese do espiritismo nas terras do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro (1907/1918)*. 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. *Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Brasília: MEC. 1995.

CRECHE IGNÁCIO DE LOYOLA TORRES. *Livro Ata*, Marília, 09 fev. 1961-1991. 64f.

EDUCAÇÃO inaugura primeiro berçário. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 6 set. 1997. p. 8A.

EDUCAÇÃO ganha recursos e amplia atuação. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 12 de out. 1997. p. 19A.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. *Educação Unisinos*, v.11, n.2, p. 103-110, mai./ago. 2007.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. A contribuição dos parques infantis de Mário Andrade para a construção de uma pedagogia de educação infantil. *Educação & Sociedade*, ano XX, n. 69, dez. 1999, p. 60-91.

FONSECA, João Pedro da. A educação infantil. *In*: MENESES, João Gualberto de Carvalho, et al. (Org.). *Estrutura e funcionamento da educação básica: leituras*. São Paulo: Pioneira, 1998, p. 198-225.

FONSECA, Sérgio César da; FERREIRA, Débora Menengotti; PRANDI, Maria Beatriz Ribeiro. O departamento de educação física de São Paulo e a interiorização dos parques infantis: o caso de Ribeirão Preto. *História e Cultura*. Franca, v.4, n.2, p. 237-261, set. 2015.

HADDAD, Lenira. Creche: reflexões sobre uma trajetória. *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1989, p. 101-120.

INAUGURADA a creche Ignácio Loyola Torres. Marília, 04 jul. 1996. *Jornal do Comércio*. Não paginado.

INCONTRI, Dora (Dora Alice Colombo). *Pedagogia Espírita: um projeto brasileiro e suas raízes*. São Paulo: FEUSP, 2001.

INCONTRI, Dora. *A educação segundo o espiritismo*. São Paulo: FEUSP, 1997.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*. São Paulo: Loyola, 1988.

KHULMANN JR., Moysés. *Educação pré-escolar no Brasil (1899-1922): exposições e congressos patrocinando a "assistência científica"*. Dissertação (Mestrado) — Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 1990.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 5-14, mai./jun/ago 2000.

KUHLMANN JR. , Moysés. *As Grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: ed. da Universidade São Francisco, 2001a.

KUHLMANN JR. , Moysés. Educação infantil e currículo. *In*: FARIA, Ana Lúcia Goulart de ; PALHARES, Marina Silveira (Org.). 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2001b, p. 51-66.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

KUHLMANN JR., Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LARA, Paulo Corrêa de. *Marília, sua terra, sua gente*. Marília: Iguatemy comunicações, 1991.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento, *In*: LE GOFF, Jacques. *Historia e memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 525-539.

MARÍLIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Berçário Mãe Cristina. *Contrato de Comodato de Prédio e Instalações*. Marília, 3 mar. 1997. Não paginado.

MARÍLIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. *Relatório Anual*. Marília, 1997. Não paginado.

MARÍLIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Administração. *Editais S.A.10 Nº002/97: concurso público para o cargo de atendente de creche*. Marília, 1997. Não paginado.

MARÍLIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Administração. *Edital S.A.10 Nº011/97*: concursos públicos para os cargos de professor de EMEI, professor de EMEF e Diretor de EMEF. Marília, 1997. Não paginado.

MARÍLIA ganha 1º berçário público: educação inaugura primeiro berçário. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 6 set. 1997, p. 8A.

MARQUIZELI, Josiane de Moura Dias. Fontes para o estudo do Berçário Municipal “Mãe Cristina”: um instrumento de pesquisa. In: MARQUIZELI, Josiane de Moura Dias. *Subsídios para o estudo do Berçário “Mãe Cristina”, Marília/SP : 1966-2016*. 2017. 224f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) — Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

MARQUIZELI, Josiane de Moura Dias. *Subsídios para o estudo do Berçário “Mãe Cristina”, Marília/SP : 1966-2016*. 2017. 224f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) — Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização*: São Paulo - 1876/1994. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MORTATTI, Rosário Longo. Leitura crítica da literatura infantil. *Itinerários –Revista de Literatura*, Araraquara, n.17/18, p. 179-187, 2001.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 44, p. 329-410, 2010.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de Oliveira. Creches no sistema de ensino. *In: MACHADO, Maria Lucia de A. Encontros e desencontros em educação infantil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011a. p. 79-82.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

PIRES, José Herculano. *Pedagogia Espírita*. São Paulo: EDICEL, 1985.  
POVOAS, Glicério. *Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília*. Marília/SP: 1947.

PREFEITURA inaugura Berçário Municipal. *Jornal da Manhã*, Marília, p. 6, 7 set. 1997.

RIVAIL, Hippolyte Léon Denizard Rivail (Allan Kardec). *Textos Pedagógicos*. Trad. Dora Incontri. São Paulo: Comenius, 1998.

RIZZINI, Jorge. *J. Herculano Pires: o apóstolo de Kardec*. São Paulo: Editora Paidéia, 2000.

ROSEMBERG, Fúlvia. Do embate para o debate: educação e assistência no campo da educação infantil. *In: MACHADO, M. L. de A. (Org.). Encontros e desencontros em educação infantil*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 63-78.

SANTOS, Israel Silva dos. Um modelo para o catolicismo instituições laicas romanizadas na Bahia (1890-1930). *In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, Fortaleza, 2009. Anais...*, 2009, p. 1-9.

SÃO PAULO. Lei Nº 560, de 27 de dezembro de 1949. *Criação do Serviço de Colocação Familiar, junto aos juízos de Menores*. Secretaria de Estado dos Negócios do Governo. São Paulo, 1949. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1949/lei-560-27.12.1949.html>. Acesso em 06 mai. 2018.

SÃO PAULO. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Departamento de Estatísticas de População – IBGE. *Censo Demográfico de 1960*. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd\\_1960\\_v1\\_t13\\_sp.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/68/cd_1960_v1_t13_sp.pdf). Acesso em: 05 set. de 2018.

SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. Departamento de Estatística. *11ª Região administrativa: diagnóstico*. São Paulo, dez. 1971.

SILVA, Agenor de Freitas. Educandário Bezerra de Menezes. *Correio de Marília*, n.º 7048, Marília, 30 dez. 1954. Não paginado.

SILVA JR., João dos Reis Silva. O papel político da municipalização educacional na construção dos novos traços da sociedade civil na década de 1990. In: MARTINS, Angela Maria; OLIVEIRA, Cleiton de; BUENO, Maria Sylvia Simões. *Descentralização do Estado e municipalização do ensino, problemas e perspectivas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004, p. 56-83.

SOUTO, Ariovaldo Nesso. Marília do passado ao novo milênio 1929-2003. Marília, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de Souza; VALDEMARIN, Vera Teresa; ZANCUL, Maria Cristina de Senzi (Orgs.). *O ginásio da morada do sol: história e memória da Escola Estadual Bento de Abreu de Araraquara*. São Paulo: Ed. Unesp digital, 2014.



TOBIAS, Rosmar. *História de Marília: os primórdios da educação de Marília (1925-1938)*. Marília/SP: Unoeste, 1990.

TORRES, M. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: TOMMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (orgs.) *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 125-193.

VAZ, Alexandre Fernandes; MOMM, Caroline Machado (org.). *Educação infantil e sociedade*. Nova Petrópolis: Nova Harmonia, 2012.

## INSTITUIÇÕES, ACERVOS, BASES DE DADOS *ON-LINE* E *SITES* CONSULTADOS

### **Instituição**

Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI “Mãe Cristina”

Endereço: Rua Coronel José Brás, 536 – Boa Vista – CEP: 17501-570 –  
Marília/SP

Acervos físicos

### **Acervos**

Acervo do Grupo de Pesquisa “História da educação e do ensino de  
língua e literatura no Brasil (GPHEELLB) – sediado na Faculdade de  
Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) –  
Campus de Marília/SP

Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 377 – Campus Universitário – CEP:  
17525-901- Marília/SP.

Acervo da Biblioteca da Câmara Municipal de Marília/SP “Rangel  
Pietraróia” – sediado na Câmara Municipal de Marília/SP

Endereço: Rua Bandeirantes, 25 – Centro – CEP: 17501-090 –  
Marília/SP

Acervo da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP),  
Faculdade Filosofia e Ciências (FFC),– Campus de Marília/SP

Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 377 – Campus Universitário – CEP:  
17525-901- Marília/SP

### **Site e Bases de dados disponíveis *on-line***

Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.

Disponível em: <[http://www.al.sp.](http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm/)

[gov.br/web/acervo2/index\\_acervo.htm/.](http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm/)>

Base de dados da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – catálogo Athena. Disponível em: <<http://www.athena.biblioteca.unesp.br/>>

Bases de Dados do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Campinas (Unicamp). Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/>>

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas  
Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>.

Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em:  
<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Disponível em:  
<<http://www.scielo.br/>>

*Site* Câmara Municipal de Marília. Disponível em:  
<<http://www.camar.sp.gov.br/>>

*Site* da Prefeitura Municipal de Marília . Disponível em:  
<<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>

*Site* de Busca “Google Acadêmico”. Disponível em: <  
<http://scholar.google.com.br/>

*Site* de Busca “Google”. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>

## APÊNDICE

---

### **CRECHE “IGNÁCIO DE LOYOLA TORRES” E BERÇÁRIO MUNICIPAL “MÃE CRISTINA”: UM INSTRUMENTO DE PESQUISA (1959-2013)**

Este instrumento de pesquisa resultou das atividades desenvolvidas a partir do meu ingresso no Mestrado em Educação, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Marília/SP. Na condição de orientanda da Prof<sup>fa</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Rosário Mortatti, a minha pesquisa está vinculada ao Grupo de Pesquisa “História da educação e do ensino de língua e literatura no Brasil” (GPHEELLB), vinculada à linha “Memória e história da educação”.

O GPHEELLB que tem como líder, desde 1994, a Prof<sup>fa</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Rosario Mortatti, e desde 2014, como vice-líder a Prof<sup>fa</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rosa Fátima de Souza Chaloba. O GPHEELLB está subdividido em seis linhas de pesquisa: “História da formação de professores”; “História da alfabetização”; “História do ensino de língua portuguesa”; “História do ensino de literatura”; “História da literatura infantil e juvenil”; e “Memória e história da educação.”

Iniciei as atividades no Grupo de Pesquisa na condição de orientanda de iniciação científica (ICSB/PROPe/UNESP), sem bolsa, no período compreendido entre 01/04/2016 e 31/07/2016; entre agosto de 2016 e dezembro de 2017, como orientanda da disciplina “Trabalho de Conclusão de Curso” (TCC) do curso de Pedagogia; e no início de março

de 2017 como orientanda de mestrado. Todas as atividades desenvolvidas foram/são coordenados pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Rosario Mortatti.

Segundo Mortatti (1999, p. 73) a pesquisa com abordagem histórica em educação é:

[...] um tipo de pesquisa científica, cuja especificidade consiste, do ponto de vista teórico-metodológico, na abordagem histórica – no tempo – do fenômeno educativo em suas diferentes facetas. Para tanto, demanda a recuperação, reunião, seleção e análise de fontes documentais, como mediadoras na produção do objeto de investigação.

Ainda segundo Mortatti (2003, p. 5) além de seus objetivos específicos, as pesquisas históricas:

[...] têm contribuído tanto para a produção de certa mentalidade histórica e preservacionista quanto para a disponibilização de informações a respeito de seus limites e alcance e, por vezes, para a produção de valiosas obras de referência — guias, catálogos, repertórios, inventários, bibliografias comentadas, “estados da arte”, entre outros —, que propiciam a ampliação dos sentidos, usos e funções dos documentos assim como da pesquisa de fundo histórico.

A partir do desenvolvimento de pesquisa histórica pude compreender que não se narra a história sem documentos (LE GOFF, 2003). O documento pode ser “[...] portador de testemunhos de época [...] e, simultaneamente, [...] elaboração histórica resultante de escolha motivada pelo ponto de vista do investigador, que elege, dentre um conjunto disponível, determinados documentos como fontes de investigação” (MORTATTI, 2000, p. 30).

Com os objetivos de contribuir para a produção da história e preservação da memória da educação no município de Marília/SP, assim como subsidiar o desenvolvimento de pesquisas correlatas, elaborei um instrumento de pesquisa.

Os instrumentos de pesquisa “[...] constituem-se em vias de acesso do historiador ao documento, sendo a chave da utilização dos arquivos como fontes primárias da História [...]” (BELLOTO, 1979, p. 133). A elaboração do instrumento de pesquisa “[...] é vital para o processo historiográfico [...]” (BELLOTO, 1991, p. 104), porque representa uma etapa fundamental para o desenvolvimento de projetos de pesquisa.

A elaboração do instrumento de pesquisa é uma atividade desenvolvida por todos os orientandos da professora Maria do Rosario Mortatti e consiste em uma importante etapa da pesquisa. A elaboração do instrumento de pesquisa permitiu o acesso às referências<sup>142</sup> e possibilitou uma importante pesquisa bibliográfica sobre o tema escolhido. Ainda, a partir do desenvolvimento de pesquisa histórica e da elaboração do instrumento de pesquisa pode:

[...] aprender e problematizar, por meio de configurações textuais — as lidas e as produzidas pelo pesquisador, a simultaneidade entre continuidade e descontinuidade de sentidos a respeito do fenômeno educativo em diferentes facetas, simultaneidade essa que caracteriza o movimento histórico e as ‘temporalidades múltiplas’ que nele coexistem (MORTATTI, 1999, p. 75)

Com base nessas opções teórico-metodológicas, utilizei os procedimentos de localização, recuperação, reunião e ordenação de

---

<sup>142</sup> Referência consiste no “[...] conjunto padronizado de elementos descritivos, retirados de um documento, que permite sua identificação individual no todo ou em parte, impressos ou registrados em diversos tipos de suporte.” (ABNT, 2002, p. 2).

referências de textos que se relacionam à Creche “Ignácio de Loyola Torres” e ao Berçário Municipal “Mãe Cristina”. Informo que, a princípio a Creche “Ignácio de Loyola Torres” (1966-1997), uma instituição assistencial, mantida por uma comunidade espírita local, inaugurada em 1966 e que encerrou as atividades em 1997; por meio de uma parceria com a Prefeitura Municipal de Marília”, via Núcleo Espírita “Amantes da Pobreza”, cedeu o prédio e as instalações para que fosse inaugurado, em setembro de 1997, o Berçário Municipal “Mãe Cristina”, uma instituição educacional vinculada à Secretaria Municipal da Educação; e desde 2013 até os dias atuais, é denominada de Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) “Mãe Cristina”<sup>143</sup>.

Para a localização de referências de textos que se relacionam a Creche “Ignácio de Loyola Torres” e ao Berçário Municipal “Mãe Cristina”, consultei *sites* e bases de dados disponíveis *on-line* e acervos. Dentre eles destaco: o acervo do GPHEELLB, os arquivos da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) “Mãe Cristina”, o acervo da biblioteca da Câmara Municipal de Marília/SP, o acervo da Comissão de Registros Históricos da Câmara Municipal e Cidade de Marília/SP, o *site* da Câmara Municipal de Marília/SP, o *site* da Prefeitura Municipal de Marília/SP, o *site* da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e *sites* de busca, acadêmicos e não acadêmicos.

No início da pesquisa, quando consultei o acervo da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) “Mãe Cristina”, enfrentei a primeira dificuldade. A escola não possuía um espaço definido para a guarda do acervo de papéis, atas, cadernos, fotografias, produzidos no período de inauguração e nos primeiros anos de funcionamento.

---

<sup>143</sup> Lei Municipal nº 7586.

Os arquivos localizados na sala da direção acondicionavam documentos recentes. Os documentos que eu procurava estavam acondicionados em várias caixas de papelão, nos lugares mais diversos, sem qualquer forma de organização, e estavam misturados a outros pertences pessoais das diretoras anteriores.

Segundo Mortatti (2003), a “tarefa” que exige um “rigoroso” trabalho de localização de documentos “[...] é dificultada tanto pela falta de hábito de preservação da memória quanto pela precariedade dos acervos e instituições de pesquisa” (MORTATTI, 2003, p. 5).

Outra dificuldade encontrada ocorreu em relação à consulta ao acervo físico da biblioteca da Câmara Municipal de Marília/SP, por causa do horário de funcionamento limitado e a falta de funcionários. A funcionária, por muitos anos, responsável pela biblioteca da Câmara Municipal de Marília/SP, Sra. Wilza Aurora Matos Teixeira, se aposentou e o funcionário que a substituiu provisoriamente, Sr. Bruno Monte Gomes, desempenha outras atividades como servidor público municipal, além de ser responsável pela biblioteca. Por diversas vezes, encontrei a biblioteca fechada e depois de conversar com o Sr. Bruno, fui informada que a visita ao acervo seria melhor no período da manhã e optamos, eu e o funcionário, por fazer um cronograma com dias e horários compatíveis. Essas dificuldades enfrentadas revelam um problema enfrentado no Brasil quanto ao apagamento da memória e a dificuldade de preservar os “documentos”.

Na etapa de localização e recuperação das fontes documentais, no acervo da EMEI “Mãe Cristina, localizei documentos institucionais do Berçário Municipal “Mãe Cristina”, vários recortes de artigos de jornais e publicações no Diário Oficial de Marília/SP, entre 1966 e 2013, que foram relevantes para a pesquisa documental. À medida que a pesquisa



documental avançava novas palavras e novas “pistas” se revelavam, enriquecendo o trabalho de busca. Localizei referências de textos com termos de busca, a saber: “berçário”; “creche”; “Mãe Cristina”; “Secretaria da Criança”; “LDB 1996”; “convênio”; “municipalização”; “prêmio viva leitura”; “EMEI”; “inauguração”; “meu broto de leitura”; “bebeteca”; “educação infantil”; “Amantes da pobreza”; “creche”; e “Ignácio de Loyola Torres”. No Banco de Teses da CAPES, utilizei apenas um termo de busca, “Creche”. As buscas foram importantes para o refinamento de meu olhar.

No decorrer da pesquisa documental, deparei-me com um imprevisto, o jornal *Diário de Marília* foi fechado em 24/01/2017, pela Polícia Federal<sup>144</sup> e o *site* do jornal não estava mais disponível para consulta *on-line*. Anteriormente ao fechamento, no início do mês de janeiro de 2017, eu havia feito uma busca no *site* do jornal *Diário de Marília* e observei alguns artigos pertinentes a minha pesquisa. A partir da informação que o jornal foi fechado e o *site* não estava mais *on-line*, decidi refazer a busca no acervo da biblioteca da Câmara Municipal de Marília/SP e o acervo da Comissão de Registros Históricos da Câmara Municipal, ambos localizados na cidade de Marília/SP. Os artigos de jornal, antes consultados *on-line*, foram consultados novamente, entretanto, a segunda consulta foi aos exemplares impressos.

Com relação às referências localizadas, recuperadas e reunidas, elaborei as de acordo com o documento *Norma Brasileira de Referência* (NBR) – 6023 (2002), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Essa atividade de normalização das referências foi a que mais demandou tempo, porque nem sempre havia no documento todas as

---

<sup>144</sup> Segundo o jornal *Folha de São Paulo* de 25/01/2017 o jornal *Diário Diário de Marília* foi alvo de uma operação da Polícia Federal que investiga supostos crimes de coação, fraude processual e embaraço à investigação de organização criminosa.

informações necessárias para a elaboração de referências completas. Por se tratar de pesquisa histórica, mantive a ortografia apresentada nos documentos que cito.

Como resultados das atividades descritas anteriormente, elaborei o instrumento de pesquisa *Fontes para o estudo do Berçário Municipal “Mãe Cristina”: um instrumento de pesquisa* (MARQUIZELI, 2016). Nesse instrumento de pesquisa se encontram reunidas 1260 referências de textos, sendo: 1149 referências de teses e dissertações, defendidas entre 1980 e 2016; e 111 referências de textos impressos, manuscritos e *on-line*, produzidos entre 1966 e 2013, que se relacionam com o Berçário Municipal “Mãe Cristina”.

No entanto, para a pesquisa de mestrado foi necessário, com base nas reflexões que eu vinha realizando e com o objetivo de aprofundá-las ainda mais, elaborar outro instrumento de pesquisa. Foi necessário utilizar novamente os procedimentos de localização e recuperação de novas referências, para que, posteriormente eu pudesse reuni-las, selecioná-las e ordená-las.

Destaco que, a fase exploratória da pesquisa demandou um tempo maior que o planejado e esperado. Na nova versão do instrumento de pesquisa, as referências localizadas são do período de 1959 a 2013.

A elaboração dessa versão do instrumento de pesquisa foi novamente uma etapa importante, na qual pude visualizar possibilidades de encaminhamento da pesquisa e confirmar a relevância e a pertinência do tema estudado, uma vez que não foi localizado nenhum estudo pontual como o desenvolvido nesta dissertação de mestrado.

Esse instrumento de pesquisa contém um total de 72 referências de textos e está organizado em três seções. Nas seções, as referências de

textos estão reunidas de acordo com o tipo de texto. As seções e respectivas quantidades de referências são apresentadas no Quadro 1.

**QUADRO 1: Quantidade de referências de textos produzidos entre 1959 e 2013**

Seção	Total de referências por Seção
1. Leis e decretos	20
2. Regimento, contrato, estatuto, planos, projetos, relatórios e atas	29
3. Artigos e/ou textos em jornais e revistas	23
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>

Fonte: Elaborado pela autora deste Instrumento de pesquisa

Informo o livro ata Creche “Ignácio de Loyola Torres” (1961-1991) contém no seu interior 104 atas manuscritas com os registros de reuniões administrativas, conforme é possível observar nas datas no Quadro 2.

**QUADRO 2: Datas das reuniões contidas no Livro ata “Creche Ignácio de Loyola Torres” (1961-1991)**

Ano	Datas
1959	16/08
1961	19/02; 26/03; 07/05; 01/10
1962	15/01
1963	15/01
1964	15/01; 05/04; 10/05; 02/08; 01/11
1965	15/01; 03/10; 07/11; 05/12
1966	15/01; 06/02; 06/03; 03/04; 08/05; 05/07; 23/07/14/08; 04/09; 02/10; 06/11; 04/12
1967	15/01; 06/02; 05/03; 09/04; 07/05; 04/06; 09/07; 06/08; 06/09; 28/10; 06/11; 04/12

1968	15/01; 06/02; 07/03; 04/04; 05/05; 06/06; 02/07; 04/08; 05/09; 03/10; 06/11; 03/12
1969	15/01; 04/02; 03/03; 05/04; 03/05; 05/06; 05/07; 06/08; 08/12
1970	05/01; 15/01; 06/04; 02/06; 05/10
1971	02/01; 15/01; 05/02; 04/05; 05/08; 28/08; 02/12
1972	05/01; 15/01; 02/04; 03/08; 12/08; 07/10; 21/10; 02/12
1973	05/01; 05/04; 07/07
1974	04/01
1975	05/01; 03/08; 06/09; 05/10
1978	06/01
1979	13/01; 27/01; 18/02; 04/03; 01/04; 08/04; 29/04; 02/06; 16/06; 22/07; 11/08
1985	27/01
1986	26/07
1991	13/02

Fonte: Elaborado pela autora deste Instrumento de pesquisa, 2018

A seção “Leis e Decretos”, foi dividida em duas subseções denominadas “Leis” e “Decretos”, conforme é possível observar no Quadro 3.

**QUADRO 3: Quantidade de referências reunidas na seção “Leis e Decretos”, (1959-2013)**

<b>Subseção</b>	<b>Total por Subseção</b>
Leis	11
Decretos	9
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>

Fonte: Elaborado pela autora deste Instrumento de pesquisa, 2018

A seção “Regimentos, contrato, estatuto, planos, projetos, relatórios e atas”, foi dividida em três subseções; “Regimentos, contrato e estatuto”; “Planos, projetos e relatórios”; e “Atas”, conforme é possível observar no Quadro 4.

**QUADRO 4: Quantidade de referências reunidas na seção “Regimentos, contrato, estatuto, planos, projetos, relatórios e atas” (1959- 2013)**

<b>Subseção</b>	<b>Total por Subseção</b>
Regimentos, contrato e estatuto	04
Planos, projetos e relatórios	06
Atas	19
<b>TOTAL</b>	<b>29</b>

Fonte: Elaborado pela autora deste Instrumento de pesquisa

A seção “Artigos e/ou textos em jornais e revistas” foi organizada em duas subseções “Artigos e/ou textos em jornais” e “Artigos e/ou textos em revistas”, conforme é possível observar no Quadro 5.

**QUADRO 5: Quantidade de referências reunidas na seção “Artigos e/ou textos em jornais e revistas” (1959-2013)**

<b>Subseção</b>	<b>Total por Subseção</b>
3.1 Artigos e/ou textos em jornais	20
1 Artigos e/ou textos em revistas	03
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>

Fonte: Elaborado pela autora deste Instrumento de pesquisa

Apresento a seguir a relação de referências; a relação de instituições, acervos e bases de dados que consultei para elaborar as referências de textos.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação: referências: elaboração*. Rio de Janeiro, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Os instrumentos de pesquisa no processo historiográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 4., 1979, *Anais...*, p. 133-147

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. São Paulo: T.A Queiroz, 1991.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução: Bernardo Leitão. 5. ed. Campinas,

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Notas sobre linguagem, texto e pesquisa histórica em educação. *História da educação*, Pelotas, v.6, p. 69-77, out. 1999.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização: São Paulo – 1876/1994*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Ensino de língua e literatura no Brasil: repertório documental republicano*. Marília, 2003. Material não publicado.

## RELAÇÃO DE REFERÊNCIAS

### 1. Leis e decretos

#### 1.1 Leis

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 9394, de 23 de junho de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Lei nº 3761, de 10 de junho de 1992. Considera de utilidade pública a entidade que especifica. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 1992. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Lei nº 3898, de 10 de agosto de 1993. Concessão de auxílios e subvenções a diversas entidades assistenciais, referentes ao exercício de 1993. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 1993. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Lei nº 4105, de 11 de setembro de 1995. Concede subvenções a diversas entidades assistenciais do Município. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 1995. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Lei nº 4387, de 4 de fevereiro de 1998. Autoriza o poder executivo a celebrar convenio com o governo do estado de São Paulo para municipalização da gestão das ações e serviços de assistência social e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 1998. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Lei nº 5409, de 20 de março de 2003. Dispõe sobre a obrigatoriedade da instalação de ambulatórios médicos nas EMEIs, EMEFs e nas Creches do Município, para atender de imediato os constantes acidentes que ocorrem com as crianças e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 2003. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Lei nº 7130, de 08 de junho de 2010. Autoriza o poder executivo a abrir um crédito adicional especial no orçamento vigente do Município, no valor de R\$6.000,00, destinado às despesas com a conclusão da obra de reforma do Berçário Municipal Mãe Cristina, dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Lei nº 7139, de 16 de junho de 2010. Autoriza o poder executivo a abrir um crédito adicional especial no orçamento vigente no Município no valor de R\$1.616.000,00, destinado



às despesas relativas à desapropriação, por via amigável, do imóvel situado a Rua Coronel José Braz, 546, dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Lei nº 7586, de 18 de dezembro de 2013. Altera as denominações dos berçários municipais para Escolas Municipais de Educação Infantil – EMEIS, dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 2013. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Lei Ordinária nº 4397, de 06 de março de 1998. Cria e denomina o Berçário Municipal Mãe Cristina e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Marília*. Marília, 1998. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

## **1.2 Decretos**

MARÍLIA. Câmara Municipal. Decreto nº 7662, de 17 de novembro de 1998. Aprova o estatuto padrão das Associações de pais e mestres das escolas municipais de ensino fundamental - EMEFs. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 1998. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Decreto n. 7667, de 20 de novembro de 1998. Dispõe sobre o funcionamento do Berçário Municipal Mãe Cristina. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 1998. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Decreto nº 7716, de 08 de fevereiro de 1999. Modifica o parágrafo único do artigo 2º do Decreto 7667/1998 que dispõe sobre o funcionamento do Berçário Municipal Mãe Cristina. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 1999. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>> Acesso em: 4 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Decreto nº 7772, de 23 de dezembro de 1999. Regulamenta as normas regimentais para as escolas municipais do Município de Marília. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 1999. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Decreto nº 7782, de 8 de julho de 1999. Institui o estatuto padrão das Associações de Pais e Mestres para as escolas municipais de Educação Infantil. *Diário Oficial do Município de Marília*. Marília, 1999. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

MARÍLIA. Câmara Municipal. Decreto nº 10236, de 31 de março de 2010. Declara de utilidade pública, o imóvel medindo 1.742,00M2 e respectivas benfeitorias, com testada principal sob ns. 536 e 546 da rua Coronel José Braz (lotes 9 e 10- parte) e fachada secundária com frente para a rua Bonfim (partes dos lotes 2 e 7), localizados na quadra 13 do bairro Barbosa, de propriedade do Núcleo Espírita Amor e Paz, destinado à instalação de Berçário Municipal. *Diário Oficial do Município de Marília*, Marília, 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>. Acesso em: 4 jun. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Decreto nº 4014, de 17 de julho de 1974. Dispõe sobre concessão de

auxílios a instituições assistenciais que especifica. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 1974. Disponível em:

<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1974/decreto-4014-17.07.1974.html>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa de do Estado de São Paulo. Decreto nº 11325, de 27 de março de 1978. Dispõe sobre concessão de auxílio para aquisição de equipamentos à instituição assistencial que especifica. *Diário Oficial do Estado de São Paulo* São Paulo, 1978. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1978/decreto-11325-27.03.1978.html>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa de do Estado de São Paulo. Decreto nº 41930, de 8 de julho de 1997. Autoriza a Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social a, representando o Estado, celebrar convênios com Municípios do Estado de São Paulo visando à transferência de recursos financeiros para os fins que especifica. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 1997. Disponível em: <<https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/171298/decreto-41930-97>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

## **2. Regimentos, contrato, estatuto, planos, projetos, relatórios e atas**

### **2.1 Regimento, contrato e estatuto**

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *[Introdução]*. Marília, 1997. 10 p.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Regimento Escolar de Educação Infantil*. Marília, 28 mar. 2000. 11 p.

MARÍLIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Berçário Mãe Cristina. *Contrato de Comodato de Prédio e Instalações*. Marília, 3 mar. 1997. 2 p.

MARÍLIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. Berçário Municipal Mãe Cristina. *Estatuto da Associação de Pais e Mestres do “Berçário Mãe Cristina”*. Marília, 23 maio 2002. 13 p.

## **2.2 Planos, projetos e relatórios**

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Plano escolar*. Marília, 2000. 27 p.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Projeto educacional Mãe Cristina*. Marília, 11 jun. 2001. Não paginado.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Projeto educacional Mãe Cristina: adendo e plano anual*. Marília, 21 maio 2002. Não paginado.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Projeto educacional Mãe Cristina: adendo e plano anual*. Marília, 4 ago. 2003. Não paginado.

MARÍLIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. *Plano de atualização pedagógica: “A caminho do Terceiro Milênio, trabalhando pela educação”*. Marília, jul. 1998. Não paginado.

MARÍLIA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal da Educação. *Relatório Anual*. Marília, 1997. Não paginado.

## **2.3 Atas**

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata: anotações de ocorrências e estado de saúde das crianças*. Marília, 19 jun. 2001. 100 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: anotações de ocorrências e estado de saúde das crianças. Marília, 13 ago. 2002. 100 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: ações de enfermagem. Marília, 15 abr. 1999. 50 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: ações de enfermagem e medicamentos. Marília, 6 jun. 2000. 100 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: ações de enfermagem e medicamentos administrados. Marília, 14 set. 2001. 100 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: associação de pais e mestres. Marília, 6 maio 2002. 53 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: matrícula dos alunos. Marília, 6 nov. 1997. 28 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: medicamentos administrados. Marília, 24 abr. 2003. 42 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: ocorrências diárias: enfermagem. Marília, 20 out. 1999. 50 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: ocorrências diárias: enfermagem. Marília, 15 jun. 2000. 50 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: ocorrência diária: enfermagem. Marília, 3 maio 2004. 100 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: ocorrências diárias. Marília, 22 mar. 2005. 100 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: ocorrências diárias. Marília, 24 jun. 2003. 50 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: prestação de contas e despesas. Marília, 26 fev. 2000. 13 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro Ata*: relatório de enfermagem. Marília, 15 nov. 1997. 50 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro ata* : relatório ações de enfermagem. Marília, 5 abr. 2000. 94 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro ata*: reunião pedagógicas de funcionários. Marília, 11 fev. 2000. 90 f.

BERÇÁRIO MUNICIPAL MÃE CRISTINA. *Livro ata* : reunião de pais. Marília, 11 nov. 1997. 50 f.

CRECHE IGNÁCIO DE LOYOLA TORRES. *Livro Ata* Marília, 09 fev. 1961-1991. 64f.

### **3. Artigos e/ou textos em jornais e revistas**

#### **3.1 Artigos e/ou textos em jornais**

BAIRROS de periferia terão berçários. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 7 set. 1997. Diário Geral, p. 11A.

BERÇÁRIO concorre a outra premiação. *Jornal Manhã*, Marília, 6 ago. 2008, p. 6.

BERÇÁRIO esta entre finalistas do Prêmio Viva leitura. *Jornal da Manhã*, Marília, 17 set. 2006, p. 3.

BERÇÁRIO ganha inédita ‘bebeteca’. *Jornal da Manhã*, Marília, p. 5, 27 ago. 2008.

BERÇÁRIO Mãe Cristina completa 3 anos. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 12 set. 2000, p. 4A.

BERÇÁRIO tem projeto de leitura. *Jornal da Manhã*, Marília, 10 set. 2006. p. 5.

COMISSÃO de Penápolis conhece ensino. *Jornal da Manhã*, Marília, 29 abr. 2003. p. 4

CONGRESSO premia projeto de Marília. *Jornal da Manhã*, Marília, 5 ago. 2008. p. 7.

EDUCAÇÃO ganha recursos e amplia atuação. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 12 de out. 1997. p. 19A.

EDUCAÇÃO inaugura primeiro berçário. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 6 set. 1997. p. 8A.

EQUIPE recebe treinamento extra. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 7 set. 1997. Diário Geral, p. 11A.

ESCRITORA difunde o conceito de biblioteca para bebês. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 31 ago. 2008. Comportamento, p. 8R.

ESCRITORA Lu Martinez visita “Bebeteca” no Berçário Municipal Mãe Cristina. *Jornal da Manhã*, Marília, 26 jun. 2009. Caderno 2, p. 1.

INAUGURADA a creche Ignácio Loyola Torres. *Jornal do Comércio*. Marília, 24 jul. 1966. Não paginado.

LU MARTINEZ elogia proposta. *Jornal Manhã*. Marília, p. 5, 27 ago. 2008.

MARÍLIA tem nova creche. *Jornal do Comércio*. Marília, 23 jul. 1966. Não paginado.

MARÍLIA ganha 1º berçário público: educação inaugura primeiro berçário. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 6 set. 1997, p. 8A.

PENÁPOLIS analisa rede de ensino em Marília. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 29 abr. 2003, p. 4A.

PREFEITURA inaugura Berçário Municipal. *Jornal da Manhã*, Marília, 7 set. 1997, p. 6.

PROJETO Broto de Leitura estimulou publicações. *Jornal Diário de Marília*, Marília, 31 ago. 2008. Comportamento, p. 9R.

### **3.2 Artigos e/ou textos em revistas**

A EDUCAÇÃO não é só dever do Poder Público, mas é compromisso com o futuro. *Revista Integração Educacional*, Marília, p. 34-36, 15 mar. 2004.

MEU BROTO de Leitura. *Revista Prêmio Viva Leitura*, Brasília, DF, p. 32-33, 2006.

VIDIGAL, Marina Vidigal. Incentivo à leitura na escola: histórias inspiradoras. *Crescer*, Rio de Janeiro, v. 233, abr. 2013. Disponível em: <http://revistacrescer.globo.com/Revista/Crescer/0,,EMI5371-10536,00.html>. Acesso em: 29 mar. 2017.

### **Instituições, acervos físicos, sites e base de dados on-line**



## **Instituição**

Escola Municipal de Educação Infantil – EMEI “Mãe Cristina”  
Endereço: Rua Coronel José Brás, 536 – Boa Vista – CEP: 17501-570 –  
Marília/SP

## **Acervos físicos**

Acervo do Grupo de Pesquisa “História da educação e do ensino de  
língua e literatura no Brasil (GPHEELLB) – sediado na Faculdade de  
Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) –  
Campus de Marília/SP  
Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 377 – Campus Universitário – CEP:  
17525-901- Marília/SP.

Acervo da Biblioteca da Câmara Municipal de Marília/SP “Rangel  
Pietraróia” – sediado na Câmara Municipal de Marília/SP  
Endereço: Rua Bandeirantes, 25 – Centro – CEP: 17501-090 –  
Marília/SP

Acervo da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP),  
Faculdade Filosofia e Ciências (FFC),– Campus de Marília/SP

Endereço: Av. Hygino Muzzi Filho, 377 – Campus Universitário – CEP:  
17525-901- Marília/SP

## **Sites e bases de dados disponíveis *on-line***

Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo.  
Disponível em:  
<[http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index\\_acervo.htm/](http://www.al.sp.gov.br/web/acervo2/index_acervo.htm/)>

Base de dados da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP) – catálogo Athena. Disponível em: <<http://www.athena.biblioteca.unesp.br/>>

Bases de Dados do Sistema de Bibliotecas da Universidade de Campinas (Unicamp). Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/>>

Portal Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Disponível em:

<<http://www.periodicos.capes.gov.br/>

Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Disponível em:

<<http://www.scielo.br/>>

*Site* Câmara Municipal de Marília. Disponível em:

<<http://www.camar.sp.gov.br/>>

*Site* da Prefeitura Municipal de Marília. Disponível em:

<<http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/servicos/legislacao-municipal/>>

*Site* de Busca “Google Acadêmico”. Disponível em:

<<http://scholar.google.com.br/>

*Site* de Busca “Google”. Disponível em: <http://www.google.com.br>

## SOBRE A AUTORA



### **Josiane de Moura Dias Marquizeli**

é servidora pública municipal na cidade de Marília/SP desde 2012, atuou como Auxiliar de Desenvolvimento Escolar em uma escola municipal de Marília/SP de 11/06/2012 a 31/01/2017. Em 2018 foi efetivada Professora Educação Infantil . Graduada Administração de Empresas (2001), pela Universidade de Marília (UNIMAR), Marília/SP. Pós-

graduada (2004) em Controladoria e Finanças pelo Centro Universitário Eurípedes de Marília/SP (UNIVEM). Graduada em Pedagogia (2017), pela Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília, da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestre em Educação (2018) pela Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), com campus de Marília, da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi orientanda, na modalidade sem bolsa, no Programa de Iniciação Científica da UNESP ICSB/PROPe/UNESP de 01/04/2016 a 31/07/2016. É integrante desde 2016 do GPHEELLB - Grupo de Pesquisa História da Educação e do Ensino de Língua e Literatura no Brasil e integrante da equipe executora do HELLB - VIII - Projeto Integrado de Pesquisa História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil (VIII - 2016-2018 Projeto Integrado de Pesquisa História do Ensino de Língua e Literatura no Brasil), coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria do Rosário Mortatti. É integrante desde maio de 2018 do GEPEDEI - Grupo de Estudos e de Pesquisa em Especificidades da Docência na Educação Infantil, do(a) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elieuzza Aparecida de Lima.

## Pareceristas

---

Este livro foi submetido ao Edital 01/2020 do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, câmpus de Marília e financiado pelo auxílio nº 0798/2018, Processo Nº 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES. Contamos com o apoio dos seguintes pareceristas que avaliaram as propostas recomendando a publicação. Agradecemos a cada um pelo trabalho realizado:

**Adriana Pastorello Buim Arena**

**Alessandra Arce Hai**

**Alexandre Filordi de Carvalho**

**Amanda Valiengo**

**Ana Creliã Dias**

**Ana Maria Esteves Bortolanza**

**Ana Maria Klein**

**Angélica Pall Oriani**

**Eliana Marques Zanata**

**Eliane Maria Vani Ortega**

**Fabiana de Cássia Rodrigues**

**Fernando Rodrigues de Oliveira**

**Francisco José Brabo Bezerra**

**Genivaldo de Souza Santos**

**Igor de Moraes Paim**

**Irineu Aliprando Tuim Viotto Filho**

**José Deribaldo Gomes dos Santos**

**Jussara Cristina Barboza Tortella**

**Lenir Maristela Silva**

**Livia Maria Turra Bassetto**

**Luciana Aparecida Nogueira da Cruz**

**Márcia Lopes Reis**

**Maria Rosa Rodrigues Martins de Camargo**

**Marilene Proença Rebelo de Souza**

**Mauro Castilho Gonçalves**

**Monica Abrantes Galindo**

**Nadja Hermann**

**Pedro Laudinor Goergen**

**Tânia Barbosa Martins**

**Tony Honorato**

Comissão de Publicação de Livros do Edital 001/2020 do  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília  
*Graziela Zambão Abdian, Patricia Unger Raphael Bataglia,  
Eduardo José Manzini e Rodrigo Pelloso Gelamo*

## **SOBRE O LIVRO**

### *Catálogo*

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

### *Normalização*

Nathanael da Cruz e Silva Neto

### *Capa e diagramação*

Mariana da Rocha Corrêa Silva

### *Assessoria Técnica*

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial

labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

Papel

Polén soft 80g/m2 (miolo)

Cartão Supremo 250g/m2 (capa)

Acabamento

Grampeado e colado

Tiragem

100

A autora tem o cuidado de procurar compreender a base do pensamento es-  
pírita sobre criança e infância para visuali-  
zar e apreender com maior rigor o porquê  
de certas discussões e a implementação de  
certas ações no interior da creche. Acompanhando via atas de reuniões e relatórios  
os momentos de Ascensão, expansão e o  
momento em que a inviabilidade econô-  
mica da instituição começa a gestar a che-  
gada de uma instituição pública ainda em  
prédio privado.

Não bastasse essa meticulosa re-  
construção realizada no trabalho de pes-  
quisa, a autora ainda se propõe a disponi-  
bilizar o instrumento de pesquisa como  
apêndice desta obra onde estão todos os  
documentos encontrados. Essa contri-  
buição é muito importante porque per-  
mite a outros pesquisadores e as próprias  
instituições reconhecendo a importância  
de seus documentos preservá-los.

---

ALESSANDRA ARCE HAI

Por que conhecer a história da educação infantil na cidade de Marília/  
SP, em especial, da Creche “Ignácio de Loyola Torres” e do Berçário  
Municipal “Mãe Cristina”? Essas são questões que nortearam a pesquisa  
de mestrado de Josiane de Moura Dias Marquizele, cujos resultados são  
publicados neste livro. Tomando como objeto de estudo a instituição  
de educação infantil em que atuou, a autora desenvolveu rigorosa pes-  
quisa documental e bibliográfica, contribuindo para a compreensão de  
aspectos até então pouco ou nada explorados da história da educação  
infantil em Marília. Por meio do conhecimento do passado, a pesquisa  
possibilitou a compreensão do presente e dos debates e ações travados  
desde pelo menos a década de 1990 para o reconhecimento do direito  
das crianças pequenas a mais do que serem cuidadas. Muitos foram os  
avanços, mas ainda muitas são as necessidades e urgências para que se  
efetive plenamente esse direito. A sociedade civil tem importante fun-  
ção nesse processo. E também para isso contribuem os resultados da  
pesquisa de Josiane. Este é, portanto, livro indispensável para profes-  
sores, cuidadores, gestores escolares e da educação pública, pesquisadores,  
estudantes de graduação e pós-graduação, pais e mães. E pode também  
ele ser considerado como mais um instrumento de luta e um convite  
para o necessário debate e urgentes ações coletivas em defesa da educa-  
ção de nossas crianças para a construção de uma sociedade mais justa e  
inclusiva.

---

MARIA DO ROSARIO LONGO MORTATTI



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

